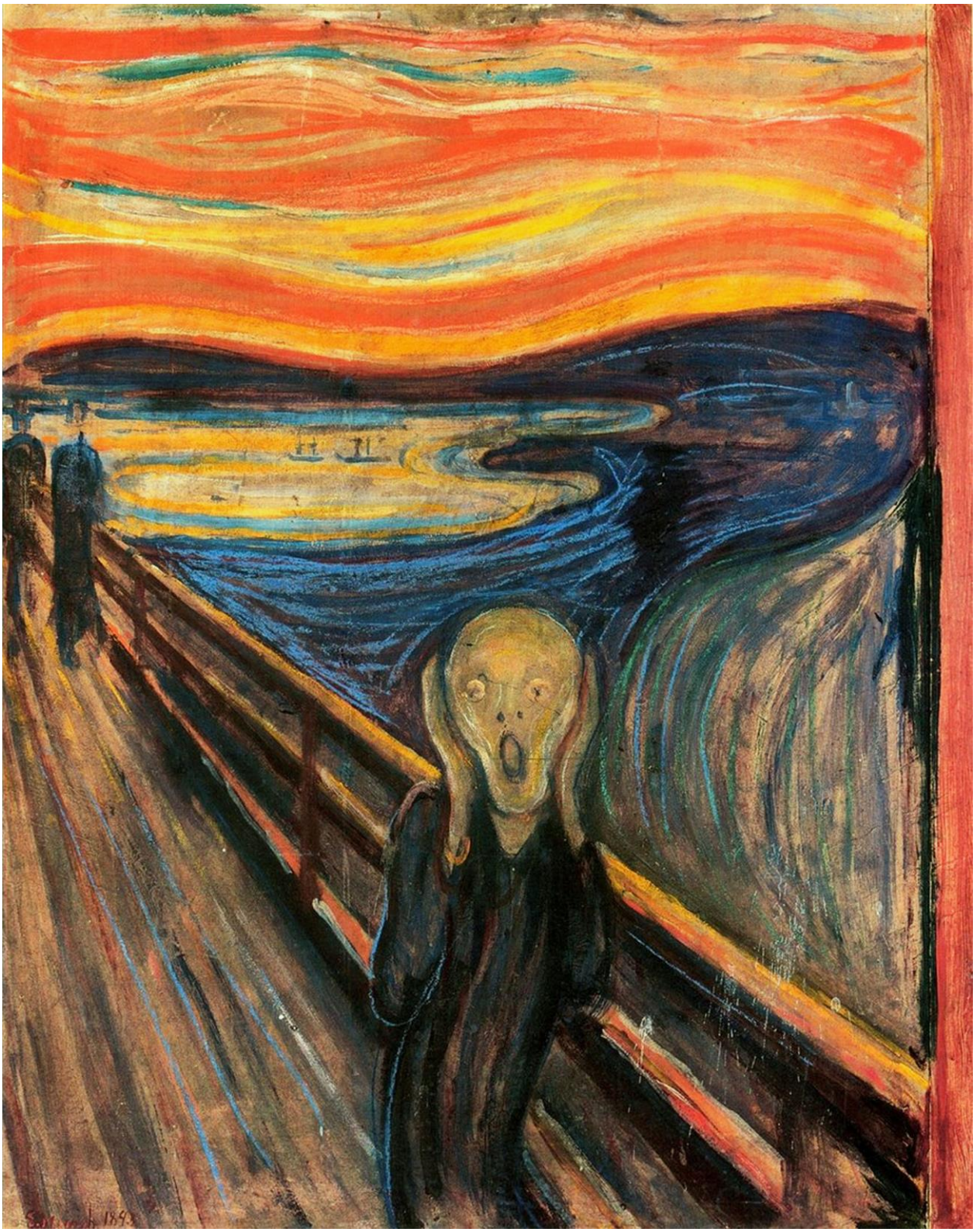
REVISTA SANTA RITA



ISSN 1980 -1742
Ano 09 – Número 18 – Dezembro 2014

Copyright by autores
Todos os direitos desta edição estão
reservados

REVISTA SANTA RITA

Ano 09, Número 18, Dezembro de 2014
ISSN 1980-1742

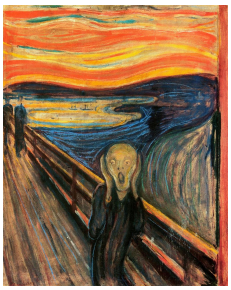
FICHA TÉCNICA

Diretor Geral da Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas Santa Rita de Cássia	Anunciato Storopli Neto
Diretor Acadêmico	Roberto Pepi Contieri
Conselho Editorial	Eduardo Satochi Uchida Helder de Jesus Dias Francisca Gorete Bezerra Sepúlveda Luiz Carlos Magno
Corpo Editorial	Cássio Marcos Vilicev Paulo Henrique Rinaldo George Oujeiko Sérgio Joel de Menezes
Editor	Rafael Annunciato Neto
Capa	Encontro: http://www.museusegall.org.br/mlsObra.asp?sSume=21&sObra=16, Acessado em 31/07/2014.
Editoração	Rafael Annunciato Neto

FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS E ADMINISTRATIVAS SANTA RITA DE CÁSSIA
Unidade Jaçanã: Avenida Jaçanã, 648 – Jaçanã São Paulo – SP – CEP 02273 001
http://www.santarita.br
Telefone (11) 2241 0777

Permitida a reprodução desde que citada a fonte

CAPA



O Grito de **Edvard Munch** (12 de Dezembro de 1863) pintor norueguês um dos precursores do expressionismo alemão, estudou na Escola de Artes e Ofícios de Oslo, vindo a ser influenciado por Courbet e Manet. A arte era considerada como uma arma destinada a lutar contra a sociedade. Os temas sociais estão assim presentes em O Dia Seguinte e O dia depois de amanhã, de 1886. Com A Menina Doente (*Das Kränke Mädchen*, 1885) inicia uma temática que surgiria como uma linha de força em todo o seu caminho artístico. Fez inúmeras variações sobre este último trabalho, assim como sobre outras obras, e os seus sentimentos sobre a doença e a morte, que tinham marcado a sua infância. Edvard Munch descobre em Paris a obra de Van Gogh e Paul Gauin e indubitavelmente o seu estilo passa então por grandes mudanças. Em 1892 um convite para expor em Berlim torna-se num momento crucial da sua carreira e da história da arte alemã. Inicia um projeto que intitula O Friso da Vida. Aos trinta anos ele pinta O Grito, considerada a sua obra máxima, e uma das mais importantes da história do expressionismo. O quadro retrata a angústia e o desespero, e foi inspirado nas decepções do artista tanto no amor quanto com seus amigos. Toda a obra está impregnada pelas suas obsessões: a morte, a solidão, a melancolia, o terror das forças da natureza. Faleceu em 23 de janeiro de 1944. Fonte: Wikipédia – acessado em 22/01/2015.

CRISE HÍDRICA

Rafael Annunciato Neto

A crise hídrica no Estado de São Paulo é uma oportunidade para que a coletividade possa se desenvolver e aprender com ela. Neste últimos anos a população consome a água como um bem que nunca vai faltar. Percebe a água como um direito e esquece dos seus deveres de cidadão, pois ela é um patrimônio da humanidade.

A água é vital para nossa econômica, o seu ciclo proporciona a manutenção da vida e da economia, pois a nossa produção de energia elétrica está alicerçada na matriz hídrica. A sua falta ou escassez reduz negócios, retrai a economia, causa transtornos com apagões e gastos exagerados na produção de energia baseada em fontes alternativa. Claro não se pode deixar de destacar a produção de alimentos e o agronegócio vital para o desenvolvimento nacional.

O momento que estamos enfrentado o resultado do descaso com o meio ambiente, a falta de planejamento e gestão na distribuição e armazenamento de água. Não podemos viver na esperança que a natureza possa prover tudo que precisamos. Esperar nas chuvas de dezembro, janeiro, fevereiro etc. é uma ação baseada na ignorância e não em ações planejadas. Temos que estabelecer novos paradigmas de gestão da natureza e aprender rapidamente que com pequenas ações no dia-a-dia a econômica de água permitirá a coexistência neste momento de crise.

Todos devemos agir e cobrar das nossas autoridades constituídas ações de gerenciamento, pesquisa e desenvolvimento hídrico para assegurar a vida e a integridade de todos nos

SUMÁRIO

ARTIGOS

GESTÃO DE ENSINO À DISTÂNCIA E OS PROCESSOS DE APRENDIZAGEM **8**
Sergio Joel de Menezes Ferreira Vaz
Tatiana Lima de Almeida

DO MARKETING TRADICIONAL AO MARKETING DIGITAL: UM NOVO CONTEXTO COMPETITIVO **15**
Rinaldo Aparecido Nunes
Valdec Romero Castelo Branco

ASPECTOS RELEVANTES DA ALIENAÇÃO PARENTAL **24**
Helder de Jesus Dias
Regiane Nogueira

TRANSDISCIPLINARIDADE: APRENDIZAGEM SIGNIFICATIVA **36**
Alzira Jorri de Tomei

RELEMBRANDO A IMPORTÂNCIA DA SEGURANÇA DO TRABALHO NAS EMPRESAS **42**
Caetano Vasto Neto
Bruna Segatto Taveira

O MARKETING INTERNO - ENDOMARKETING **48**
Francisco Bervenotti

DIREITO FUNDAMENTAL À VIDA E À MORTE, SOB A PERSPECTIVA DA INTERVENÇÃO DO ESTADO NO DIREITO DO INDIVÍDUO EM NÃO RECEBER A TRANSFUSÃO DE SANGUE POR CONVICÇÃO RELIGIOSA **57**
Manoel Matias Fausto

ENSAIO

EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER PARA O IDOSO: ASPECTOS LEGAIS **69**
Paulo Henrique Camargo Rinaldi

NORMAS GERAIS PARA PUBLICAÇÃO **76**

APRESENTAÇÃO

A Revista Santa Rita é uma publicação eletrônica multidisciplinar da Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas Santa Rita de Cássia que visa o desenvolvimento e a democratização do acesso ao conhecimento científico. O engajamento dos professores tem sido fundamental para o aprimoramento da Revista Santa Rita e construção de um veículo essencial para a formação de nossos alunos.

O primeiro artigo desta edição trata da Gestão de Ensino à Distância e os Processos de Aprendizagem que a partir do resgate histórico sobre o surgimento do EaD no Brasil, destaca as contribuições das diferentes correntes pedagógicas que embasam a aquisição do conhecimento por parte do aluno. Em a Transdisciplinaridade: Aprendizazem Signficativa é apresentada como uma metodologia descritiva e reflexiva.

No segundo artigo busca-se demonstrar a evolução do marketing em um contexto competitivo, estabelecendo a relação do Marketing Tradicional ao Marketing Digital. O artigo sobre o Marketing Interno destaca a importância e a forma de gerenciá-lo.

No artigo sobre os Aspectos Relevantes da Alienação Parental serão discutidos os aspectos relacionados à importância do Poder Judiciário nas suas decisões e dos diversos profissionais envolvidos neste tema. No artigo sobre o Direito fundamental à vida e à morte, sob a perspectiva da intervenção do estado no direito do indivíduo em não receber a transfusão de sangue por convicção religiosa trata-se de um estudo sobre dois princípios constitucionais, basilares de um estado democrático de direito. Enquanto que no Ensaio sobre Educação, Cultura, Esporte e Lazer para o Idoso pretende apresentar uma interpretação, dos artigos 20, 21,22, 23, 24 e 25 do Estatuto do Idoso, da lei 10.741, de outubro de 2003.

Em Relembrando a Importância da Segurança do Trabalho nas Empresas destaca a importância de manter a integridade física e psicológica dos colaboradores, além de estabelecer regras e normas, visando minimizar acidentes de trabalho, doenças ocupacionais e capacidade de trabalho.

ARTIGOS

GESTÃO DE ENSINO À DISTÂNCIA E OS PROCESSOS DE APRENDIZAGEM

Sergio Joel de Menezes Ferreira Vaz
Professor da Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas Santa Rita de Cássia
Mestre em Comunicação Semiótica

Tatiana Lima de Almeida
Professora da Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas Santa Rita de Cássia
Mestre em Educação

RESUMO

O texto faz um breve apanhado acerca da concepção de Ensino à Distância (EaD) considerando a postura do gestor em relação aos processos de aprendizagem envolvidos nesta modalidade de formação. Faz um breve resgate histórico sobre o surgimento do EaD no Brasil, seguindo com as contribuições de diferentes correntes pedagógicas que embasam a aquisição do conhecimento por parte do aluno, além de levantar a discussão sobre o interativismo como uma forma de viabilizar a participação e a reciprocidade dos alunos virtuais em uma comunidade de aprendizado. Ao final contribui com algumas considerações de autores da área no que se refere às vantages e desvantagens do EaD abrindo espaço para uma discussão e futuras pesquisas em relação ao tema.

Palavras-chaves: Interativismo. Educação à Distância. Democratização do Ensino.

1. ENSINO À DISTÂNCIA E ESPÍRITO PARTICIPATIVO

> Como será uma aula onde os alunos não farão, todos ao mesmo tempo, o mesmo dever, onde não cruzarão todos, os braços ouvindo indolentemente recitar a lição do dia disfarçando o melhor possível? Como regular o trabalho escolar? E o horário? (FREINET, p. 56, 1983).

Célestin Freinet, nascido no início do Séc XX, foi um estudioso da pedagogia que propounha a livre expressão do aluno, respeitando o ritmo de cada um. Já naquela época, o pedagogo vislumbrava uma educação na qual cada estudante determinaria a sua atividade do dia e o seu processo de aprendizagem.

Não obstante das ideias de Freinet nos vemos abarcando uma discussão sobre o Ensino a Distância e a sua relação com a autonomia do aluno em seu desempenho de aprendizagem.

O aluno do Ensino a Distância, muitas vezes é aquele que por diferentes motivos, não dispõe de possibilidades para estar presente em um curso presencial. Seja pela distância do curso de sua residência, ou da dificuldade de frequencia em determinado horário. A verdade é que o Ensino a Distância surge como uma possibilidade de acesso à educação em diferentes contextos e realizadades.

No entanto, para se propor a cursar uma formação a distância o aluno precisa ter ou desenvolver algumas habilidades e capacidades necessárias, sem as quais não fará proveito da aprendizagem proposta.

Para o professor Marcelo Cabeda (2009), pesquisador da Educação Online Colaborativa, o aluno necessita dos seguintes questitos: ter espírito participativo, ter um bom equipamento e boas condições de conexão à internet, conhecer bem os objetivos do curso, ter capacidade colaborativa, capacidade de estabelecer um diálogo virtual, saber escrever e se expressar, participar e dialogar em fóruns colaborando com as ideias dos colegas, propociar uma discussão positiva pelo diálogo, acreditar nos valores das devolutivas opinando, analisando, criticando e finalmente desenvolvendo uma forma de funcionar com base na autonomia.

Esta autonomia de acordo com Cabeda está representada por seu próprio ritmo, não muito diferente da pedagogia Freinet, na qual o aluno se inscreve em atelies diários para realizar os seus estudos.

O aluno de cursos de EaD precisa se organizar, ter planejamento de suas ações, de suas leituras. E principalmente contar com uma leitura bem feita, atenta aos detalhes, observar prazos, cumprir prazos, encontrar caminhos, perguntar. A informação está no ambiente virtual e caberá à este aluno destrinchar estes caminhos, contando sempre com o auxilio e as orientações de seu tutor ou mediador.

O processo de busca de informação, de organização das atividades e de estabelecer conexões teóricas de acordo com o seu momento e condições cognitivas faz com que o aluno desenvolva a capacidade de andar sozinho, pensar por si só, agir de forma antecipada ou não. São ações que favorecem o processo de construção da autonomia.

Para Paulo Freire "(...) ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção." (p. 47, 2013). Desta forma as leituras e discussões virtuais precisam fazer significado, pois não contam com gestos e contato físico. A leitura tem que ser profunda, os conceitos precisam estar contextualizados, como diria Ausubel (1982) para a aprendizagem significativa acontecer são necessárias duas condições: a predisposição do aluno para aprender e o material didático ser significativo.

2. UM POUCO DA HISTÓRIA DO ENSINO À DISTÂNCIA NO BRASIL

De acordo com Andrea B. Lapa (2008) "Desde a invenção da imprensa por Gutemberg em 1453 e da criação de um sistema de correio postal barato e regular, começaram os cursos de instrução enviados pelo correio." Não longe disso após a Primeira Guerra Mundial a correspondência, agora já comercializada, acolheu a ideia de transmissão de conhecimento entre pessoas que não estariam no mesmo espaço físico e geográfico. Eis então o surgimento dos primeiros indícios do Ensino a Distância, por meio da carta.

Nas décadas seguintes outros e instrumentos e metodologias foram introduzidos como meio de Ensino a Distância. Dentre eles, o rádio, a imprensa e o papel impresso, o fax, a televisão, as fitas

cassetes para audio e vídeo, logo mais a frente o correio eletrônico, sessões de chat, internet, CD, videoconferência, e outras ações relacionadas ao uso de computadores e a transmissões em banda larga.

Com toda essa evolução tecnológica e a democratização do ensino, fez-se necessária a crianças de legislação pertinente ao tema como forma de regularizar e estabelecer diretrizes.

De acordo com Lessa (2011) apenas em 1996, o Brasil teve a definição da modalidade de Educação à Distância descrita na Lei de Diretrizes e Bases de (LDB/96). Neste contexto algumas peculiaridades são observadas, como de uma maneira muito determinante o papel ativo do aluno na construção de seu conhecimento. A autora explica que o acadêmico deve se envolver mais no processo de aprendizagem, ter um autogerenciamento deste processo e interagir constantemente com os demais atores.

Já o Decreto 5.622 de 20 de dezembro de 2005 regulamenta o Artigo 80 da LDB/96 e também faz referências ao aluno colocando como características necessáriias para o aprendizado a organização, a automotivação, a proação, a determinação, a autonomia e a disciplina (LESSA, 2011, p.4).

Em 2007 a Portaria nº 40 13/dez/2007 revela a exigência da presença física determinando condições estruturais para as Instituições do Ensino Superior que exerçam o Ensino a Distância.

É fato que o Brasil ainda está engatinhando nos estudos acerca do Ensino a Distância, a legislação se faz necessária tanto para a regulamentação como para fortalecer a credibilidade desta modalidade de ensino.

3. TEORIAS DA APRENDIZAGEM E O ENSINO À DISTÂNCIA

Assim como a legislação as teorias da aprendizagem começam a se aventurar sobre o ensino à distância. Modelos pedagógicos constituídos a partir das ideias cognitivistas, construtivistas, sóciointeracionistas e outras passam a embasar ações pedagógicas em ambientes virtuais.

Lev S. Vygotsky que concebe o homem como um ser formado socialmente. Para Vygostsky a interação com o meio permite ao ser humano o desenvolvimento das suas funões mentais superiores, o que o diferencia dos animais. É a partir da linguagem e do pensamento que o homem se constitui como sujeito dentro de uma sociedade.

O ensino à distância, quando composto por fóruns e chats de discussão permite esta interação entre os alunos, entre aluno e material, entre alunos, tutores e professores. Para Brasileiro (2015) a mediação o sujeito faz uso de instrumentos sócioculturais para formar conscientemente as suas funções psicológicas superiores. Para Brasileiro:

> De acordo com Baquero (1998, p. 36), os instrumentos de mediação são uma fonte de desenvolvimento - e cada novo ou avançado instrumento de mediação que o sujeito busca pode ser considerado um marco no seu desenvolvimento. Assim, a atividade humana pode produzir e transformar a natureza ou o objeto e transformar a si mesmo como sujeito do conhecimento. Estamos descrevendo aqui uma relação dialética, e não uma relação de simples interação. (BRASILEIRO, 2015, P. 11)

A Educação à Distância é um processo de formação no qual o aluno não depende apenas dos ensinamentos de um professor, mas no qual está envolvido em uma interatividade e atividades nas quais ele tem a possibilidade de construir o seu conhecimento.

4. MAS O QUE É INTERATIVISMO?

De acordo com Pierre Levy “o termo ‘interatividade’ em geral ressalta a participação ativa do beneficiário de uma transação de informações.” (LEVY, 1999, p. 79). O autor afirma que a comunicação por mundos virtuais, é em certo sentida, mais interativa que o telefone, pois agrega a imagem da pessoa e da situação. Para Levy interatividade pode ser medida a partir de algumas variáveis, são elas: as possibilidades de apropriação e de personalização da mensagem recebida, a reciprocidade da comunicação, a virtualidade, a implicação da imagem dos participantes nas mensagens e a telepresença.

Desta forma o Interativismo contribui para os processos de formação e educação à distância, uma vez que viabiliza a participação e a reciprocidade dos alunos virtuais em uma comunidade de aprendizado. Para Oreste Pretti, o interativismo está relacionado à Dialética, como um “(...) processo de ir e vir, de reflexão-ação, de

interação da experiência sensorial e da razão, da interrelação sujeito e objeto, sujeito-sujeito, etc." (PRETI, 2013, p. 4)

Outra ideia teórica que vem sendo estudada no contexto do ensino à distância é a Maiêutica. Esta foi a técnica criada por Sócrates para desenvolver a sua filosofia, a partir de perguntas Sócrates despertava a curiosidade nas pessoas e com as respostas ele elaborava novas perguntas levando o interlocutor a descobrir conhecimentos que ele possuía e nem mesmo havia consciência disto.

Preti (2013) cita Pedro Demo acerca do teor maiêutico, no ensino à distância, focado no papel do professor, chamando-o de o "profisisonal dos profissionais", tendo em vista o bom desenvolvimento do aprendente, o desafio da aprendizagem deste aprendente, os diagnósticos sempre atualizados sobre esta aprendizagem, para que com isto, sustente o desempenho. O autor faz referência à Sócrates fazendo uma alusão ao papel da parteira, ao explicar que o conhecimento nasce, chega também como um parto, a "Luz".

O conceito da Maiêutica embasa, em parte, o ensino à distância ao fazer referência à construção do conhecimento formado a partir de um tempo de espera de um amadurecimento e o acompanhamento constante por parte do professor deste processo, avaliando constantemente as novas aquisições do aprendente.

Além da Maiêutica vale estudar a Autopoiese proposta por Humberto Maturana e Francisco Varela. Para os autores um ser vivo é um sistema autopoiético, organizado e autossuficiente. Para a compreensão do sistema é necessário compreender o todo. Esta teoria pode se relacionar com o Ensino a Distância uma vez que a comunicação nos ambientes virtuais é coordenada e mutualmente disparada para os membros de um sistema social, e a sua eficácia vai depender da reação de quem recebe a mensagem. Edla Ramos afirma que "Para ser ouvido não basta falar: "o fenômeno da comunicação depende não do que é transmitido, mas do que acontece com a pessoa que recebe a mensagem" (MATURANA,1992 IN: RAMOS).

De Acordo com os "Referenciais de qualidade para a educação à distância" do Ministério da Educação, existem oito tópicos que precisam ser considerados em um curso desta modalidade, são eles: concepção de educação e currículo no processo de ensino e aprendizagem, sistemas de comunicação, material didático, avaliação, equipe multidisciplinar, infra-estrutura de apoio, gestão acadêmico-administrativa e sustentabilidade financeira.

Em relação ao sistema de comunicação é necessário que o ambiente ofereça abertamente esclarecimento sobre as ferramentas disponíveis, sobre o atendimento dos profissionais envolvidos e informações necessárias para a instrução e orientação dos alunos em relação à sua navegação e participação no curso.

Os papéis são bem definidos e eslarecidos, conforme a função e atuação de cada profissional envolvido no processo de formação. As ferramentas são bem elaboradas garantindo a "[...] interatividade entre professores, tutores e estudantes." (PRETI, 2013, p.10) além de promover:

> [...] vias efetivas de comunicação e diálogo entre todos os agentes do processo educacional, criando condições para diminuir a sensação de isolamento, apontada como uma das causas de perda de qualidade no processo educacional, e uma das principais responsáveis pela evasão nos cursos à distância. (PRETI, 2013, p. 13)

A interação, como já posta anteriormente, foi o foco de Vygotsky. Para este autor o ser humano se desenvolve a partir de sua interação com o meio, sendo este meio responsável por sua subjetivação. Regina Lúcia Resende descreve: "O conceito de 'Zona de Desenvolvimento Proximal', desenvolvido por Vygotsky (1986), define que o individuo é capaz de fazer em cooperação (...)" (RESENDE, 2005, p.3).

Pensando como Vygotsky o aprendente não é então apenas um "indivíduo", mas sim um sujeito permeado de influênfcias e constituído em seu meio social.

5. VANTAGENS E DESVANTAGENS DO EAD

De acordo com Puerta e Amaral (2008), a partir de pesquisa realizada acerca das diferenças do ensino à distância (EaD) e o ensino presencial, foi possível o levantamento de alguns dados sobre vantagens e desvantagens do EaD. No relato dos autores o EaD apresenta maior disponibilidade no acesso ao material didático, isso por estar em formato eletrônico e ser de livre acesso.

Outro ponto é o fato do EaD respeitar o tempo/espaço do aluno, desta forma a a "(...) educação pode se desenvolver conectada à realidade do indivíduo." (PUERTA & AMARAL, p. 8, 2008). Um terceiro aspecto observado ao descreverem que a aprendizagem ocorre de forma a permitir a transformação na teoria para a prática tornando o processo significativo e permitindo a aplicabilidade do material.

Em relação à comunicação os alunos revelaram ser um aspecto positivo a existência de uma via de comunicação permanente, considerado um fator de facilitação no processo de ensino-aprendizagem. Porém na mesma perspectiva esta comunicação não permite uma resposta tão rápida às dúvidas, uma vez que o acesso do aluno e do tutor ocorre em horários distintos.

Isso ocorre devido às atividades assíncronas e síncronas presentes no ensino à distância. Os atores podem atuar de forma conjunta ao mesmo tempo, e em outras situações também em conjunto, no entanto, em momentos distintos. As formas síncronas são definidas como as quais todos estão conectados ao mesmo tempo (chats e outros formatos) e as assíncronas aquelas nas quais não necessariamente estarão conetados ao mesmo tempo, podendo realizar as mesmas atividades em momentos diferentes.

Um dos pontos negativos observados nesta pesquisa seria afalta de contato pessoal e social, o que pode ser minimizado pelo acesso em sincronia, permitindo que os alunos e tutores/professores conectem-se ao mesmo tempo, criando a sensação de contato e troca imediata. Além de criar atividades nos pólos como forma de aproximar alunos e promover a convivência.

Já de acordo com o atrigo publicado na Revista Nova Escola (2014), entitulado Educação a distância vale a pena?, há uma comparação entre os "mitos" e as "verdades" que rondam a comunidade do ensino à distância. Dentro do rol de aspectos negativos encontram-se as ideias de que o EaD não é adequado para os mais jovens, pois não teriam atingido a maturidade, o compromentimento e a responsabilidades necessários para esta modalidade de ensino; a necessidade de o aluno possuir um bom computador e uma boa conexão de internet; o fato de que pessoas consideradas "dispersas" e com dificuldade de concentração não conseguem manter a continuidade do curso, não controlando o seu tempo de forma eficaz; a suposição de que as instituições investem mais em tecnologia do que em conteúdo; a ideia de que os professores são menos qualificados; de que as turmas são grandes; e por fim de que a conquista de um emprego se torna mais dificil por causa do suposto preconceito em relação aos cursos à distância.

Algumas ações permitem minimizar estas impressões como inserir treinamento inicial presencial com técnicas e metodos de estudo, orientando e ensinando o aluno mais jovem a estudar e a se organizar, fomentando assim a autonomia e a postura autodidata. A disponibilização de pólos com infraestrutura suficiente para atender aos alunos, com boas condições de conexão à internet; e computadores bem; oferecer ambiente tranquilo nos pólos como forma de garantir que pessoas com maior dificuldades de atenção e concentração possam, se quiser, estabelecer a sua rotina de estudo lá; oferecer formação mais aprofundada aos tutores e professores, implicando também em maiores remunerações e investimentos em suas carreiras e formações; revisão constante dos projetos pedagógicos com o objetivo de verificar a possibilidade da redução de alunos por tutor, tendo em vista que uma quantidade menor de alunos para supervisionar viabiliza uma melhor qualidade de tempo de atenção aos alunos.

Já a questão do preconceito em relação ao EaD que ocorre como tantas outras formas de preconceito na sociedade e no mercado de trabalho, é uma cultura a ser desconstruída a partir de um processo de conscientização e valorização. Para minimizar este fenômeno é necessário elaborar e implementar ações de esclarecimento e de informações a partir de campanhas e meios de comunicação de amplo alcance com o objetivo de conscientizar a sociedade sobre as reais condições e benefícios do EaD. Cabe ressaltar que o aluno oriundo de uma formação em EaD também fará parte deste processo de disseminação através de sua prática e da sua ética como profissional, passando para o mercado de trabalho o resultado direto de seu processo de formação. Portanto, é de fundamental importancia que os alunos de EaD percebam e se consientizem do seu papel neste contexto.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diferentes teorias contribuem para o entendimento do processo de ensino e aprendizagem. Tanto na esfera presencial como no ensino a distancia as diferentes abordagens apresentam recursos possíveis de serem utilizados de acordo com os moldes e propostas pedagógicas de cada formação. Podemos pensar que não há uma teoria melhor ou pior para o aprendizado no ensino à distância, mas sim como o conjunto de técnicas selecionadas para o aprendizado em determinada situação. Podendo agregar teorias e técnicas distintas, porém compatíveis, em uma mesma formação.

É fato que o ensino à distância apresenta, assim como qualquer outra modalidade de ensino, vantagens e desvantagens. Na verdade não cabe aqui julgar se ele é melhor ou pior do que outros modelos. Penso que o ensino à distância vem mostrando para o quê veio e qual a sua importância na sociedade contemporânea.

Há casos nos quais esta modalidade revela ser a mais adequada para a instituição e para os alunos. Em outros casos ela pode ser apenas uma boa opção, já em outros não ser adequada. Cada aprendente terá que fazer a sua escolha considerando as suas condições estruturais de equipamento e acesso, facilidade de estar ou não no pólo quando na falta desta estrutura, possibilidade de estudar e de se organizar sem a presença física de um professor, de acordo com as suas necessidades de tempo e espaço, de afinidade com a metodologia e outros fatores que devem ser analisados.

O ensino à distância oferece a possibilidade de democratização do ensino, do acesso à educação, inclusive para aqueles alunos mais distantes.

BIBLIOGRÁFIA

AUSUBEL, D. P. **A aprendizagem significativa**: a teoria de David Ausubel. São Paulo: Moraes, 1982.

BRASIL. MEC. **Referenciais de Qualidade Para Educação Superior a Distância**. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/legislacao/refead1.pdf>. Acesso em 23 nov. 2014.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei número 9394, 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. **PORTARIA Portaria nº 40 12/dez/2007**. Institui o e-MEC, sistema eletrônico de fluxo de trabalho e gerenciamento de informações relativas aos processos de regulação, avaliação e supervisão da educação superior no sistema federal de educação, e o Cadastro e-MEC de Instituições e Cursos Superiores e consolida disposições sobre indicadores de qualidade, banco de avaliadores (Basis) e o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE) e outras disposições.

BRASIL**. DECRETO - Decreto 5.622 de 20 de dezembro de 2005**. Regulamenta o art. 80 da Lei n
o 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

BRASILEIRO, Cristiane (2015). **Aula 1:** Em busca de um olhar articulado. Disponível em: http://pigead.lanteuff.org/pluginfile.php/29561/mod_resourse/6/Aula%201.pdf. Data de acesso: 09q02/2015.

CABEDA, Marcelo. **O aluno virtual**. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=sdfi_XtsL1M. Acesso em 03 nov. 2014.

FREINET, Élise. **O itinerário de Célestin Freinet**. As expressões livre na pedagogia Freinet. Biblioteca do Educador Profissional. Lisboa: Livros Horizonte, 1983.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática educativa. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2013.

LAPA, Andrea Brandão. **Introdução à Educação a Distância.** 2008. Disponível em: < http://www.libras.ufsc.br/hiperlab/avalibras/moodle/prelogin/adl/fb/logs/Arquivos/textos/intro_ead/Intro_EAD_pdf_.pdf> Acesso em 27 de out. De 2014.

LESSA, S. C. F., **Os reflexos da legislação de educação a distância no Brasil**. Disponível em <http://www.abed.org.br/revistacientifica/Revista_PDF_Doc/2011/Artigo_02.pdf>. Acesso em 26 out. 2014.

LEVY, Pierre. **Cibercultura**. Trad. Carlos Irineu Costa. São Paulo: Ed. 34, 1999.

PRETI, Orestes. **Bases Epistemológicas e Teorias em Construção na Educação a Distância**. Disponível em <http://www.uab.ufmt.br/uab/images/artigos_

site_uab/bases_epistemologicas.pdf>. Acesso em 09 nov. 2014.
PUERTA, Adriana Aparecida; AMARAL, Roniberto Morato. **Comparação da Educação Presencial com a Educação a Distância Através de Uma Pesquisa Aplicada**. Disponível em <http://www.sbu.unicamp.br/snbu2008/anais/site/pdfs/2866.pdf>. Acesso em 17 nov. 2014.
Revista Nova Escola. **Educação a Distância vale a pena?** Disponível em <http://revistaescola.abril.com.br/formacao/formacao-inicial/vale-pena-entrar-nessa-educacao-distancia-diploma-prova-emprego-rotina-aluno-teleconferencia-chat-510862.shtml>. Acesso em 17 nov. 2014.
RAMOS, Edla M. F. **O trabalho de Humberto Maturana e Francisco Varela**. Disponível em :<http://www.inf.ufsc.br/~a.c.mariani/autopoiese/maturana-edla.html>. Acesso em 09 de nov. 2014.
RESENDE, Regina Lúcia Sartorio Marinato de. **Fundamentos Teórico Pedagógicos para EaD**. Disponível em <http://www.abed.org.br/congresso2005/por/pdf/055tcb5.pdf>. Acesso em 09 nov. 2014.

ABSTRACT

The text makes a brief overview about the Distance Learning design (DE) considering the manager's attitude toward learning processes involved in this type of training. Makes a brief background on the emergence of distance education in Brazil, following with contributions from different pedagogical trends that support the acquisition of knowledge by students, as well as on the discussion of the interativismo as a way to facilitate the participation and reciprocity virtual students in a learning community. At the end contributes to some authors the area considerations regarding the advantages and disadvantages of leaving room for further research and discussion on the topic.

Keywords: Interativismo. Distance Education. Democratization of education.

DO MARKETING TRADICIONAL AO MARKETING DIGITAL: UM NOVO CONTEXTO COMPETITIVO

Rinaldo Aparecido Nunes
Professor da Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas Santa Rita de Cássia
Mestre em Administração

Valdec Romero Castelo Branco
Professor das Faculdades Integradas de Ciências Humanas, Saúde e Educação de Guarulhos
Mestre em Educação, Administração e Comunicação

RESUMO

O marketing está por toda a parte, formal ou informalmente, pessoas e organizações envolvem-se em um grande número de atividades que poderiam ser chamadas de marketing. O marketing tem se transformado um ingrediente cada vez mais indispensável para o sucesso nos negócios. O marketing envolve a identificação e a satisfação das necessidades humanas e sociais. Pode-se considerar que sempre haverá a necessidade de vender. Mas o objetivo do marketing é tornar supérfluo o esforço de venda. O objetivo do marketing é conhecer e entender o cliente, conquistar a confiança do cliente e conseguir manter sua fidelidade é, hoje, o maior desafio para as empresas que querem se manter competitivas Com o passar dos anos o mercado modificou-se, não é mais como era antes, as influências hoje são outras, as forças sociais são outras. As pessoas têm novos comportamentos, novas formas de buscar informações, produtos, efetuarem compras etc., com isso surgiram novos desafios, como incluir-se no meio digital.

Palavras-chave: Marketing. Marketing digital. Clientes. Comportamento.

INTRODUÇÃO

O comportamento de compra dos consumidores em geral, tem se modificado nos últimos tempos, pode-se perceber, facilmente, que seu comportamento difere muito do que era há alguns anos atrás.

A empresa precisa apresentar todas as razões possíveis para que os clientes comprem os produtos ofertados pela empresa. O foco do cliente direciona suas ações para atender e entender com empatia a todos como clientes, indo ao encontro à satisfação de suas necessidades, reconhecendo e agregando valor às suas expectativas.

A empresa deverá vender valor, não preço – tenha em mente sempre que o fator mais importante para o cliente é o benefício que ele busca obter com a compra do seu produto e não o dinheiro que gastará para adquiri-lo.

O objetivo deste artigo é mostrar aspectos do marketing tradicional e as mudanças ocorridas nos últimos anos, com o advento do marketing digital.

O artigo tem como objeto de pesquisa os seguintes questionamentos:

- O marketing não é a apenas a arte de vender produtos, é um processo social na qual obtemos a necessidade e desejo por meio da criação, mesmo que o consumidor não precise de algo, o marketing faz o consumidor acreditar que ele precisa adquirir esse ou aquele produto ou serviço?
- O marketing digital amplia essa capacidade de convencimento dos clientes que ele precisa adquirir esse ou aquele produto ou serviço?

A partir de tal premissa pode-se formular a seguinte hipótese:

- É possível afirmar que a estratégia de mercado tem no marketing societal uma forte orientação de marketing das empresas que buscam atender as necessidades, os desejos e os interesses dos mercados-alvo e fornecer as satisfações desejadas mais eficaz e eficientemente que a concorrência, de uma maneira que preserve ou melhore o bem-estar social no longo prazo.
- A revolução digital colocou uma série de novos recursos nas mãos dos consumidores: aumento substancial do poder de compra; maior variedade de bens e serviços disponíveis; grande quantidade de informações sobre praticamente tudo; maior facilidade em interagir e fazer e receber pedidos; capacidade de comparar impressões sobre produtos e serviços.

O desenvolvimento metodológico desta pesquisa foi baseado em campo teórico, exploratório bibliográfico, tomando como base livros, artigos científicos, trabalhos acadêmicos, revistas acadêmicas, entre outras fontes de consulta.

1. O QUE É MARKETING?

De acordo com Kotler (2000; p. 20) “Marketing é um processo societal por meio das quais indivíduos e grupos obtêm aquilo de que necessitam e que desejam com a criação, a oferta e a livre negociação de produtos e serviços”.

O marketing societal define a orientação de marketing das empresas em relação à maneira como elas buscam atender as necessidades, os desejos e os interesses dos mercados-alvo e fornecer as satisfações desejadas mais eficaz e eficientemente que a concorrência, de uma maneira que preserve ou melhore o bem-estar social no longo prazo.

Segundo Nickels (1996, p. 4), Marketing é o processo de estabelecer e manter relações de troca mutuamente benéficas com clientes e outros grupos de interesse.

O marketing indica que uma organização destina todos os seus esforços para satisfazer aos consumidores ou clientes – a certo lucro. (MCCARTHY; PERREAULT 1997, p. 36).

De acordo com McCarthy e Perreault (1997, p. 36) o conceito de marketing é uma ideia simples, mas muito importante, está estruturada sob a orientação de mercado, que fundamentalmente está arraigada a três componentes:

1. Satisfação do consumidor;
2. Esforço total da empresa;
3. Lucro (ou outra medida de sucesso em longo prazo) como objetivo.

Segundo Kotler (2013) o Marketing é a função empresarial que identifica necessidades e os desejos insatisfeitos, define e mede sua magnitude e seu potencial de rentabilidade, especifica que mercado-alvo serão mais bem atendidos pela empresa, isso permite a empresa decidir sobre produtos, serviços e programas

adequados para servir a esses mercados selecionados e convoca a todos na organização para pensar no cliente e atender ao cliente com excelência.

De acordo com definição da *American Marketing Association - AMA*[1] "Marketing é uma função organizacional e um conjunto de processos que envolvem a criação, a comunicação e a entrega de valor para os clientes, bem como a administração do relacionamento com eles, de modo que beneficie a organização e seu público interessado. (AMA, 2005). "É a atividade, conjunto de instituições e processos para criar, comunicar, distribuir e efetuar a troca de ofertas que tenham valor para consumidores, clientes, parceiros e a sociedade como um todo. (AMA, 2008, p. 2012).

Marketing é o conjunto de esforços criativos e táticos que devem ser utilizados para adaptarmos o produto ou serviço ao mercado, às mudanças ocorridas no macroambiente, com o foco de conservar e tornar leal o cliente. (Giuliani, 2003, p. 9).

As empresas adotam estratégias para alavancar as vendas de seus produtos e serviços. A orientação estratégica norteia os negócios da empresa e a sua forma de agir diante o mercado e seus clientes.

1.2. AS NECESSIDADES E O COMPORTAMENTO DOS CONSUMIDORES

O Marketing não cria necessidades, mas apenas as identifica, para que possam ser satisfeitas, com soluções adequadas. Primeiramente, é importante salientar a diferença que existe entre necessidade e desejo.

Kotler (1999) define que cada dia para as empresas está mais difícil manter-se competitivas, tudo muda muito rapidamente, a única vantagem para a empresa hoje é a capacidade de aprender e mudar com rapidez.

De acordo com Kotler (1999, p. 30) "empresas bem-sucedidas serão poucas – apenas aquelas que conseguirem fazer com que seu marketing se altere tão rapidamente quanto o mercado".

Para que as empresas possam ser bem-sucedidas devem entender a diversificação do conceito, entendendo que o marketing é o conjunto dos métodos e dos meios que uma organização dispõe para promover, nos públicos pelos quais se interessa, percebendo os comportamentos favoráveis à realização dos seus próprios objetivos. (TORRES, 2014)

A tecnologia faz com que tudo mude muito rapidamente, as empresas têm que estar sempre conectadas às mudanças, o ambiente da Internet é primordial para qualquer empresa, hoje não é mais um diferencial, e sim uma obrigação já que tudo envolve a Internet cada dia mais.

A necessidade é um estado de privação de alguma satisfação básica, desejo é algo que as pessoas buscam satisfazer embora o objeto de desejo não vise suprir uma necessidade básica. Por exemplo, temos necessidade de tomar água e desejo de tomar um suco de laranja de uma determinada marca ou um bom vinho.

As empresas têm de demonstrar aos clientes que seu preço é justo e o produto é de qualidade, deste modo, não adianta apenas dizer ao cliente, a empresa precisa demonstrar o valor do seu produto. A argumentação, a princípio, deve estar direcionada à demonstração ao cliente de que pechinchar até pode representar economia, mas um produto muito barato geralmente tem qualidade inferior, o que no fim das contas, significará mais gastos e mais problemas.

Destacar a qualidade, a versatilidade, a durabilidade e a confiabilidade de seu produto e todas as demais características que possam interessar ao cliente, isto é condição *sine qua non*[2]. Evidentemente busque conquistar a confiança do cliente, convença-o de que você está vendendo um produto no qual ele pode confiar.

A empresa deve focalizar os benefícios do produto. Ressalta-se que os benefícios, em vendas, tornam-se mais eficazes que as características do produto em si. O vendedor deve expor as vantagens do produto, sem deixar de levar em conta o benefício e as perspectivas do cliente. Será preciso identificar os desejos do consumidor, prestar atenção aos seus comentários e ao seu comportamento. Isso vai fornecer ao vendedor mais argumento com o intuito de acabar com qualquer oposição do cliente no fechamento do negócio.

Estabeleça o preço baseado no benefício, isto é, o valor que seu produto deve ter como ponto fundamental e o nível de satisfação que ele dará ao cliente. A empresa tem de descobrir as vantagens de seu produto, os benefícios que vão suprir as maiores

necessidades do cliente. Questionar sempre sobre o seu produto é uma tarefa cotidiana para a empresa – O produto vai possibilitar a economia de tempo ao cliente? Irá reduzir-lhe o custo do trabalho? Cabe a empresa demonstrar aos clientes como o produto facilita e atende suas necessidades ou os benefícios que ele terá.

A empresa não deve deixar de observar que são as pessoas que tomam a decisão de comprar os produtos ou não e não a empresa. Por conseguinte, é nas pessoas que a empresa tem de despertar o interesse em seu produto - o comprador passou a ter maior capacidade de decisão. Portanto, o ser humano é que deve ser conquistado e não a empresa.

Tenha sempre um forte apelo para a emoção, isto quer dizer, que embora algumas pessoas utilizem a lógica para decidir-se por uma compra, todos somos vulneráveis às nossas emoções. Acredite a emoção ainda tem um peso muito grande no fechamento de uma venda se comparada à razão: inclui-se ai o bom atendimento, o carisma, o comprometimento e envolvimento do vendedor em relação ao comprador ou cliente.

Crie, por conseguinte, um quadro emocional envolvendo as perspectivas, interesses, desejos do comprador e as qualidades de seu produto.

1.3. O NOVO CENÁRIO DE MARKETING

A nova era digital aproximou as pessoas, podemos nos comunicar com um amigo do outro lado do mundo, ou comprar em um site de outro país que recebemos o produto em casa. Isso mudou nosso padrão de vida, a facilidade com que nos conectados o tempo todo com todo mundo.

Kotler e Armstrong definem que (2007, p. 18):

> Os grandes avanços tecnológicos recentes criaram uma nova era digital. O crescimento explosivo nas áreas da informática, das telecomunicações, da informação, do transporte e de outras tecnologias causou grande impacto no modo como as empresas entregam valor a seus clientes.

As empresas devem utilizar as inovações da tecnologia, será uma questão de sobrevivência no mercado. Isso facilita, deixa o cliente mais próximo da empresa, com um e-mail o consumidor efetua a troca de um produto que está com defeito, com um clique, sem sair de casa efetua compras desde roupas, até eletrodomésticos, móveis etc.

Gabriel (2011, p. 3) afirma que há uma inversão do vetor de marketing:

> Todas essas transformações são responsáveis por um processo de inversão do vetor de marketing. No marketing de massa, a comunicação dominante se dá no sentido da marca para o consumidor. No cenário digital, a comunicação dominante acontece no sentido do consumidor para a marca: quando ele busca a marca escolhe o que, quando, onde e como. Se analisarmos a alteração do comportamento do consumidor nesse processo de inversão do vetor de marketing, veremos que ele passou de telespectador (um espectador de tela) para um tele-interativo (um interator de tela). Nessa mudança de papel passivo para ativo podemos destacar as quatro telas que têm acompanhado o consumidor – o cinema, a televisão, o computador e o telefone celular. O vídeo "*The 4thScreen*" da Nokia (http://www.youtube.com/watch?v=5V-2qQS3NY0) apresenta de forma muito interessante às transformações gradativas de comportamento e possibilidades, conforme as telas foram introduzidas na sociedade.

Não há dúvidas que a mobilidade e os meios de comunicação permitiram o acesso e compartilhamento de conteúdos em escala mundial de forma instantânea e simultaneamente com inúmeras pessoas. O progresso tecnológico acelerado, principalmente a comunicação móvel, trouxe enormes mudanças no nosso modo cotidiano de viver. Isso requer das empresas o claro entendimento das novas formas de se relacionar com os clientes e a nova maneira de concretizar negócios.

Esse novo desafio imposto à empresa é a capacidade de integrar um conjunto de conhecimentos relativos à comunicação por meio dos múltiplos canais. Segundo Guitarrari (2014, p.2)

> As empresas terão de planejar a sua estratégia de marketing, sem deixar de fora a comunicação dirigida e adequar as suas mensagens às novas plataformas tecnológicas que dão acesso a essa infinidade de conteúdos, além de atuarem com as suas campanhas, nos múltiplos canais ao mesmo tempo.

Martins; Rodrigues (2014, p. 1) complementam as considerações sobre o desafio imposto à empresa, destacando os novos tempos para o setor de marketing:

> Os tempos para o novo setor de marketing mudaram. Com a ascensão da era da internet, o novo cenário do marketing digital vai além do que fazer o produto ser vendido o mais rápido possível: mas também toma conta da marca rodar na cabeça das pessoas e o seu caminho para chegar até elas. [ ] Além disso, o novo marketing acredita que a inserção da marca não é mais inovador, e sim, essencial para o crescimento no mercado, tornando as relações cliente-empresa cada vez mais estreito, ao

> mesmo tempo que a informação se tornou rápida e democrática. Mais dinamismo, agilidade, facilidade, adequação e rapidez nos resultados caracterizam o novo tempo do marketing e a prática do marketing digital, utilizando de formas essenciais como as redes sociais para tornar a informação e a comunicação os fatores importantes para a obtenção de sucesso nos resultados.

Nesse momento é importante ressaltar que a principal ferramenta utilizada para atingir o consumidor ainda continua sendo a publicidade comercial, por meio impresso, via anúncios em rádios e TVs. Mas, as empresas, com a popularização do uso da Internet, são obrigadas a investir mais recursos humanos, infraestrutura e investimentos financeiros no marketing digital, e ao fazê-la acabam descobrindo a grande vantagem que este investimento oferece em relação a custo benefício, se comparados a outras formas de mídias e o retorno sobre o capital investido.

1.4. O MARKETING 3.0

O marketing 1.0 surgiu logo no desenvolvimento da tecnologia de produção em massa durante a Revolução Industrial. O marketing 2.0 se formou a partir da tecnologia da informação e a difusão da Internet. Já o marketing 3.0 nasceu devido a novas plataformas virtuais e mídias sociais.

Kotler (2012, p.1) destaca que

> O marketing antigo morreu. Antes, os consumidores não tinham tanto conhecimento da empresa, eles só viam o que dizia a publicidade. Ou seja, as empresas detinham o monopólio da informação. Hoje, isso mudou. Você pode conhecer a empresa tanto quanto ela. Você pode entrar na internet e saber todos os detalhes de um produto, quem são seus concorrentes e tudo mais.

A Internet, a explosão das redes sociais, a expansão da telefonia móvel em larga escala, fez surgir o conceito de “Marketing 3.0”, pelas quais as empresas buscam uma aproximação eficiente com os clientes e potenciais clientes, com um forte estímulo induzido, oferecendo uma gama de bens e serviços como nunca se viu. Também chamado de “marketing digital”, tendo como fundamento a abordagem que utiliza a internet e outros meios digitais como instrumento para atingir os seus objetivos: conquistar cada vez mais clientes. Deste modo, os atuais consumidores têm um papel fundamental na criação e desenvolvimento de novos produtos e serviços, adequando-os às reais necessidades do mercado.

Para Kotler (2013) a nova definição de marketing é baseada nas considerações e desejos dos cidadãos globais, como respeito ao meio ambiente, aos valores humanos (da mente, do coração e do espírito) e às novas tecnologias. “O marketing será menos eficaz nos próximos anos porque os orçamentos serão menores. Isso exigirá profissionais que saibam fazer mais com menos”, Atualmente, 70% das empresas atuam sob o conceito do Marketing 1.0 (focado no produto), 25% no Marketing 2.0 (voltado ao cliente) e apenas uma parcela pequena, algo em torno de 5%, atua sob o conceito do Marketing 3.0.

Segundo Kotler (2013, p. 1):

> As empresas precisam investir mais no crescimento e na renovação da marca e não simplesmente na manutenção dela. Talvez, a solução ideal seja criar dois departamentos de marketing: o primeiro seria o tradicional, para realizar todo o trabalho técnico do dia-a-dia, e o segundo seria bem menor que o primeiro, mas com profissionais que pensem no marketing estrategicamente, com uma visão voltada para o futuro, de três a cinco anos à frente.

Pode-se afirmar que a necessidade é tudo aquilo que deve ser satisfeito, caso contrário causará algum tipo de indisposição naquele que a está sentindo. Se alguém sente frio somente se satisfará com um agasalho ou algo que o aqueça. Nesse caso, tem-se alguém com uma necessidade bem definida.

1.5. MARKETING DIGITAL

A popularização da rede mundial de computadores provocou uma grande revolução na sociedade global, esse fenômeno em larga escala, colocou uma série de novos recursos à disposição dos consumidores, por meio do aumento substancial do poder de compra; maior variedade de bens e serviços disponíveis; grande quantidade de informações sobre praticamente tudo; maior facilidade em interagir e fazer e receber pedidos; capacidade de comparar impressões sobre produtos e serviços.

As evoluções tecnológicas estão modificando o dia a dia e o comportamento da sociedade, causando, com isso, um impacto direto em vários segmentos, isso não foi diferente com o marketing, temos hoje o marketing digital, caracterizado por uma nova maneira de encarar o mercado, sua consolidação é fato, assim sendo, as empresas e os profissionais que tiverem um conceito sólido do que representa o marketing digital na economia atual e o

domínio prático sobre as práticas desse novo mercado formado por *zeta bits* vão prosperar nesse novo contexto competitivo internacionalizado.

Em relação à inovação ela deve ser incansável de acordo com Kotler (2012, p. 2) "se você inovar frequentemente terá muitos fracassos, mas se você não inovar, sairá do mapa. Então, você não tem escolhas". Para ele, "não basta ter apenas uma cultura de inovação, é preciso mantê-la constantemente, porque o mundo não para".

Segundo VAZ (2011) a metodologia dos 8Ps do marketing digital envolve a pesquisa, planejamento, produção, publicação, promoção, propagação, personalização e precisão. Essa metodologia trata de forma contínua, sistêmica e cíclica de estratégias voltadas a uma plataforma que envolve o processo digital, desde a pesquisa de marketing digital até a precisão na mensuração dos resultados obtidos.

Os 8Ps do marketing digital podem ser resumidos da seguinte forma:

- 1º P – Pesquisa. Nesta etapa é realizado o estudo detalhado do mercado a ser trabalhado e identificadas as tendências, a concorrência, o tamanho do publico alvo, entre outras.
- 2º P – Planejamento. Elaboração de um documento contendo todas as diretrizes que guiarão o desenvolvimento do projeto com base nas informações levantadas na primeira etapa planeja-se todas as tarefas e ações das equipes envolvidas.
- 3º P – Produção. Criação e adequação das ferramentas de marketing online, conforme cronograma definido na fase de planejamento. Essa parte explicará como será a fase de desenvolvimento do site.
- 4º P – Publicação. Publicação de conteúdo relevante e otimizado tendo em vista o publico alvo definido. Criação do conteúdo do site segundo critérios de otimização etécnicas persuasivas para o consumidor.
- 5º P – Promoção. Define as ações de comunicação que a empresa deverá fazer para divulgar a sua marca. É muito importante para gerar buzz[3] no mercado. Promoção online de conteúdo, tendo como objetivo a geração de resultados a curto prazo.
- 6º P – Propagação. Propagar o conteúdo gerado no 4º P e promovido no 5º P em redes sociais, fóruns e blog, utiliza-se o Grau de Atividade do Consumidor – o consumidor atuando como vendedor da marca. Utilização das redes sociais para propagação da campanha, geração de leads, redução do custo de aquisição de novos clientes, dentre outras.
- 7º P – Personalização. Define as estratégias de fidelização por meio do marketing de relacionamento via web com campanhas de e-mail marketing. Por meio da segmentação do mercado são desenvolvidas estratégias personalizadas de comunicação e fidelização de cientes.
- 8º P – Precisão. Análise e mensuração contínua e quais os resultados esperados, nos baseando nas pesquisas feitas no 1º P, principalmente com relação a volume de buscas de palavras-chave no Google. Pós-mensuração e interpretação de indicadores, são feitos ajustes levando-se em consideração as ações que geraram maior retorno.

Deve-se ressaltar que a metodologia utilizada nos 8Ps do marketing digital não é um desenvolvimento ou ampliação dos 4Ps do Marketing (Preço, Praça, Produto e Promoção) tradicionais do marketing, as duas abordagens coexistem de maneira harmoniosa e complementar.

O composto de marketing segundo Torres (2014) é chamado de 4Ps, sendo um conjunto de instrumentos à disposição do administrador para implementar estratégias de marketing. Posteriormente foi criado os 4Cs que atende o ponto de vista dos clientes. Estabelecendo uma associação de cada P com cada C, conforme demonstrado no quadro n° 1.

Quadro n° 1 - Relação entre P e C do marketing

4Ps	4Cs
Produto	Cliente (solução para o)
Preço	Custo (para o cliente)
Praça (pontos de venda)	Conveniência
Promoção	Comunicação

Empresas vencedoras serão as que conseguirem atender às necessidades dos clientes de maneira econômica e conveniente, com comunicação efetiva.

Como as práticas de marketing digital estão mudando a forma de se fazer marketing:

- As práticas de negócios no mundo estão mudando exponencialmente.
- E-businessusa meios e plataformas eletrônicas para fazer negócios.
- Sites Web de e-commercefacilitam a venda on-line de produtos e serviços.
- E-purchasing de fornecedores on-line facilitação no processo de compras das empresas, visto que eletronicamente é mais fácil e prática a compra de diversos fornecedores on-line.
- Esforços de e-marketingincluem aqueles que informam, comunicam, promovem e vendem produtos e serviços pela Internet.

Em relação ao E-commerce pode-se destacar:

- B2B (*Business to Business*) é a transação comercial on-line realizada entre empresas. Em outras palavras, é um ambiente (Plataforma de E-Commerce) na qual uma empresa (indústria, distribuidor, importador ou revenda) comercializa seus produtos para outras empresas. A natureza dessa operação pode ser revenda, transformação ou consumo.
- B2C (*Business to Commerce*) é a transação comercial on-line realizada entre empresa (indústria, distribuidor ou revenda) e consumidor final através de uma plataforma de E-Commerce. A Natureza dessa operação tende a ser apenas de consumo. A Natureza dessa operação tende a ser apenas de consumo.
- C2B (*Consumer-to-business*) é o comércio eletrônico modelo de negócio, no qual os consumidores podem oferecer produtos e serviços para as empresas e as empresas de pagá-los. Este modelo de negócio é uma inversão completa do modelo de negócio tradicional, onde as empresas oferecem bens e serviços aos consumidores (*business-to-consumer* = B2C). Por exemplo, um blog na qual o autor oferece um link para um negócio on-line facilitando a compra de algum produto, e o autor pode receber a receita da filial de uma venda bem sucedida. Esse processo facilita a comunicação entre clientes e empresas.
- C2C (*Consumer-to-consumer*) é a transação on-line realizada entre pessoas físicas, é considerada, por muitos especialistas, uma espécie de "terceira onda" do comércio eletrônico. Os negócios C2C são realizados por meio de uma plataforma eletrônica na Internet e intermediados por uma empresa que oferece a infraestrutura tecnológica e administrativa. Consumidores geram informações on-line sobre produtos via grupos de interesse e salas de bate-papo. As transações ocorrem via sites de negócios on-line como *E-Bay*.

Em relação às ações de marketing utilizadas pelas empresas mistas (reais e virtuais) tendem, muitas vezes, a enfrentarem situações de conflito entre os canais de comunicação, mas também é certo afirmar que empresas mistas tendem a ser mais bem-sucedidas que os concorrentes que utilizam apenas o marketing real, visto que os custos na conquista de clientes são mais baixos; os recursos, o conhecimento, a base de clientes e os relacionamentos com fornecedores tendem a serem superiores.

CONCLUSÕES FINAIS

O marketing foi criado com intuito básico de agregar valor às empresas, que a cada dia por obter mais concorrência no mercado precisavam de um diferencial para atração e escolha do cliente. Com isso ele tornou-se não apenas a propaganda da empresa, marketing é muito mais que isso, ele está diretamente ligado aos fatores financeiros, vendas etc. As empresas só progridem se tiverem todos os contextos interligados, o trabalho em equipe é essencial, cada área da empresa deve se conhecer, se conectar.

As mudanças são significativas no marketing tradicional, a era digital vem aproximando as pessoas cada dia mais, podemos comprar em um site de outro país que recebemos o produto em casa. Isso mudou nosso padrão de vida, a facilidade com que nos conectados o tempo todo com todo mundo.

Com o passar dos anos o mercado modificou-se, não é mais como era antes, as influências hoje são outras, as forças sociais são outras. As pessoas têm novos comportamentos, novas formas de buscar informações, produtos, efetuarem compras etc. Com isso surgiram novos desafios, como incluir-se no meio digital.

A revolução digital abriu portas para uma nova era de informações. Isso leva a comunicação mais direcionada e produção precisa. Grande parte hoje dos negócios é efetuado por meio de redes eletrônicas, como a Internet.

A revolução digital abriu portas para uma nova era de informações. Isso leva a comunicação mais direcionada e produção precisa. Grande parte hoje dos negócios é efetuado por meio de redes eletrônicas, como a Internet.

O *marketing* tem mudado seus padrões desde que a *Internet* tomou rápido crescimento. As empresas tiveram de se adaptar e aproveitar as facilidades que a Internet trouxe, desde o comércio eletrônico, até as propagandas.

Os clientes são eternamente insatisfeitos, e ser bom no mercado atual não basta mais, ser bom é ser igual, ser diferente, inovador. O consumidor busca gratificações, promoções, descontos.

Aspectos da nova economia trouxe a necessidade do marketing abranger: foco do cliente; valor do produto (percepção de valor); serviços de qualidade; mecanismos de troca eficientes para satisfazer as necessidades e os desejos do cliente.

É factível afirmar que o marketing procura identificar as necessidades humanas e sociais e atendê-las, e uma das definições mais curtas de marketing é “atender às necessidades de maneira lucrativa”. Para tanto as empresas inovadoras estão sempre procurando entender as necessidades dos seus clientes.

É possível afirmar que a estratégia de mercado tem no marketing societal uma forte orientação de marketing das empresas que buscam atender as necessidades, os desejos e os interesses dos mercados-alvo e fornecer as satisfações desejadas mais eficaz e eficientemente que a concorrência, de uma maneira que preserve ou melhore o bem-estar social no longo prazo.

A revolução digital colocou uma série de novos recursos nas mãos dos consumidores: aumento substancial do poder de compra; maior variedade de bens e serviços disponíveis; grande quantidade de informações sobre praticamente tudo; maior facilidade em interagir e fazer e receber pedidos; capacidade de comparar impressões sobre produtos e serviços.

BIBLIOGRAFIA

BAKER, M. L. **Administração de marketing.** Rio de Janeiro, Campus, 2005.

BESSA, Cláudio. **Como exportar?** Revista B@B, agosto/2005.

CAMALIONTE, Edilberto; FONTES, Adolfo. **Inteligência de mercado:** conceitos, ferramentas e aplicações. São Paulo: Saint Paul, 2011.

CHURCHIL,G. A.; PETER, J. P. **Marketing: criando valor para o cliente**. São Paulo: Saraiva, 2000.

DIAS. Sergio Roberto (coord). **Gestão de Marketing.** São Paulo: Saraiva, 2003.

DRUCKER, Peter F. **Gerenciando a si mesmo.** Harvard Business Review, São Paulo, v. 83, n. 1, p. 89-97, jan. 2005.

GABRIEL, Martha. **O marketing na era digital.** Revista BSP (Business School São Paulo). Edição – Março, 2011 – ISSN 1980-6256.

GUITARRARI, Arthur. **O cenário atual do marketing direto.** ABEMD – Associação Brasileira de Marketing Direto. Disponível em: http://www.abemd.org.br/artigoscompleta.php?id=5056. Acesso em: 15/março/2012.

KOTLER, Philip. **Marketing focado no ser humano**. Disponível em: http://www.mercadoetico.com.br/arquivo/philip-kotler-apresenta-o-conceito-de-marketing-focado-no-ser-humano. Acesso em: 15/julho/2013.

_____. **Marketing essencial.** São Paulo: Pearson Education, 2005.

_____ **Administração de marketing.** São Paulo: Prentice Hall, 2000.

_____ **Marketing para o século XXI**: como criar, conquistar e dominar mercados. São Paulo: Futura, 1999.

KOTLER, Philip; ARMSTRONG, Gary. **Princípios de Marketing**. 12ª Ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

KOTLER, Philip; KELLER, Kevin Lane. **Administração de Marketing**. 12ª Ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

MARÓSTICA, Eduardo; MARÓSTICA, Neiva; BRANCO, Valdec Romero Castelo. **Inteligência de Mercado.** São Paulo: Cengage Learning, 2014.

MARTINS, José Roberto. **Grandes marcas, grandes negócios.** Como pequenas e médias empresas devem criar e gerenciar uma marca vencedora. 2 ed. São Paulo: Global Brands, 2005.

MARTINS, Willson; RODRIGUES, Daniele. **Os novos tempos do marketing.** Disponível em: http://www.willsonmartins.com.br/?p=719. Acesso em: 22/junho/2014.

MATTAR, F. N. **Pesquisa de marketing**: metodologia, planejamento. São Paulo: Atlas, 1997.
MELLO, Leandro de Mello. **Os 8 P´s do marketing digital.** Disponível em: http://www.magoweb.com/blogs/leandrodemello/marketing-digital/os-8ps-do-marketing-digital. Acesso em: 13/09/2013.
RICHERS, Raimar. **O que é Marketing.** São Paulo: Editora Brasiliense, 1982.
ROCHA, A. da, CHRISTENSEN, C. **Marketing:** teoria e prática no Brasil. 2 ed. São Paulo: Atlas, 1999.
TORRES, Carlos Alberto. **Conceitos de marketing.** Disponível em: http://www.administradores.com.br/artigos/marketing/conceitos-de-marketing/24803/. Acesso em: 24/julho/2014.
TORRES, Cláudio. **A Bíblia do Marketing Digital:** tudo o que você queria saber sobre marketing e publicidade na Internet e não tinha a quem perguntar. São Paulo: Novatec, 2009.
VAZ, Conrado Adolpho. **Os 8Ps do marketing digital:** o seu guia estratégico de marketing digital. São Paulo: Novatec, 2011.

Notas

[1] American Marketing Association (AMA).Dictionary of marketing terms.Disponível em: <https://www.ama.org/>. Acesso em: 30/04/2012.

[2] Significa mesma condição

[3] Buzz significa zumbido, zunido, burburinho. É uma palavra da língua inglesa. Significa também um murmúrio, um sussurro. Buzz geralmente é uma conversa animada, ou um ruído de fundo. O termo é muito utilizado em marketing, isto é, uma ideia surge e se espalha de maneira diferente através dos comunicadores, contagiando e incentivando as pessoas, surgiu na hora certa, para as pessoas certas no lugar certo. Existem também as campanhas de buzz marketing, que identifica as tendências de mudanças e atua antes que vácuos sejam criados, dispondo de uma vantagem competitiva no mercado por ter se antecipado a outros. Buzz marketing é uma forma de realizar marketing, é uma estratégia que encoraja indivíduos a repassar uma mensagem de marketing para outros, criando potencial para o crescimento da empresa ou do produto, tanto na exposição como na influência da mensagem. Disponível em: <http://www.significados.com.br/buzz>/. Acesso em: 25/julho/2014.

ABSTRACT

The marketing is for the whole part, formal or informally, people and organizations wrap up in a great number of activities that you/they could be called of marketing. The marketing has if transformed an ingredient more and more indispensable for the success in the businesses. The marketing involves the identification and the satisfaction of the human and social needs. It can be considered that there will always be the need to sell. But the objective of the marketing is to turn superfluous the sale effort. The objective of the marketing is to know and to understand the customer, to conquer the customer's trust and to get to maintain his/her fidelity is, today, the largest challenge for the companies that want to maintain competitive With passing of the years the market he/she modified, it is not more as it was before, the influences today are other, the social forces are other. The people have new behaviors, new forms of looking for information, products, they make purchases etc., with that new challenges appeared how to include in the digital way.

Keywords: Marketing. Digital. Marketing. Customers. Behavior.

ASPECTOS RELEVANTES DA ALIENAÇÃO PARENTAL

Helder de Jesus Dias
Professor da Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas Santa Rita de Cássia
Mestre em Direito

Regiane Nogueira
Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas Santa Rita de Cássia
Aluna do curso de Direito

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo abordar um tema tão recente e ao mesmo tempo tão "velho": a prática da alienação parental. Situação que é mais comum do que se imagina. Serão abordados conceitos sobre o tema. O surgimento da Lei 12.318/2010 e um breve comentário aos seus artigos serão expostos no presente trabalho. Serão discutidos aspectos relevantes à alienação parental, tais como a importância do Poder Judiciário nas suas decisões e dos diversos profissionais envolvidos neste tema. Por fim, serão apresentados alguns casos de pessoas que sofreram ou sofrem as consequências da prática, consciente ou não, da denominada alienação.

Palavras-Chave: Alienação Parental. Lei 12.318/2010. Poder Judiciário.

INTRODUÇÃO

A alienação parental é um tema recente, portanto toda cautela se faz necessária à aplicação da Lei, devendo sempre salvaguardar os mais frágeis dessa história: as crianças e os adolescentes.

A sociedade tem presenciado uma discussão atual sobre o tema da proteção da criança sobre a ótica das novas relações familiares, principalmente diante das separações e divórcios que se tornaram uma realidade massiva e bastante presente, gerando efeitos diversos que devem ser estudados com cuidado.

O presente trabalho tem como principal escopo, analisar o atualíssimo tema sobre a alienação parental, sobre a ótica moderna e seus efeitos nessa sociedade que a cada dia presencia um número maior de famílias onde os pais são divorciados e tem na guarda dos filhos a única possibilidade de acompanhar o desenvolvimento das crianças.

1. CONCEITOS: FAMÍLIA, ALIENAÇÃO PARENTAL E SÍNDROME DA ALIENAÇÃO PARENTAL

Atualmente o conceito de família vem sendo interpretada de diversas maneiras. Primeiramente tem especial proteção do Estado como dispõe o artigo 226, "caput", da Constituição Federal de 1988: *"Art. 226. A família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado."*

A Constituição Federal ainda em seu artigo 226 e parágrafos, esclarece que família não é somente constituída pelo casamento civil, mas pela união estável e pela família monoparental (que é a entidade familiar constituída por qualquer dos genitores e seus descendentes[1]).

> § 3º Para efeito da proteção do Estado, é reconhecida a união estável entre o homem e a mulher como entidade familiar, devendo a lei facilitar sua conversão em casamento;
> § 4º Entende-se, também, como entidade familiar a comunidade formada por qualquer dos pais e seus descendentes.

Porém não devemos esquecer que a cada dia tal conceito vem evoluindo mais e mais, e hoje não podemos enquadrar apenas esses três tipos como conceito familiar. Encontramos no dia-a-dia, diversas famílias, constituídas de diferentes maneiras, como por exemplo, a família homoafetiva (a união de casais do mesmo sexo - tão comum na sociedade atual).

> O autor Roberto Senise Lisboa disserta perfeitamente sobre o assunto:
> O simples fato de o constituinte ter se limitado a prever três categorias de entidades familiares não pode se constituir numa proibição de reconhecimento de outras entidades familiares, já que o ordenamento jurídico, ao regular determinadas categorias (o casamento, a união estável entre o homem e a mulher e a relação entre o ascendente e o descendente), não excluiu a possibilidade da existência de outras (outras relações monoparentais, as uniões homoafetivas etc.)." [2]

Entende-se que atualmente homens e mulheres são capazes de exercerem atividades uns dos outros, que família não é mais constituída pelo homem, mulher e filhos, mas há várias outras denominações para a caracterização deste conceito, e cada vez mais esta ideia vem se ampliando e transformando a nossa sociedade.

Partindo de tal conceito, aprofundar-se-á ao tema em específico. A alienação parental é uma prática utilizada pelo genitor alienante ou quem detém a guarda de afastar a criança ou adolescente do genitor alienado.

Quando o genitor alienante pratica estes atos, infringe não somente a Lei 12.318/2010, mas a Constituição Federal, o Estatuto da Criança e do Adolescente entre outras disciplinas que preservam a integridade social, moral e física do menor.

O artigo 227 da Constituição Federal diz que a proteção da criança e do a/dolescente passa a ser dever da família, da sociedade e do Estado.

O Estatuto da Criança e do Adolescente por sua vez surge para tratar de forma mais específica à proteção da criança e do adolescente, e entre os artigos estabelecidos no referido Estatuto, o 5º assim dispõe:

> Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais."[3]

Percebe-se o cuidado existente no nosso ordenamento jurídico quando diz respeito à criança e ao adolescente. E este cuidado deve ser preservado não somente dentro de um lar composto pelo casal e seus filhos, mas também quando este casal se separa.

Porém, infelizmente, após a dissolução do casamento, um dos cônjuges (a maioria das vezes mulheres) esquece esses direitos e dificultam a boa convivência com o outro.

Verifica-se, portanto, que a alienação parental é o instrumento utilizado por um dos cônjuges para afastar do outro o convívio dos filhos, ou seja, o objetivo do alienante é afastar o filho do ex-parceiro(a).

> Normalmente, o genitor alienador lança suas próprias frustrações no que se refere ao insucesso conjugal no relacionamento entre o genitor alienado e o filho comum. O objetivo do alienador é distanciar o filho do outro genitor. Isso se dá de diversas formas, consciente ou inconscientemente.[4]

Conclui-se que a prática da alienação parental surge após a dissolução do casamento, onde um dos cônjuges, em sua maioria, mulheres, pois estas são quem detém a guarda da prole, se utilizam da fragilidade da criança ou do adolescente para denegrir a imagem do(a) ex-companheiro(a) e afastá-los do convívio em comum.

A alienação parental deve ser cuidadosamente solucionada, pois os principais prejudicados nessa história são àqueles que necessitam de total amor, proteção e atenção de seus pais: as crianças e adolescentes.

O dano causado psicologicamente na criança ou adolescente é a chamada síndrome da alienação parental que passo a chamar apenas de SAP. A SAP surgiu em 1985 pelo médico psiquiatra Richard Gardner, que constatou por meio de pesquisas em crianças o distúrbio apresentados devido a "lavagem cerebral" que o genitor alienante causa à criança.

> Associado ao incremento dos litígios de custódia de crianças, temos testemunhado um aumento acentuado na freqüência de um transtorno raramente visto anteriormente, ao qual me refiro como Síndrome de Alienação Parental (SAP). Nesse distúrbio vemos não somente a programação ("lavagem cerebral") da criança por um genitor para denegrir o outro, mas também contribuições criadas pela própria criança em apoio à campanha denegritória do genitor alienador contra o genitor alienado. Por causa da contribuição da criança, não considerei que os termos lavagem cerebral, programação ou outra palavra equivalente pudessem ser suficientes. Além disso, observei um conjunto de sintomas que aparecem tipicamente juntos, um conjunto que garantiria a designação de síndrome. De acordo com isso, introduzi o termo Síndrome de Alienação Parental para abranger a combinação desses dois fatores, os quais contribuem para o desenvolvimento da síndrome (Gardner, 1985a). De acordo com o uso desse termo, sugiro a seguinte definição da Síndrome de Alienação Parental:
>
> A Síndrome de Alienação Parental (SAP) é um distúrbio da infância que aparece quase exclusivamente no contexto de disputas de custódia de crianças. Sua manifestação preliminar é a campanha denegritória contra um dos genitores, uma campanha feita pela própria criança e que não tenha nenhuma justificação. Resulta da combinação das instruções de um genitor (o que faz a "lavagem cerebral, programação, doutrinação") e contribuições da própria criança para caluniar o genitor-alvo. Quando o abuso e/ou a negligência parentais verdadeiros estão presentes, a animosidade da criança pode ser justificada, e assim a explicação de Síndrome de Alienação Parental para a hostilidade da criança não é aplicável.[5]

As modificações no comportamento dessas crianças ou adolescentes se manifestam de formas diversas, cada um reage de uma maneira diferente: umas ficam agressivas, outras deprimidas, ou seja, a SAP (Síndrome da Alienação Parental) afeta na formação psíquica da criança ou adolescente.

> [...] São crianças que, por exemplo, costumavam ser ótimas alunas e repentinamente, ante a ausência do pai ou da mãe, apresentam uma queda no rendimento escolar, muitas vezes levando a reprovação; outras passam a ter insônia; outras ficam ansiosas, agressivas, deprimidas, enfim, marcadas por algum sofrimento.[6]

Verifica-se que a SAP esta relacionada com o psicológico da criança ou adolescente, os seus sentimentos são afetados e prejudicados devido aos atos cometidos pelo genitor alienador.

A psicóloga e psicanalista Maria Antonieta Pisano Motta, nos ensina:

> Embora o alienador acuse o outro genitor de maus tratos, negligência e desinteresse em relação à prole, ele é o que mais danos causa, sendo que a SAP constitui-se em verdadeira forma de abuso psicológico contra crianças e adolescentes que são a ela submetidos.[7]

Pode-se concluir que a síndrome da alienação parental causa um transtorno psicológico à criança ou adolescente, modificando sua consciência, prejudicando-o no seu convívio familiar e social, ou seja, é a modificação do comportamento perante outras pessoas.

1.1. DIFERENÇA ENTRE ALIENAÇÃO PARENTAL E SÍNDROME DA ALIENAÇÃO PARENTAL

Embora estejam interligados os seus conceitos não se confundem. A alienação parental é o processo, é a conduta do genitor

alienante em implantar acusações à criança ou adolescente contra o genitor alienado. Já a SAP é a consequência que estas atitudes causam no psicológico da criança ou adolescente.

> Desse modo, a Alienação Parental e a Síndrome da Alienação Parental se complementam, ou seja, a Alienação Parental é o processo, a conduta do genitor ou do terceiro alienante, a prática de desmoralização, de desconstituição da imagem do genitor alienado e a implantação de realidades inverídicas, na mente do menor, com a finalidade de retirar o direito à convivência familiar entre o genitor e a criança alienada.
>
> Logo, a Síndrome da Alienação Parental relaciona-se com o resultado, com as consequências emocionais e comportamentos advindos da Alienação Parental a serem desenvolvidos pela criança e, por via reflexa, por toda a família, tratando-se de um distúrbio desenvolvido pela situação vivenciada.[8]

A diferença entre ambas é notória, de um lado a alienação parental, conceituada como a prática que o genitor alienante tem sobre à criança ou adolescente implantando falsas memórias contra o outro genitor alienado; do outro lado, a SAP, que são as consequências psicológicas causadas pela alienação parental, ou seja, é o estado emocional, psíquico da criança ou adolescente.

> Alienação Parental é a desconstituição da figura parental de um dos genitores ante a criança. É uma campanha de desmoralização, de marginalização desse genitor. Manipulada com o intuito de transformar esse genitor num estranho, a criança então é motivada a afastá-lo do seu convívio. [...] A Síndrome de Alienação Parental diz respeito aos efeitos emocionais e as condutas comportamentais desencadeados na criança que é ou foi vitima desse processo. Grosso modo, são as sequelas deixada pela Alienação Parental.[9]

Portanto verifica-se que uma depende da outra, estão interligadas, mas que não se deve confundi-las.

2. COMENTÁRIOS À LEI Nº 12.318, DE 26 DE AGOSTO DE 2010

A problemática entre pais disputando seus filhos e induzindo-os a se distanciarem do genitor alienado é uma prática que antecede a referida Lei, ou seja, a alienação parental já existia mesmo antes do surgimento da Lei.

E diante dessa lamentável situação o juiz Elizio Peres (um dos idealizadores do projeto de lei da alienação parental) deu inicio ao projeto, com ajuda das redes sociais e seus contatos com profissionais, tais como psicólogos, assistentes sociais, operadores do direito e fundadores de movimentos sociais.

A Lei 12.318/2010 em seu artigo 1º diz: “Esta Lei dispõem sobre a alienação parental.”

Devido a necessidade de inibir o genitor alienante da prática de alienação parental, criou-se uma ferramenta para os operadores do direito e principalmente aos juízes para que pudessem de maneira coerente combater tal prática.

O autor Douglas Phillips Freitas faz o seguinte comentário a respeito do assunto:

> Mesmo já havendo instrumentos jurídicos para a coibição ou minoração da alienação parental, uma lei específica desta natureza é muito salutar.[10]

O artigo 2º, “caput” da referida Lei define o que é Alienação Parental e quem são os sujeitos da relação, que ao contrário do que muitos pensam não se limita apenas aos genitores, mas aos avós ou qualquer pessoa que detenha a guarda da criança ou adolescente.

Em seu parágrafo único e respectivos incisos a Lei dispõe sobre as formas exemplificativas de alienação parental e alerta que tais formas não são taxativas. Ou seja, além das elencadas nos incisos do parágrafo único do artigo 2º da Lei, poderão surgir, através de atos declarados pelo juiz ou constatados pela perícia, outras formas de alienação parental.

O 3º da Lei da Alienação Parental dispõe sobre as consequências causadas pela prática da alienação parental. Tal ato fere direito fundamental da criança ou do adolescente, além de interferir no seu convívio familiar e social, causando grandes danos psicológicos.

Há ataque direto a um direito fundamental da criança ou do adolescente, cabendo destacar que estamos diante de abuso moral ou abuso afetivo, sendo assim, existe aqui o direito do ingresso à ação por danos morais.

> O art. 3.º da Lei da Alienação Parental subsidia a conduta ilícita (e abusiva) por parte do alienante, que justifica a propositura de ação por danos morais contra ele, além de outras medidas de cunho ressarcitório ou inibitório por (e de) tais condutas.[11]

A Constituição Federal de 1988 em seu artigo 227 é bem clara quando diz que é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente o direito à dignidade, ao respeito, à convivência familiar entre outros direitos para a sua boa formação.

> Artigo 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e a convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.[12]

O artigo 4º e parágrafo único da Lei da Alienação Parental trata da responsabilidade do Magistrado e do Ministério Publico ao constatarem a prática da alienação parental. Primeiramente a ação deve ter prioridade e a preservação psicológica da criança ou do adolescente são tratadas com cautelas.

O Magistrado deve atentar-se quanto ao convívio da criança ou do adolescente com o genitor alienado, não devendo de imediato afastá-los, mas sim assegurar o convívio ou até mesmo reaproximá-los, pois sabe-se que muitos genitores alienantes denunciam falsamente os genitores alienados pela prática de abuso sexual, com o fim de separar definitivamente o(a) filho(a) do genitor alienado.

Lógico que toda cautela se faz necessária e por isso a importância da perícia, mas o Magistrado pode garantir a convivência do genitor alienado com o(a) filho(a) por meio de visitas vigiadas até a conclusão do laudo.

O autor Douglas Phillips Freitas disserta bem sobre o referido tema:

> Ocorre que geralmente tais indícios de alienação parental são apresentados somente após a descoberta de que denúncias graves, como abuso sexual, por exemplo, eram fraudulentas. Quando tais acusações são narradas, por exemplo, em ações de redução ou de suspensão de período de convivência ou modificação de guarda, o magistrado, ainda que desconfie da sua veracidade, deve prezar pelo melhor interesse do menor, devendo dar a tutela necessária para evitar majoração do dano ante a possível veracidade da acusação. Outrossim, salvo raros casos, não se justifica a cessação total do contato com o genitor acusado, devendo, por exemplo, manter períodos de convivência vigiados até a conclusão da investigação.[13]

O artigo 5º da referida Lei diz respeito à perícia. Quando constatada a prática da alienação parental, o magistrado achando necessário determinará perícia psicológica ou biopsicossocial.

Já os parágrafos do referido art. 5º, dispõem, de forma taxativa, a maneira como será feita a perícia multidisciplinar exigindo profissionais qualificados e especializados para a sua realização, que deverão apresentar o laudo no prazo de 90 dias.

O artigo 6º, seus incisos e seu parágrafo, tratam das medidas que o magistrado poderá aplicar ao genitor alienante com o fim de diminuir ou finalizar a prática da alienação parental. O "caput" do referido artigo determina que tais medidas poderão ser aplicadas cumulativamente, não havendo prejuízo na esfera cível (responsabilidade civil) ou criminal. Os incisos do referido artigo são exemplificativos, ou seja, outras medidas poderão ser aplicadas, tendo como único propósito cessar a prática da alienação parental e garantir a dignidade psicológica da criança e do adolescente e o célere convívio com o genitor alienado.

O artigo 7º da Lei da Alienação Parental diz respeito à guarda da criança ou do adolescente. Quando não houver a possibilidade de estabelecer a guarda compartilhada (situação de exceção em virtude a nova legislação sobre o tema), o magistrado deverá atribuir a guarda unilateral ao genitor mais adequado a viabilizar o convívio da criança ou do adolescente com o outro genitor.

Sabe-se que a guarda compartilhada nos dias de hoje é a regra, sendo exceção a guarda unilateral. Agora por força de lei (Lei 13.058 de 22/12/2014, que alterou o Código Civil).

> A Lei da Alienação Parental alcança a discussão promovida com o advento da Lei da Guarda Compartilhada e reafirma que esta deve ser a regra, sendo a exceção a Guarda Unilateral.

O artigo 1.584, § 2º, do Código Civil diz:

> Quando não houver acordo entre a mãe e o pai quanto à guarda do filho, encontrando-se ambos os genitores aptos a exercer o poder familiar, será aplicada a guarda compartilhada, salvo se um dos genitores declarar ao magistrado que não deseja a guarda do menor.

Não há dúvida que o interesse do Estado é fornecer à criança ou adolescente o melhor convívio familiar, lhe proporcionando comodidade e dignidade para o seu crescimento, sem que haja transtornos à sua formação psicológica.

O artigo 8º da referida Lei dispõe sobre a competência relacionada à ações fundadas em direito de convivência familiar, sendo irrelevante a alteração de domicílio da criança ou do adolescente, salvo se houver consenso entre os genitores.

Os artigos 9 e 10 da Lei da Alienação Parental foram vetados (vide a Lei 12.318/2010). A lei surgiu para prevenir que

o genitor alienante continue praticando a alienação e gerando transtornos psicológicos aos seus filhos.

E como ponto principal da lei é a integridade moral e psicológica das crianças e dos adolescentes, houve a necessidade de vetar tais artigos, garantindo o direito de convivência entre ambos os genitores sem que haja transtornos mais agravantes do que a própria situação.

De acordo com a Casa Civil, o ex presidente Luiz Inácio Lula da Silva vetou os artigos 9 e 10 da Lei. O primeiro, porque previa que os pais, extrajudicialmente, poderiam firmar acordo, o que é inconstitucional. Já o artigo 10 previa prisão de seis meses a dois anos para o genitor que apresentar relato falso, nesse caso, segundo a Casa Civil, o veto ocorreu porque a prisão do pai poderia prejudicar a criança ou adolescente.

A Lei da Alienação Parental é uma grande vitória para o Direito de Família. Surgiu para inibir o genitor alienante de usar a criança ou adolescente como arma de vingança contra o genitor alienado.

3. MOVIMENTOS SOCIAIS QUE ENVOLVEM A ALIENAÇÃO PARENTAL

Os movimentos sociais surgiram devido ao crescimento assustador de pais, mães e crianças envolvidas pela prática da alienação parental. Diante disso, surgem movimentos sociais com o intuito de haver uma comunicação entre os envolvidos pela prática da alienação parental, pais e mães trocam suas "experiências", pedem ajuda, tiram suas dúvidas e expõe para a sociedade a importância de divulgar esse tema.

A seguir serão expostos alguns desses movimentos que lutam por seus direitos e ajudam diversas pessoas que sofrem ou sofreram o impacto da alienação parental.

1. PAIS POR JUSTIÇA (http://www.paisporjustica.com.br)
2. APASE (http://www.apase.org.br)
3. SOS PAPAI E MAMÃE! (http://www.sos-papai.org/br_index.html)
4. AMASEP (http://www.amasep.org.br/)

4. O PAPEL DOS OPERADORES E AUXILIARES DE DIREITO E A IMPORTÂNCIA DO PODER JUDICIÁRIO FRENTE À ALIENAÇÃO PARENTAL

O papel de cada integrante nas decisões que envolvam a alienação parental deve ser cuidadosamente discutido. Sabemos que não é fácil imputar a prática de alienação parental a alguém, por isso requer um cuidado especial.

O Poder Judiciário tem um papel extremamente importante nas decisões que envolvam a alienação parental. Qualquer desvio ou falta de preparo, comprometerá o futuro de uma criança ou adolescente.

Por isso todos os profissionais devem trabalhar em conjunto, em união, para que no final, não seja dado uma decisão injusta que prejudique o bom relacionamento entre pais e filhos.

A autora Maria Berenice Dias em seu artigo sobre a alienação parental disserta a importância das decisões de um juiz quando tal tema é levado ao Poder Judiciário.

> Esta notícia, levada ao Poder Judiciário, gera situação das mais delicadas. De um lado, há o dever de tomar imediatamente uma atitude e, de outro, o receio de que, se a denúncia não for verdadeira, traumática será a situação em que a criança estará envolvida, pois ficará privada do convívio com o genitor que eventualmente não lhe causou qualquer mal e com quem mantém excelente convívio. Mas como o juiz tem a obrigação de assegurar proteção integral, reverte a guarda ou suspende as visitas e determina a realização de estudos sociais e psicológicos. Como esses procedimentos são demorados – aliás, fruto da responsabilidade dos profissionais envolvidos –, durante todo este período cessa a convivência do pai com o filho.[14]

Separar o filho de seu pai ou de sua mãe, não é uma tarefa fácil, requer perícias, estudos, provas que suficientemente possam levar a esta conduta.

A assistente social do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, Maria Luiza Campos da Silva Valente, expõe sua ideia quanto ao trabalho do assistente social ao tema.

> É importante que o profissional tenha habilidade para lidar com os temores do alienador, mesmo que pareçam (e sejam de fato) infundados. É preciso ouvi-lo com respeito e acuidade, de modo a desvendar, em seu próprio discurso, as incoerências latentes, sem jamais se colocar numa posição de "comprar a briga" do outro. Afinal, o profissional não pode se tornar mais um componente do processo de litígio.
>
> A sensibilidade e a experiência em manejar situações de litígio são essenciais, permitindo ao profissional contribuir de modo construtivo para a solução do conflito.[15]

A psicoterapeuta de família e casal, Terezinha Féres-Carneiro, apresenta seu parecer sobre a importância do profissional em frente a alienação parental.

> Na clínica de família trabalhamos, sobretudo, com as dificuldades dos pais. É importante que este trabalho seja feito para resgatar junto aos pais as funções que eles têm que desempenhar em relação aos seus filhos. O psicoterapeuta de família deve trabalhar a função parental junto aos pais de forma a reabilitá-los no exercício dessa função, ou seja, validá-los como pais.[16]

A psicóloga e psicanalista, Maria Antonieta Pisano Motta, disserta a importância de todos os profissionais envolvidos neste assunto.

> É dever de cada um dos profissionais sejam psicólogos, assistentes sociais, advogados, médicos, promotores, juízes, desembargadores, preparar-se, abrir-se para novos conhecimentos, ser sujeito e agente de mudança seja de mentalidade, sejam mudanças legislativas que apoiem ações efetivas e ágeis comprometidas com a defesa do maior interesse da criança.[17]

Quando a alienação parental chega ao conhecimento do Poder Judiciário, os profissionais envolvidos para solucionar o problema são de total relevância, pois deve-se ter em mente a total proteção da criança ou adolescente.

5. CASOS ENVOLVENDO A ALIENAÇÃO PARENTAL

Cada vez mais o assunto envolvendo a alienação parental vem sendo divulgado à sociedade, através da internet, jornais, programas de televisão, podemos constatar o crescimento desta problemática, e consequentemente verificamos que tal assunto é tão comum quanto pensamos. Vejamos alguns casos de famílias que passam ou já passaram por esta lamentável situação:

> Estamos em Setembro de 2008. Estão completados 2 anos sem ver e sem conviver com meu filho. Ele segue com transtorno de conduta, desempenho ruim no colégio, a guardiã simplesmente diz que o problema é entre eu e ele! Até a fiscalização sobre ele é difícil, pois os profissionais envolvidos se recusam a falar comigo! Umas atitudes infantis de uns adultos, acobertados pelo sistema, que jogam meu filho num processo que não sei onde vai terminar! Nunca conversei com ele sobre a separação! Aliás, a guardiã resolveu se separar e nem conversar comigo o fez. Ele só sabe um lado da história. Onde há paternidade? Onde há justiça? Um acordo de visitação rasgado na prática e a Justiça, desrespeitada, aviltada, demonstra-se incapaz de agir de forma contundente. Amo muito meu filho e não consigo expor meu amor a ele. A dor que ele sente, sufocada por uma guardiã incapaz de reconhecer o mal que faz sobre o meu filho e sobre ela mesma, como refletirá na personalidade dele? Visita? Convivência? Isso não existe! Paternidade não existe! Sou pai sim! Não abro mão desta posição, deste título! Lutarei até o fim
> para resgatar minha convivência com meu filho! Lutarei para resgatar a saúde mental do meu filho! Por enquanto, ser pai é apenas sofrimento e mais nada![18]
> Alexandre, 46 anos, Gerente de Projetos.
> Rio de Janeiro – RJ.
> Pai de Ottavio, 13 anos.
> "Meus pais se separaram quando eu tinha dois anos de idade. Minha mãe rasgou todas as fotos. Eu não sabia nada sobre ele, não tinha lembranças. Ela dizia que ele não prestava, tinha traído e tentado matá-la. Quando eu tinha uns oito anos, meu pai foi nos visitar. Foi um encontro estranho e tenso. Estava com raiva daquele homem. Quando minha mãe disse que ele voltaria no jantar do dia seguinte, fiquei ansiosa. Bolei perguntas. Quando ele não apareceu, minha mãe falou: "tá vendo, não disse que ele não prestava? Ele veio aqui apenas para diminuir a pensão". Na verdade, minha mãe combinara com ele de nos levar (eu e minha irmã) para a praia. Ele ficou no sol nos esperando e não aparecemos. Nunca mais voltou. Minha mãe disse a ele que era melhor se afastar porque sua visita fez muito mal a nossa estabilidade emocional. Sobre a pensão, também era uma mentira. Minha mãe havia se casado novamente, mas não tinha avisado o meu pai que continuava a lhe pagar pensão e, neste episódio, além de nos visitar requereu à Justiça a exoneração. Só fui reencontrar meu pai onze anos mais tarde, aos 19 anos de idade, nos EUA, onde ele morava com a segunda esposa e seus filhos. E isso só foi possível porque eu rompi com a minha mãe. Hoje em dia, posso dizer que meu pai é meu confidente, amigo e companheiro de todos os momentos. Foi um relacionamento construído em base mais sólida, a verdade. Muita gente 70 acha que as mulheres fazem isso porque são possessivas em relação aos filhos ou que é só vingança contra o ex-marido, mas que as crianças são bem tratadas. É falso. Uma pessoa que faz isso não respeita o filho com o ser humano. Um genitor que é capaz de alienar também comete maus tratos sem maiores pudores. Já ultrapassou o limite da moralidade mesmo[19]
> Karla, Jornalista.
> Brasilia – DF
> Filha de Socrates.

CONCLUSÃO

Hoje a prática da alienação parental é ato ilegal, gozando de tutela específica do Estado. Violar os artigos da Lei 12.318/2010 imputa ao genitor alienante sanções.

A prática da alienação parental é algo extremamente sério que deve ser cuidadosamente estudado e solucionado.

Separar uma criança ou adolescente de um dos seus pais é um ato que requer certeza, fundamentos, daí a importância do Poder Judiciário e seus assistentes na orientação e na solução deste problema que, infelizmente, vem crescendo em meio à sociedade.

O trabalho demonstra como é importante a nova legislação e a seriedade com que deve ser tratada e encarada pelas autoridades brasileiras, mais ainda pelo Poder Judiciário, órgão capaz de exercer o poder coercitivo do Estado, garantindo o direito das crianças e dos adolescentes.

Deve-se observar e proteger, priorizando, a dignidade social e mental da criança ou adolescente, que nestes casos, são os maiores prejudicados.

"Crianças órfãs de pais vivos" é uma frase muito utilizada por aqueles que sofrem da alienação parental, o que devemos ABOLIR de nossa sociedade.

BIBLIOGRÁFIA

Autor anônimo. A MORTE Inventada Alienação Parental. Roteiro e Direção de Alan Minas. Produção de Daniela Vitorino. Rio de Janeiro: Caraminhola Filmes, 2009. 1 DVD (80 min), DVD, son., color.

A BÍBLIA, Livro de Gênesis, Capítulo 2, Versículo 24: traduzida em português por João Ferreira de Almeida. Sociedade Bíblica do Brasil. São Paulo, 1969.

A BÍBLIA, Livro de Efésios, Capítulo 5, Versículos 22, 23 e 28: traduzida em português por João Ferreira de Almeida. Sociedade Bíblica do Brasil. São Paulo, 1969.

BARRETO, Luiza Zelesco. A Família na Idade Média. Disponível em <http://www.negociosdefamilia.com.br/2010/02/familia-na-idade-media.html. Acesso em 27/04/2013 às 10h12.

LISBOA, Roberto Senize. Manual de Direito Civil: Direito de Família e Sucessões. 5ª Ed. reformulada. São Paulo: Saraiva, 2008, pág. 5.

LISBOA, Roberto Senize. Manual de Direito Civil: Direito de Família e Sucessões. 5ª Ed. reformulada. São Paulo: Saraiva, 2008, pág. 7.

XAXÁ, Igor Nazarovicz. A Síndrome de Alienação Parental e o Poder Judiciário. Monografia. Curso de Direito. Instituto de Ciências Jurídicas, Universidade Paulista. São Paulo, 2008. Disponível em <https://sites.google.com/site/alienacaoparental/textos-sobre-sap/Disserta%C3%A7%C3%A3o. Acesso em 14/04/2013 às 15h21.

CHAGAS, Waldeci Ferreira. A Condição da Mulher na África Tradicional. Disponível em <http://itaporanga.net/genero/3/01/03.pdf. Acesso em 27/04/2013 às 10h04.

Disponível em <http://pt.goldenmap.com/Sociedade_matriarcal. Acesso em 27/04/2013 às 11h33.

LISBOA, Roberto Senise. Manual de Direito Civil: Direito de Família e Sucessões. 5ª Ed. reformulada. São Paulo: Saraiva, 2008, pág. 14.

LISBOA, Roberto Senise. Manual de Direito Civil: Direito de Família e Sucessões. 5ª Ed. reformada. São Paulo: Saraiva, 2008, págs. 14 e 15.

DINIZ, Maria Helena. Curso de Direito Civil Brasileiro – 5. Direito de Família. 28ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2013, pág. 36.

Estatuto da Criança e do Adolescente, São Paulo, 2012.

Vade Mecum, compacto, 9ª Ed. Editora Saraiva, Código Civil, artigo 1.589.

Dias, Maria Berenice. Alienação parental: uma nova lei para um velho problema! Disponível em http://www.mariaberenice.com.br/uploads/alie na%E7%E3o_parental_-_uma_nova_lei_para_um_velho_problema.pdf. Acesso em 25/05/2013 às 20h23.

FREITAS, Douglas Phillips. Alienação Parental: Comentários a Lei 12.318/2010. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2012, pág. 36.

SIMÃO, Rosana Barbosa Cipriano. Síndrome da alienação parental e a tirania do guardião: aspectos psicológicos, sociais e jurídicos/Organizado pela Associação de Pais e Mães Separados. Porto Alegre: Editora Equilíbrio, 2012, pág. 14.

D., Richard A. Gardner M. O DSM-IV tem equivalente para o diagnóstico de Síndrome de Alienação Parental (SAP)? Tradução para o português por Rita Rafaeli. Disponível em http://pt.scribd.com/doc/6155591/Sindrome-da-Alienacao-Parental-Richard-Gardner. Acesso em 25/05/2013 às 23h24.

SILVA, Evandro Luiz. Síndrome da alienação parental e a tirania do guardião: aspectos

psicológicos, sociais e jurídicos/Organizado pela Associação de Pais e Mães Separados. Porto Alegre: Editora Equilíbrio, 2012, pág. 29.
SILVA, Evandro Luiz. Síndrome da alienação parental e a tirania do guardião: aspectos psicológicos, sociais e jurídicos/Organizado pela Associação de Pais e Mães Separados. Porto Alegre: Editora Equilíbrio, 2012, pág. 27.
MOTTA, Maria Antonieta Pisano. Síndrome da alienação parental e a tirania do guardião: aspectos psicológicos, sociais e jurídicos/Organizado pela Associação de Pais e Mães Separados. Porto Alegre: Editora Equilíbrio, 2012, pág. 36.
ARAÚJO, Ynderlle Marta de. A Alienação Parental no Ordenamento Jurídico Brasileiro. Disponível em http://www.ibdfam.org.br/artigos/detalhe/876. Acesso em 26/05/2013 às 00h20.
XAXÁ, Igor Nazarovicz. A Síndrome de Alienação Parental e o Poder Judiciário. Monografia. Curso de Direito. Instituto de Ciências Jurídicas, Universidade Paulista. São Paulo, 2008. Disponível em <https://sites.google.com/site/alienacaoparental/textos-sobre-sap/Disserta%C3%A7%C3%A3o. Acesso em 31/08/2013 às 14h57.
ALAMINO, Alexandre. História da Lei da Alienação Parental. Disponível em <http://alaminoar.blogspot.com.br/2010/08/historia-da-lei-da-alienacao-parental.html. Acesso em 27/04/2013 às 15h09.
FREITAS, Douglas Phillips. Alienação Parental: Comentários a Lei 12.318/2010. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2012, pág. 35.
FREITAS, Douglas Phillips. Alienação Parental: Comentários a Lei 12.318/2010. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2012, pág. 37.
Vade Mecum, compacto, 9ª Ed. Editora Saraiva, Constituição Federal de 1988, artigo 227.
FREITAS, Douglas Phillips. Alienação Parental: Comentários a Lei 12.318/2010. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2012, pág. 38.
http://www.paisporjustica.com.br/. Acesso em 27/06/2013 às 21h30.
http://www.paisporjustica.com.br/. Acesso em 27/06/2013 às 21h33.
http://www.apase.org.br/. Acesso em 27/06/2013 às 21h38.
http://www.apase.org.br/12001-objetivos.htm. Acesso em 29/06/2013 às 13h56.
http://www.sos-papai.org/br_index.html. Acesso em 27/06/2013 às 21h46.
http://www.sos-papai.org/br_index.html. Acesso em 29/06/2013 às 14h02.
http://www.amasep.org.br/index.php?option=com_content&view=frontpage&Itemid=82. Acesso em 27/06/2013 às 21h58.
http://www.amasep.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=22&Itemid=29. Acesso em 29/06/2013 às 14h10.
DIAS, Maria Berenice. Alienação Parental – um abuso invisível. Disponível em http://www.mariaberenice.com.br/uploads/4_aliena%E7%E3o_parental_um_abuso_invis%EDvel.pdf. Acesso em 31/08/2013 às 14h35.
VALENTE, Maria Luiza Campos da Silva. Síndrome da alienação parental e a tirania do guardião: aspectos psicológicos, sociais e jurídicos/Organizado pela Associação de Pais e Mães Separados. Porto Alegre: Editora Equilíbrio, 2012, pág. 75.
CARNEIRO, Terezinha Féres. Síndrome da alienação parental e a tirania do guardião: aspectos psicológicos, sociais e jurídicos/Organizado pela Associação de Pais e Mães Separados. Porto Alegre: Editora Equilíbrio, 2012, pág. 68.
OLIVEIRA, Stephanie Mazarino de. É advogada civilista especialista em Direito de Família e Responsabilidade Civil. Formada em Direito pelo Centro Universitário Nossa Senhora do Patrocínio.
MOTTA, Maria Antonieta Pisano. Síndrome da alienação parental e a tirania do guardião: aspectos psicológicos, sociais e jurídicos/Organizado pela Associação de Pais e Mães Separados. Porto Alegre: Editora Equilíbrio, 2012, pág. 61.
Pesquisa realizada entre os dias 29/06/2013 a no endereço eletrônico do Tribunal de Justiça do respectivo Estado, sob os argumentos: “Síndrome de Alienação Parental” e “Alienação Parental.”
XAXÁ, Igor Nazarovicz. A Síndrome de Alienação Parental e o Poder Judiciário. Monografia. Curso de Direito. Instituto de Ciências Jurídicas, Universidade Paulista. São Paulo, 2008. Disponível em <https://sites.google.com/site/alienacaoparental/textos-sobre-sap/Disserta%C3%A7%C3%A3o. Acesso em 09/09/2013 às 12h48.
SILVA, Edson Guimarães. Sou pai, não sou visita.
http://edsonguimaraessilva.blogspot.com.br/2

008/10/sou-pai-no-sou-visita.html. Acesso em 09/09/2013 às 14h14.
XAXÁ, Igor Nazarovicz. A Síndrome de Alienação Parental e o Poder Judiciário. Monografia. Curso de Direito. Instituto de Ciências Jurídicas, Universidade Paulista. São Paulo, 2008. Disponível em <https://sites.google.com/site/alienacaoparental/textos-sobre-sap/Disserta%C3%A7%C3%A3o. Acesso em 09/09/2013 às 14h29.
XAXÁ, Igor Nazarovicz. A Síndrome de Alienação Parental e o Poder Judiciário. Monografia. Curso de Direito. Instituto de Ciências Jurídicas, Universidade Paulista. São Paulo, 2008. Disponível em <https://sites.google.com/site/alienacaoparental/textos-sobre-sap/Disserta%C3%A7%C3%A3o. Acesso em 09/09/2013 às 14h51.
VENOSA, Silvio de Salvo. Direito Civil: Direito de Família. 8ª ed. São Paulo: Atlas, 2008.
LISBOA, Roberto Senise. Manual de Direito Civil: Direito de Família e Sucessões. 5ª ed. reformulada. São Paulo: Saraiva, 2008.
GOMES, Jocélia Lima Puchpon. Síndrome da Alienação Parental – O Bullyng Familiar. 1ª ed. São Paulo: Imperium Editora e Distribuidora, 2013.
FREITAS, Douglas Phillips. Alienação Parental – Comentários à Lei 12.318/2010. 2ª ed. revista, atualizada e ampliada. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2012.
A MORTE Inventada Alienação Parental. Roteiro e Direção de Alan Minas. Produção de Daniela Vitorino. Rio de Janeiro: Caraminhola Filmes, 2009. 1 DVD (80 min), DVD, son., color.
http://www3.pucrs.br/pucrs/files/uni/poa/direito/graduacao/tcc/tcc2/trabalhos2011_1/vanessa_assumpcao.pdf. Acesso em 17/02/2013 às10h14.
http://www.sandravilela.adv.br/?gclid=CJvv6Ii o67UCFQf0nAodRFgAwA. Acesso em 18/02/2013 às 16h46.
http://www.ibdfam.org.br/imprensa/noticias-do-ibdfam/detalhe/5016. Acesso em 28/04/2013 às 11h45.
http://www.tjac.jus.br/. Acesso em 29/06/2013 às 15h13.
http://www.tjal.jus.br/. Acesso em 29/06/2013 às 15h15.
http://www.tjam.jus.br/. Acesso em 29/06/2013 às 15h19.
http://www.tjap.jus.br/portal/. Acesso em 29/06/2013 às 15h22.

Notas

[1] LISBOA, Roberto Senise. Manual de Direito Civil: Direito de Família e Sucessões. 5ª Ed. reformulada. São Paulo: Saraiva, 2008, pág. 14.
[2] LISBOA, Roberto Senise. Manual de Direito Civil: Direito de Família e Sucessões. 5ª Ed. reformada. São Paulo: Saraiva, 2008, págs. 14 e 15.
[3] Estatuto da Criança e do Adolescente, São Paulo, 2012.
[4] SIMÃO, Rosana Barbosa Cipriano. Síndrome da alienação parental e a tirania do guardião: aspectos psicológicos, sociais e jurídicos/Organizado pela Associação de Pais e Mães Separados. Porto Alegre: Editora Equilíbrio, 2012, pág. 14.
[5] D., Richard A. Gardner M. O DSM-IV tem equivalente para o diagnóstico de Síndrome de Alienação Parental (SAP)? Tradução para o português por Rita Rafaeli. Disponível em http://pt.scribd.com/doc/6155591/Sindrome-da-Alienacao-Parental-Richard-Gardner. Acesso em 25/05/2013 às 23h24.
[6] SILVA, Evandro Luiz. Síndrome da alienação parental e a tirania do guardião: aspectos psicológicos, sociais e jurídicos/Organizado pela Associação de Pais e Mães Separados. Porto Alegre: Editora Equilíbrio, 2012, pág. 29.
[7] MOTTA, Maria Antonieta Pisano. Síndrome da alienação parental e a tirania do guardião: aspectos psicológicos, sociais e jurídicos/Organizado pela Associação de Pais e Mães Separados. Porto Alegre: Editora Equilíbrio, 2012, pág. 36.
[8] ARAÚJO, Ynderlle Marta de. A Alienação Parental no Ordenamento Jurídico Brasileiro. Disponível em: http://www.ibdfam.org.br/artigos/detalhe/876. Acesso em 26/05/2013 às 00h20.
[9] XAXÁ, Igor Nazarovicz. A Síndrome de Alienação Parental e o Poder Judiciário. Monografia. Curso de Direito. Instituto de Ciências Jurídicas, Universidade Paulista. São Paulo, 2008. Disponível em <https://sites.google.com/site/alienacaoparental/textos-sobre-sap/Disserta%C3%A7%C3%A3o. Acesso em 31/08/2013 às 14h57.
[10] FREITAS, Douglas Phillips. Alienação Parental: Comentários a Lei 12.318/2010. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2012, pág. 35.
[11] FREITAS, Douglas Phillips. Alienação Parental: Comentários a Lei 12.318/2010. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2012, pág. 37.
[12] Vade Mecum, compacto, 9ª Ed. Editora Saraiva, Constituição Federal de 1988, artigo 227.
FREITAS, Douglas Phillips. Alienação Parental: Comentários a Lei 12.318/2010. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2012, pág. 38.
[14] DIAS, Maria Berenice. Alienação Parental – um abuso invisível. Disponível em http://www.mariaberenice.com.br/uploads/4_aliena%E7%E3o_parental_um_abuso_invis%EDvel.pdf. Acesso em 31/08/2013 às 14h35.
[15] VALENTE, Maria Luiza Campos da Silva. Síndrome da alienação parental e a tirania do guardião: aspectos psicológicos, sociais e jurídicos/Organizado pela Associação de Pais e Mães Separados. Porto Alegre: Editora Equilíbrio, 2012, pág. 75.
[16] CARNEIRO, Terezinha Féres. Síndrome da alienação parental e a tirania do guardião: aspectos psicológicos, sociais e jurídicos/Organizado pela Associação de Pais e Mães Separados. Porto Alegre: Editora Equilíbrio, 2012, pág. 68.
[17] MOTTA, Maria Antonieta Pisano. Síndrome da alienação parental e a tirania do guardião: aspectos psicológicos, sociais e jurídicos/Organizado pela Associação de Pais e Mães Separados. Porto Alegre: Editora Equilíbrio, 2012, pág. 61.
[18] XAXÁ, Igor Nazarovicz. A Síndrome de Alienação Parental e o Poder Judiciário. Monografia. Curso de Direito. Instituto de Ciências Jurídicas, Universidade Paulista. São Paulo, 2008. Disponível em <https://sites.google.com/site/alienacaoparental/textos-sobre-sap/Disserta%C3%A7%C3%A3o. Acesso em 09/09/2013 às 12h48.
[19] XAXÁ, Igor Nazarovicz. A Síndrome de Alienação Parental e o Poder Judiciário. Monografia. Curso de Direito. Instituto de Ciências Jurídicas, Universidade Paulista. São Paulo, 2008. Disponível em <https://sites.google.com/site/alienacaoparental/textos-sobre-sap/Disserta%C3%A7%C3%A3o. Acesso em 09/09/2013 às 14h51.

ABSTRACT

This work aims to address an issue so recent and yet so "old", the practice of parental alienation. This situation is more common than you think. Concepts will be addressed on the subject. The emergence of Law 12.318/2010 and a brief comment on it articles will be exposed in this work. Relevant aspects will be discussed about parental alienation, such as the importance of the Judiciary in its decisions and the various professionals involved in this issue. Finally, we introduce some cases of people who have suffered or suffer the consequences of the practice, conscious or not, the so-called alienation.

Keywords: Parental Alienation, Law 12.318/2010, Judiciary.

TRANSDISCIPLINARIDADE: APRENDIZAGEM SIGNIFICATIVA

Alzira Jorri de Tomei
Professora da Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas Santa Rita de Cássia
Psicopedagoga

RESUMO

O objetivo deste artigo reflete as ações educativas no contexto de sala de aula das atividades do profissional docente, frente à realidade do aluno dos cursos de graduação; o resgate da memória construída nos Ensinos Fundamental e Médio para a utilização na prática profissional do profissional de diversas áreas e a sensibilização do aluno à luz do princípio da transdisciplinaridade. Metodologia descritiva e reflexiva. Foi utilizada, para a realização dessas aulas, a metodologia participativa e o objetivo desta prática foi sensibilizar a construção de saberes interligados na vida profissional e pessoal, estimulando, assim, o autoconhecimento para a busca de desafios na aprendizagem com autonomia para a visão da construção da cidadania, maximizando a necessidade da cultura.

Palavras-chaves: Transdisciplinaridade. Educação. Ensino-Aprendizagem.

INTRODUÇÃO

A formação do homem ocorre de forma gradativa, fragmentada e producente. Graduandos, recém-formados e profissionais atuantes precisam se ajustar rapidamente para efetivarem suas assertivas práticas. Não há aprendizagem sem aplicações significativas. Foram observadas dificuldades comuns entre os alunos de todos os anos de curso, obstáculos durante o aprendizado da profissão, sob a ótica docente no Ensino Superior e em outras fases do período de escolaridade, a partir de 1997, com trajetória pelas faculdades particulares de grande, médio e pequeno porte. Diante disso, a proposta alinhada foram as pesquisas sobre o fato em questão; este artigo possibilita compartilhar as reflexões geradas neste contexto.

Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (BRASIL, 1996), que estabelece as diretrizes curriculares da Educação Nacional e o Parecer do Conselho Nacional de Educação CEB/CNE nº 16/99 (BRASIL, 1999) aparecem neste ponto os princípios da educação e, dentre eles, a interdisciplinaridade, a flexibilidade e a contextualização denunciam estarem além da vida prática das instituições, seja no Ensino Fundamental, Médio e até mesmo na graduação. Não é perceptível esse parâmetro construído nos alunos de diversos cursos e pelas variadas disciplinas que ministrei durante os anos de experiência na prática docente. A dificuldade de relacionar as partes e a ausência da capacidade de análise crítica são realidades permanentes em sala de aula, por mais condizente que seja a metodologia no processo ensino-aprendizagem. Essa situação justifica a dificuldade da operacionalização das Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação, que reza as competências e habilidades gerais do egresso, por exemplo, no curso de Enfermagem, ao qual ministrei Interpretação e Elaboração Textual, sobre leituras de preocupantes compreensões pela dificuldade de nomenclatura na literatura compatível nessa área, detalhes cuja competência levam à tomada de decisão, comunicação, liderança, administração/gerenciamento e educação permanente. As diretrizes declaram o perfil do Enfermeiro com formação generalista: (Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Enfermagem instituída pelo Conselho Nacional de Educação Nacional (CNEN), Resolução CNE/CES Nº 3, de 7 de Novembro de 2001 (BRASIL, 2001,p. 1).

...dos objetivos do Ensino Fundamental: (BRASIL, 1998, p. 8):

> Que os alunos sejam capazes de questionar a realidade, formulando-se problemas e tratando de resolvê-los, utilizando, para isso o pensamento lógico, a criatividade, a intuição, a capacidade de análise crítica, selecionando procedimentos e verificando sua adequação humanista, crítica e reflexiva para que se torne um profissional qualificado para o exercício de suas funções, com base no rigor científico e intelectual e pautado em princípios éticos. Deve ser capaz de conhecer e intervir sobre os problemas/situações que lhe forem inerentes, com ênfase na sua região de atuação, identificando as dimensões biopsicossociais dos seus determinantes. Que seja capacitado a atuar, com senso de responsabilidade social e compromisso com a cidadania, no caso a enfermagem, como promotor da saúde integral do ser humano.

Como colaborar com a formação de profissionais que serão responsáveis por pessoas com o *déficit* de competências e habilidades que chegam no 3º grau? Como trabalhar a quantidade de conteúdos impostos pela universidade sem os elementos básicos incorporados neste "ser aluno"? O discente deve utilizar os conhecimentos de várias disciplinas para resolver um problema concreto ou compreender um fenômeno por diferentes pontos de vista, como aqueles que compõem as competências do enfermeiro, que é a área exemplificada neste estudo, uma vez que o paciente/ cliente/família/comunidade são complexos e possuidores de características únicas.

A visão sobre o humano segundo Salvador (2006, p. 115):

> Somos seres humanos. Somos seres únicos, singulares e, como tais, diferentes uns dos outros. Somos seres históricos, datados e situados. Somos seres planetários. Somos seres culturais. Somos seres pensantes. Somos seres de relação, relacionamo-nos, como o outro, como o contexto e conosco mesmos. Somos sujeitos e, pela mediação da linguagem, construímos conhecimentos, passamos informações que poderão ser processadas em conhecimento e assim sucessivamente.

Explícita-se nessa visão a capacidade do ser humano, portanto, não podemos esquecer os fatores que podem interferir nesse processo de construção do

conhecimento. Entre os fatores estão: a estrutura e organização da grade curricular do curso de Enfermagem, a ausência de comunicação entre os docentes do semestre ou do ano que contribuem para a desunião dos conteúdos, o despreparo dos alunos ao ingressarem na graduação e os docentes de Enfermagem que são tecnicistas e reproduzem o ensino tradicional pelo qual foram formados. Esses componentes interferem no desenvolvimento do raciocínio crítico do aluno.

Para Morin (2000, p. 35-38) a educação do futuro, para que o conhecimento seja pertinente, deverá ser contextualizada para ter sentido, deve estar globalizada, definida como o conjunto das diversas partes ligadas a ele de modo inter-retroativo ou organizacional, também muldimensional, pelo fato de o ser humano ser, ao mesmo tempo que biológico, psíquico, social, afetivo e racional. Por fazer parte de uma sociedade que possui as dimensões histórica, econômica, sociológica, religiosa. E por fim o complexo Morin (2000, p.38)

> O conhecimento pertinente deve enfrentar a complexidade. Complexus significa o que foi tecido junto; de fato, há complexidade quando elementos diferentes são inseparáveis constitutivos do todo (como o econômico, o político, o sociológico, o psicológico, o afetivo, o mitológico), e há um tecido interdependente, interativo e inter-retroativo entre o objeto de conhecimento e seu contexto, as partes e o todo, o todo e as partes, as partes entre si. Por isso, a complexidade é a união entre a unidade e a Multiplicidade.

O ser humano não pode ser entendido, compreendido, cuidado ou orientado pelo enfermeiro com o olhar fragmentado para a resolução de problemas. Compreender aspectos da relação entre as disciplinas com o mundo contribui para o desenvolvimento consciente de profissionais éticos, humanísticos, autônomos, cooperativos, solidários, capazes de propor soluções criativas de problemas que a sociedade propõe, de gerenciar e atuar criticamente em um mundo em incessante transformação, de proceder tomadas de decisões fundamentadas, capazes de atuar em equipes multidisciplinares e que contribuam, de forma efetiva, para a melhoria da qualidade de vida em nossa sociedade, em todos os níveis de atenção à saúde.

E para visualizarmos a integralidade no ser humano é necessário possuir atitude interdisciplinar, descrita por Fazenda (2003, p.75).

> [...] atitude de espera ante os atos não consumados, atitude de reciprocidade que impele a troca, que impele o diálogo, ao diálogo com pares idênticos, com pares anônimos ou consigo mesmo, atitude de humildade ante a limitação do próprio saber, atitude de perplexidade ante a possibilidade de desvendar novos saberes; atitude de desafio, desafio ante o novo, desafio em redimensionar o velho; atitude de envolvimento e comprometimento com os projetos e com as pessoas neles envolvidas; atitude, pois, de compromisso em construir sempre da melhor forma possível; atitude de responsabilidade, mas sobretudo, de alegria, de revelação, de encontro, enfim, de vida.

Essa atitude proporciona crescimento pessoal, profissional e educacional, tanto aluno e professor. É um exercício constante de aprender a aprender.

1. REALIDADE

Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) possui o Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA), vários países participam e entre eles o Brasil. A coordenação no Brasil é realizada pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). O objetivo é contribuir para a qualidade da educação no país, apresentando indicadores para nortear as políticas educacionais para melhorar o ensino básico. A avaliação é aplicada a cada três anos e constam três áreas do conhecimento: Leitura, Matemática e Ciências. São membros da OCDE e participam do PISA 34 países.

O PISA examina a capacidade dos alunos de analisar, raciocinar e refletir ativamente sobre seus conhecimentos e experiências, focando competências que serão relevantes para suas vidas futuras, na solução de problemas do cotidiano. Em 2012, o Brasil ficou em 58º lugar dos 65 países participantes e abaixo da média da OCDE em Matemática, Ciências e Leitura. Segundo a análise do Inep - Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE, 2012)

> 49,2% dos estudantes brasileiros conseguem, no máximo, entender a ideia geral de um texto que trate de um tema familiar ou fazer uma conexão simples entre as informações lidas e o conhecimento cotidiano. Apenas um em cada duzentos alunos atinge o nível máximo de leitura. Ou seja, cerca de 0,5% dos jovens são capazes de compreender um texto desconhecido tanto na forma quanto no

conteúdo e fazer uma análise elaborada a respeito.

Os dados mostram que há muito a fazer pelos alunos dos Ensinos Fundamental e Médio, para que ingressem nas universidades mais preparadas para o desenvolvimento das competências profissionais. Enquanto as políticas educacionais são revistas, há a necessidade emergente de em pouquíssimo tempo previsto pela grade curricular, para que o docente da graduação desempenhe seu papel de educador (trabalhar os déficits de anos anteriores), para que esses não interfiram negativamente nos objetivos da disciplina que ministra. Portanto, nesta situação caótica, o uso do princípio da transdisciplinaridade colabora para as relações de conteúdos anteriores com os atuais, além de sensibilizar os alunos quanto às necessidade de assumirem a responsabilidade de resgatar lacunas de conhecimento nesse processo, pois elas dificultam o desenvolvimento nos estudos posteriores.

2. A TRANSDISCIPLINARIDADE EM SALA DE AULA

Após a realização de uma dinâmica, com o objetivo de integrar o docente aos alunos, inicia-se a aula com algumas perguntas. A primeira: Quais as disciplinas que vocês tiveram no Ensino Fundamental e Médio? Com uma visão privilegiada em relação às faces dos alunos, é possível que sejam vislumbradas as mais diversas sensações, sorrisos, comentários, referindo-se ao túnel do tempo entre o aprendizado em fase inicial sobre determinada área e o retorno das informações de forma atualizada. Convém dizer que as leituras de mundo se apresentam de formas diferentes, pelo conhecimento empírico que só o tempo é capaz de nos favorecer.

Com participação em massa dos alunos e com ambiente descontraído, começam a relembrar as disciplinas e, automaticamente, fazem associação com os professores que as ministraram e surgem comentários agradáveis e preocupantes em relação aos professores, sentimentos que perduram até então. As respostas são escritas no quadro branco, sem a preocupação de ordenação. Essas foram as disciplinas citadas: Matemática, Português, Biologia, Ciências, História, Geografia, Física, Química, Religião, Sociologia, Psicologia, Idiomas, Educação Física, Artes, Estudos de Problemas Brasileiros (EPB). Alguns citaram disciplinas como Redação, Gramática, História do Brasil, História Mundial, Geografia do Brasil e Mundial, Trigonometria e outras, essas foram trabalhadas separadamente na época, devido à flexibilidade de currículo. Quando citadas, foram inseridas nas disciplinas do eixo central. O clima criado pela pergunta permite que o aluno resgate o passado que, a princípio, traz a lembrança de bons momentos, fator observado pelo não-verbal: todos falam juntos, movendo-se na cadeira e conversando uns com os outros, comportamento comum entre crianças e adolescentes em sala de aula.

Quando os alunos são questionados quanto aos motivos pelos quais tiveram algumas disciplinas, percebe-se o silêncio entre eles, na tentativa de buscarem uma resposta, assim como olhares indagadores, testas franzidas, mãos nos queixos e, aos poucos notam-se as respostas de que deviam saber um pouco cada “coisa”, que precisaram saber ler e escrever para serem cidadãos, alguns informam que nunca pensaram a respeito. Poucas foram as respostas das turmas que participaram dessa atividade. Houve desconforto, sensação comum ao se deparar diante de informação desconhecida. Enquanto os alunos refletem, buscando responderem ao segundo questionamento, interfere-se a análise com o terceiro: onde estão as tais disciplinas no ser humano? Onde estão os números na formação humana? Percorrendo as respostas entre a idade, estatura, peso, índice de massa corpórea, balanço hídrico, cálculo de medicação nos resultados de exames laboratoriais (no caso de alunos da Enfermagem), começaram a perceber relações entre Matemática e o ser humano. Percebeu-se a surpresa declarada pelos semblantes dos alunos, precisando de tempo para relacionarem o que aprenderam no passado, passando a oferecer as respostas de forma mais confiante.

A percepção de que a Radioterapia é vista por posicionamento do paciente no leito, a visão pela Ótica, a coluna pela Ergonomia, a Química pela respiração, metabolismo, equilíbrio ácido básico, urina, suor e absorção dos alimentos. Para a Biologia, contextualizaram o estudo das células,

órgãos, tipos físicos, meio ambiente, vírus, bactérias, fungos, hábitos de vida.

A aula fluía e a participação era unânime, a impressão era de descoberta e disposição para pensar e relacionar. As próximas perguntas relacionadas à área de humanas como, Geografia, História, Psicologia, EPB, Religião, Filosofia, Artes foram as que mais levaram tempo para relacionar com o ser humano e, consequentemente, com a Enfermagem. Mas, gradativamente, através de perguntas elaboradas sobre os conteúdos estudados era perceptível a dissipação da nuvem que pairava sobre as cabeças e as respostas aflorando e extrapolando o esperado. Verbalizados pelo corpo discente foram ouvidas as expressões quanto ao critério da pesquisa: interessante, instigante, divertida, estimulante, dinâmica, preocupante e condizente com a aprendizagem significativa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foi possível constatar que a prática da transdisciplinaridade colabora com a formação dos alunos de Enfermagem e outros cursos e os faz perceber a existência de déficit dos conhecimentos que precedem a graduação e/ ou pós-graduação, assim como relacionar os conteúdos da grade curricular do curso de Enfermagem. Houve momentos em que os alunos expuseram suas ideias questionando-as, de forma a possibilitar um ambiente colaborativo, participativo e dialógico o qual é propício para a aprendizagem. O princípio da inter, multi e transdisciplinaridade veio colaborar com o desenvolvimento do indivíduo, aluno e cidadão. Observou-se que a sequência didática realizada também atingiu os objetivos da relação entre o que cada aluno tinha aprendido na infância e adolescência. Assim, puderam estabelecer as relações entre os saberes dos conhecimentos teóricos e práticos do enfermeiro.

Neste contexto, as atividades investigativas através desse complexo constituem um grande recurso que direciona o processo de ensino-aprendizagem e se enriquecem quando possui o foco para a formação de cidadãos participativos, capazes de estabelecer relações entre os conhecimentos das ciências, as tecnologias associadas a estes saberes e as consequências destes para a sociedade.

BIBLIOGRÁFIA

BRASIL. **Lei nº 9.394/96** - *Dispõe sobre a lei de diretrizes e bases da educação nacional*. Brasília (Brasil): Ministério da Educação, 1996.

BRASIL. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL. ***Parâmetros curriculares nacionais:*** *terceiro e quarto ciclos: apresentação dos temas transversais / Secretaria de Educação Fundamental*. – Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. **Parecer CEB/CNE** nº 16/1999 - *Tratado das diretrizes curriculares para a educação profissional de nível técnico*. Brasília (Brasil): Ministério da Educação, 1999.

BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO NACIONAL (CNEN). **Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Enfermagem** instituída pela Resolução CNE/CES Nº 3, de 7 de Novembro de 2001a. http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/Enf.pdf.

BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Câmara de Educação Superior. **Resolução CNE/CES 3/2001**. Diário Oficial da União, Brasília, 9 de Novembro de 2001b. Seção 1, p. 37. http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES03.

BRASIL. Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico. **Programa Internacional de Avaliação de Estudantes.** Disponível em: http://www.pearsonfoundation.org/oecd/brazil.html . Acesso em 25 de maio de 2014.

FAZENDA, Ivani Catarina Arantes. ***Interdisciplinaridade:*** *qual o sentido?* São Paulo: Paulus, 2003.

SALVADOR. Interdisciplinaridade no Ensino Fundamental. *In*: FAZENDA, I.C.A. (Org.). ***Interdisciplinaridade na formação de professores:*** *da teoria à prática*. Canoas/RS: ULBRA, 2006.

ABSTRACT

This essay reflects the educational actions in the context of professional teachers classroom activities, faced with the reality of the undergraduate and graduate students; built in the rescue of College and high school among professional memory practices in real day-to-day routine, linking awareness of transdisciplinarity principles, considering the full contents meaning in multiple educational areas. Descriptive and reflective methodologies. The participatory methodology was used to carry out these lessons and the purpose of this practice was to raise awareness about the knowledge building interconnected with professional and personal life, stimulating the self-knowledge with whole human being vision autonomy about the knowledge building interconnected with professional and personal life, stimulating the self-knowledge with hole human being vision autonomy.

Keywords: Transdisciplinarity, Education, Teaching-Learning Processes

RELEMBRANDO A IMPORTÂNCIA DA SEGURANÇA DO TRABALHO NAS EMPRESAS

Caetano Vasto Neto
Professor da Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas Santa Rita de Cássia
Mestre em Administração

Bruna Segatto Taveira
Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas Santa Rita de Cássia
Aluna do Curso de Lato-Sensu em Gestão de Recursos Humanos

RESUMO

A área de segurança do trabalho nas organizações tem como principal objetivo manter a integridade física e psicológica de seus colaboradores, além de estabelecer regras e normas visando minimizar acidentes de trabalho, doenças ocupacionais e a capacidade de trabalho do colaborador. A segurança no trabalho faz com que as empresas se organizem, aumentando a produtividade e a qualidade de seus produtos e serviços, melhorando também as relações humanas no trabalho. Existem diversos processos que podem refletir em uma melhor política de segurança, mas para que todos esses processos sejam cumpridos e os objetivos de redução de acidentes e uma maior segurança ao trabalhador sejam alcançados é necessário que a organização como um todo esteja focada e disposta a auxiliar o pessoal de segurança no trabalho.

Palavras-chaves: Segurança. Trabalho e prevenção de acidentes.

INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como principal objetivo mostrar a importância da área de segurança no trabalho, bem como também a de ter em seu quadro a Comissão Interna de Prevenção de Acidentes - CIPA entre outros órgãos de apoio. A segurança no trabalho também contempla o controle dos equipamentos de proteção individual - EPIs, a sinalização de obras, entre outras preocupações.

Nos locais de trabalho existem inúmeras situações de risco passiveis de acidentes do trabalho, como quedas, transportes de produtos tóxicos, cargas e materiais explosivos, produtos corrosivos, entre outros. Essa área estuda diversas outras áreas de uma organização, dentre elas, higiene e medicina do trabalho, controle de riscos, controle de máquinas, equipamentos e instalações, psicologia na engenharia de segurança, comunicação e treinamento, proteção do meio ambiente, etc.

1. EVOLUÇÃO DAS LEIS DE PROTEÇÃO AO TRABALHADOR

As leis de trabalho tiveram seu inicio em 1700 quando Bernardino Ramazzini, médico italiano relacionou uma série de doenças que afetavam os trabalhadores de sua época.

Nos anos de 1760 a 1830 na Inglaterra ocorreu um movimento que marcou eternamente a história da humanidade, foi com a Revolução Industrial que se iniciou o processo de mecanização.

Em 1802 o parlamento Britânico aprova a 1ª lei de proteção aos trabalhadores, a Lei da Saúde e Moral dos Aprendizes, que estabelecia o limite de 12 horas de trabalho por dia, proibia o trabalho noturno, obrigava os empregadores a lavar as paredes das fabricas duas vezes por ano e tornava obrigatória a ventilação das mesmas.

No Brasil, a 1ª lei de proteção ao trabalhador surgiu em 1919 estabelecendo que o trabalhador acidentado não precisava obter qualquer prova de culpa do patrão para ter direito a indenização. Em 1930 houve um grande desenvolvimento do processo industrial brasileiro. Nesse período também foi criado o Ministério do Trabalho e da Jornada de Trabalho.

A consolidação das Leis do Trabalho reúne em um compêndio as leis trabalhistas que devem ser cumpridas pelo empregador e pelo empregado. Cria dispositivos a serem cumpridos no campo da Segurança e Medicina do Trabalho pelo Decreto lei 7036 de 10/11/1944 que institui a obrigatoriedade da CIPA nas empresas.

2. ACIDENTE DE TRABALHO

Acidente de trabalho é todo aquele que ocorre durante o exercício do trabalho a serviço da empresa, provocando lesão corporal ou ainda perturbação funcional podendo inclusive causar morte, perda ou redução permanente ou temporária da capacidade para o trabalho. Entre as causas consideradas acidentes de trabalho estão serviços prestados por ordem da empresa mesmo fora do local de trabalho, em viagens a serviço da empresa, no trajeto entre casa empresa ou vice versa, todo tipo de doença profissional (doenças provocadas pelo tipo de trabalho), doenças do trabalho (são doenças causadas pelas condições do trabalho).

De acordo com Campos (2010), acidentes de trabalho fizeram 105.352 vítimas entre os anos de 1972 a 1996, ou seja, 4.214 óbitos por ano, quase uma morte a cada duas horas. No entanto no período de 1998 a 2001 (segundo dados do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS), o número de óbitos caiu para 13.340, cuja média anual de 3.335, uma queda de 22% fruto de uma série de ações, mas com forte presença das atuações das CIPAS além de outros órgãos ligados à segurança no trabalho.

O acidente de trabalho tem como principais características de erro, o ato inseguro, que é praticado pelo homem, geralmente consciente do que está fazendo, este sabendo também que está contra as normas de segurança, como por exemplo, subir em telhados sem o uso do cinto de segurança contra quedas, e a condição insegura, que é a condição do ambiente de trabalho que oferece perigo e ou risco ao trabalhador, isto é, por exemplo, instalações elétricas com materiais de má qualidade ou estes usados e em más condições. Os acidentes e as doenças, quando ocorrem, devem ser encarados como uma forma de aprendizado, como uma oportunidade de melhoria. Assim, é muito importante que

cada um dos trabalhadores contribua na prevenção de acidentes. Os setores de maior risco de uma determinada organização devem sempre estar representados na CIPA.Por isso, espera-se que todos os membros dessa comissão conscientizem da importância de identificar os riscos existentes nos locais de trabalho e de sugerir medidas preventivas.

Os benefícios decorrentes dos acidentes de trabalho são:

- Auxilio Doença: pago pela Previdência Social ao trabalhador que fica impossibilitado de trabalhar por mais de 15 dias.
- Auxilio Acidente: é pago pela Previdência Social quando a redução da capacidade para atividade normal de trabalho, podendo o mesmo exercer outra atividade.
- Aposentadoria por Invalidez: quando acontece a incapacidade total ou permanente do trabalhador.
- Pensão por morte: paga ao pensionista em caso de morte do trabalhador.

3. CIPA

A Comissão Interna de Prevenção de Acidentes - CIPA é de acordo com a legislação brasileira, uma comissão constituída por representantes indicados pelo empregador e membros eleitos pelos trabalhadores, de forma igualitária, em cada área da empresa, tem como objetivo prevenir acidentes e doenças decorrentes do trabalho, a fim de tornar o trabalho, a vida e a saúde do trabalhador mais seguro.

O papel mais importante da CIPA é estabelecer uma relação de diálogo e conscientização, de forma criativa e participativa, entre gestores e empregados, em relação à forma como os trabalhos são realizados, buscando sempre melhorar as condições de trabalho, visando sempre a humanização do trabalho, além de implementar programas de controle médico de saúde ocupacional e de prevenção de riscos ambientais, organiza também treinamentos e reciclagensperiódicas dos funcionários e ainda participam de campanhas de prevenção de doenças.

A Consolidação das Leis do Trabalho e a constituição federal brasileira garantem aos membros da CIPA eleitos (representantes dos empregados) dois anos de estabilidade no emprego, durante esse tempo somente poderão ser desligados da empresa os funcionários demitidos por justa causa. O período correto de estabilidade, na verdade, tem uma duração um pouco maior do que dois anos: vai do momento de registro de candidatura do empregado à CIPA até um ano após o término de seu mandato.

As principais atribuições da CIPA são:

- Identificar e relatar condições de riscos no ambiente de trabalho;
- Propor medidas para controle dos riscos observados;
- Prevenir acidentes e doenças relacionadas o trabalho;
- Elaborar mapa de risco;
- Realizar reuniões periódicas;
- Vistoriar periodicamente os riscos nos ambientes de trabalho sobre suas possíveis consequências;
- Manter entrosamento com o SESMT da empresa se houver.
- Além da CIPA, muitas empresas possuem o órgão POE (Programa de Operações de Emergência), que tem como atribuições:
- Primeiros Socorros ao indivíduo, Acidente de trabalho;
- Brigada de Incêndio, com treinamento de extintores, hidrantes e mangueira;
- Organizar simulados de incêndio.

4. SESMT

O Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho - SESMT foi estruturado em 1981 com a lei da proteção ao menor. Na prática é uma equipe de profissionais da saúde que está sempre nas organizações para proteger a integridade física dos trabalhadores. A equipe de segurança no trabalho é composta pelo técnico de segurança do trabalho, que é responsável por informar e identificar a todos do grupo as novas normas e exigências, engenheiro de segurança no trabalho, que atua para reduzir perdas e danos materiais. O médico do trabalho que é o profissional responsável por realizar exames de saúde ocupacional, exames de admissão e demissão. O enfermeiro do trabalho, responsável por dar apoio aos pacientes no ambulatório ou nas áreas dentro das organizações.

O SESMT está estabelecido no artigo 162 da Consolidação das Leis do Trabalho e é regulamentado pela Norma Regulamentadora 04.O SESMT tem também a função de instruir e alertar os colaboradores sobre novas doenças, esclarecer qualquer tipo de duvida a respeito de doenças já existentes e também evitar que pequenos detalhes na empresa possam causar acidentes e prejudicar o funcionamento de uma organização.

5. Equipamentos de proteção individual (EPI)

O Equipamento de Proteção Individual - EPI é todo dispositivo ou produto, de uso individual utilizado pelo trabalhador, para proteção contra riscos capazes de ameaçar sua segurança e sua saúde.

De acordo com Junior (2011), o uso deste tipo de equipamento só deverá ser feito quando não for possível tomar medidas que permitam eliminar os riscos do ambiente em que se desenvolve a atividade, ou seja, quando as medidas de proteção coletiva não forem viáveis, eficientes e suficientes para atenuação dos riscos e não oferecem completa proteção contra os riscos de acidentes do trabalho e/ou de doenças profissionais e do trabalho.

Existem também os EPCs, equipamentos de proteção coletiva, que são utilizados no ambiente de trabalho de modo que proteja os trabalhadores dos riscos inerentes aos processos, entre eles, o enclausuramento acústico de fontes de ruído, a ventilação dos locais de trabalho, a proteção de partes móveis de máquinas e equipamentos, a sinalização de segurança, dentre outros. Como o EPC não depende da vontade do trabalhador para atender suas finalidades, este tem preferência pelo uso dos EPIs, ele colabora no processo minimizando os efeitos negativos de um ambiente de trabalho que apresenta grandes riscos ao trabalhador. Dessa forma então, o EPI será obrigatório somente se o EPC não atenuar os riscos completamente ou se oferecer proteção parcial.

5.1. Tipo de EPIS e EPCs

Os equipamentos de segurança ou EPIS podem variar de acordo com o ramo de atividade ou setor da empresa, de qualquer forma, a empresa é obrigada a fornecer aos empregados de forma gratuita os EPIs adequados para cada tipo de atividade, os equipamentos devem estar em perfeito estado de conservação e funcionamento. Conforme a Norma Regulamentadora. São obrigatórios quando**:**

- Sempre que as medidas de ordem geral não ofereçam completa proteção contra riscos de acidentes do trabalho ou de doenças profissionais e do trabalho;
- Enquanto as medidas de proteção coletiva estiverem sendo implantadas;
- Para atender as situações de emergência.

É de total responsabilidade do SESMT ou CIPA recomendar ao empregador o EPI adequado ao risco existente em determinada atividade. Entre os tipos de EPIs estão;

- Proteção auditiva: Abafadores de ruídos ou protetores auriculares;
- Proteção respiratória: Máscaras e filtros;
- Proteção visual e facial: Óculos e viseiras;
- Proteção da cabeça: Capacetes;
- Proteção para mãos e braços: Luvas e mangotes;
- Proteção de pernas e pés: Sapatos, botas e botinas;
- Proteção contra quedas: Cintos de segurança e cinturões.

O equipamento de proteção individual, de fabricação nacional ou importada só poderá ser posto à venda ou utilizado com indicação do Certificado de Aprovação, expedido pelo órgão nacional competente em matéria de segurança e saúde no trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego - MTE.

Dentre as exigências que são feitas ao empregador, estão;

- Adquirir o EPI adequado ao risco de cada atividade;
- Exigir seu uso;
- Fornecer ao trabalhador somente o equipamento aprovado pelo órgão nacional competente em matéria de segurança e saúde no trabalho;
- Orientar e treinar o trabalhador sobre o uso adequado guarda e conservação;
- Substituir imediatamente o EPI, quando este estiver danificado ou extraviado;
- Responsabilizar-se pela higienização e manutenção periódica;

- Comunicar o MTE qualquer irregularidade observada.

Obrigações do colaborador são:

- O colaborador também possui obrigações com os EPIs, para que os equipamentos sejam utilizados de maneira correta proporcionando assim uma redução de custos ao empregador, são eles;
- Utilizar o EPI apenas para a finalidade a que se destina;
- Responsabilizar-se pela guarda e conservação;
- Comunicar ao empregador qualquer alteração que o torne impróprio ao uso;
- Cumprir as determinações do empregador sob o uso pessoal.

Segundo Junior (2011), muitos empresários e grandes organizações acreditam que não precisam investir na segurança no trabalho, seja por falta de interesse ou pelo simples fato de que nunca aconteceu nenhum acidente na empresa, ai está o erro. A melhor maneira de minimizar custos da empresa é investir na prevenção de acidentes, os empresários que não investem na contratação de pessoal especializado e qualificado em segurança do trabalho, podem ter um prejuízo muito maior caso algum acidente venha acontecer, pois, com esse acidente, a empresa terá custos de encargos com advogados, perda de tempo, de material humano na produção e muitos outros problemas. Campos (2010) afirma que muitas empresas tiveram que fechar as portas, isto é, abrir falência por conta de acidentes com seu pessoal, problemas que poderiam ter sido evitados com um pequeno investimento na área de segurança no trabalho.

6. RESPONSABILIDADE PELA CONTRATAÇÃO DA EQUIPE DE SEGURANÇA NO TRABALHO

Engana-se quem acha que somente o dono ou o administrador da empresa é que tem a obrigação de contratar e estabelecer uma comissão de segurança. Esse papel é de responsabilidade de todos os membros da diretoria, mas é responsabilidade de todos os colaboradores participarem do processo. De nada adianta treinar os funcionários, fazer campanhas, se a diretoria, a maior responsável pela empresa, não estiver envolvida com a Segurança do Trabalho. Se isso acontecer à empresa estará “jogando dinheiro pela janela”, pois, fez investimento para os treinamentos e não colocá-los em pratica.

CONSIDERAÇÕES

As organizações buscam a cada dia obter mais e mais lucros e resultados sobre seus produtos e serviços, porém, para que esses objetivos sejam alcançados é necessário que todos os colaboradores e prestadores de serviços estejam seguros e saudáveis para exercer sua respectiva função. É obrigação das empresas zelarem pela saúde mental, física e psicológica de seus colaboradores e isso só é possível graças à ajuda do pessoal de segurança no trabalho, pois, são eles os responsáveis por manter a integridade dos funcionários, evitando possíveis incidentes e alertando e orientando as pessoas que compõe uma organização ou área de que existem determinados riscos, determinadas situações ou tarefas, de modo que todos os colaboradores estejam com seus equipamentos de segurança, podendo realizar suas tarefas com maior segurança, evitando assim maiores problemas para a empresa e para o próprio funcionário.

BIBLIOGRÁFIA

CURIA, Luis Roberto. **Segurança e Medicina do Trabalho**. São Paulo: Saraiva, 2011.

CAMPOS, Armando. **Comissão Interna de Prevenção de Acidentes**. São Paulo: SENAC, 2010.

LATENCE JR, Sergio. **Organização e Administração**. São Paulo: LTR, 2011.

SILVEIRA, Carlos Henrique. **Noções de Higiene Ocupacional e Segurança do Trabalho.** Itajuba: UNIFEI, 2013.

SIGNORINI, Mario. **Qualidade de Vida no Trabalho.** Rio de Janeiro: TABA CULTURAL, 1999.

HERZER, Lauro Stoll. **Manual de CIPA.** Porto Alegre: EVANGRAF, 2002.

BARBOSA, Rildo Pereira. **Higiene e Segurança do Trabalho.** São Paulo: ATICA, 2013.

MATTOS, Ubirajara de Oliveira. **Higiene e Segurança do Trabalho.** São Paulo: ELSEVIER-CAMPUS, 2011.

SZABO JR, Adalberto Mohai. **Manual de Segurança, Higiene e Medicina do Trabalho.** São Paulo: RIDEEL, 2013.

SALIBA, Tuffi Messias. **Curso Básico de Segurança e Higiene Ocupacional.** Porto Alegre: LTR, 2013.

ABSTRACT

The work safety area in organizations aims to maintain the physical and psychological integrity of its employees, and to establish rules and standards to minimize workplace accidents, occupational diseases and the employee's ability to work. Safety in the workplace causes companies to organize, increasing productivity and the quality of its products and services, improving human relations at work. There are several processes that may reflect a better security policy, but that all these processes are met and the accident reduction objectives and greater safety for the worker to be achieved it is necessary for the organization as a whole is focused and ready to assist security personnel at work.

Keywords: Security. Work and accident prevention**.**

O MARKETING INTERNO - ENDOMARKETING

Francisco Bervenotti
Professor da Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas Santa Rita de Cássia
Mestre em Administração

RESUMO

O objetivo deste trabalho é descrever as atividades, os meios e as estratégias que mais caracterizam o Endomarketing – marketing interno, como um instrumento que possa servir de guia para a construção de um programa de marketing. O trabalho foi realizado por meio de revisão da literatura e exposição de relatos de caso, ou seja, analisa-se a operacionalização do Endomarketing, enquanto processo que aprimora o relacionamento das empresas com seus públicos internos e, consequentemente, com seus mercados específicos.

Palavras-chaves: Endomarketing. Marketing interno. Público interno. Consumidor. Relacionamento.

INTRODUÇÃO

Pode-se afirmar que o Marketing responde às necessidades da organização do Século XX enquanto que o Endomarketing satisfaz ao clima organizacional do Século XXI, a evolução do marketing, que decorre de diferentes fatores, originados nas relações comerciais entre as pessoas e suas sociedades. Estas relações se diferenciam à medida que se amplia a complexidade das sociedades.

Esta complexidade gerou uma lista de decisões relativas às atividades ligadas ao marketing. Com o tempo, ela foi simplificada em 4 itens, conhecidos como os 4Ps (produto, preço, promoção e ponto de venda), formulados por E. Jerome McCarthy.

Todavia, é importante reconhecer que esta lista simplificada pode ser o caminho errado, se a atenção estiver voltada mais para as categorias genéricas do produto, preço, promoção e ponto de venda, que para análise completa de suas subatividades e elementos relacionados. (Cristopher, 1991)

O modelo básico dos 4Ps não capta a real extensão e a complexidade da prática do marketing, nem reconhece, explicitamente, as inter-relações essenciais entre os elementos do composto de marketing, especialmente, durante o processo de consumo, que compreende vários níveis de contato entre a organização e aqueles clientes que estão fora da função tradicional do marketing. Assim, as interações de compra e venda têm grande impacto no comportamento do futuro comprador, devendo ser consideradas como recursos e atividades de marketing. Nesse sentido, as ações de marketing estão disseminadas por toda a organização. (Cristopher, 1991)

Assim, as concepções contemporâneas de marketing procuram enfocar as necessidades do cliente na sua totalidade, inseridas nas relações complexas da sociedade atual. Nesse sentido, procuram superar conceitos e ideias equivocadas ou parciais.

1. DEFINIÇÕES PARA CLIENTES

As definições para clientes, segundo alguns autores mencionados, a seguir, fundam-se na relação entre suas necessidades, a serem satisfeitas, e o mercado.

Kotler (1991) considera que um mercado é composto por clientes potenciais que partilham de uma mesma necessidade ou desejo e estão dispostos e habilitados, num processo de troca, para satisfazer aquela necessidade ou desejo. Tal referência a clientes, quando se trata de mercado, diz respeito a qualquer pessoa ou instituição que possa comprar bens e serviços, tais como: a) consumidores individuais e famílias; b) indústrias, revendedores, governos e instituições e c) internacionais (indivíduos, famílias e instituições externas). Assim, consumidores são todos os indivíduos e famílias que compram ou adquirem produtos e serviços para consumo pessoal.

Em instituições, consumidores são pessoas com autoridade formal para escolher o fornecedor, podem ajudar a delinear especificações de produto e usá-lo ou não; quem de fato o fará, são usuários – integrantes da organização. Em muitos casos, são os usuários que formulam a proposta de compra e ajudam a definir as especificações do produto. Segundo Kotler (1991) um público é qualquer grupo que tem interesse real ou potencial, ou que causa impacto na habilidade da empresa em atingir os seus objetivos. Assim, qualquer empresa, além do público em geral, tem públicos importantes, tais como: empresas financeiras, imprensa, governo, órgãos de defesa do consumidor, comunidades locais e público interno, sendo que este último inclui operários, pessoal administrativo, gerentes e o conselho de diretores (Kotler,1991), ou seja, todas as áreas de uma organização, como descrito por (Cristopher, 1991).

Com relação à qualidade, (Juran,1993) considera que cliente é qualquer um que recebe ou é afetado pelo produto ou processo. Desta forma, os clientes podem ser até inocentes espectadores, tanto externos ou internos à organização. Os clientes, mesmo externos, são afetados pelo produto, mas não integram a empresa produtora; incluem clientes que compram o produto, órgãos governamentais e de regulamentação, entre outros. Já clientes internos são afetados pelo produto e são integrantes da empresa produtora. Eles podem ser funcionários ou organizações que fazem parte da empresa. Nesta

perspectiva, funcionários são chamados de clientes, mesmo não sendo este o sentido habitual dos dicionários. Assim, segundo Juran (1990), clientes são pessoas que estão envolvidas com o produto; podem ser reconhecidas em grupos, definidos como equipes processadoras. Uma equipe processadora pode ser qualquer unidade da organização: a empresa, uma divisão, um departamento, uma tripulação, um indivíduo. Estas equipes são formadas quando há um processo prescrito que se deve executar.

Nelas, as pessoas que fornecem entrada para tal, como por exemplo os insumos, no processo, são chamadas de fornecedores e as que recebem os produtos e serviços (a saída), geralmente, são chamadas de clientes. Aquelas que executam os processos são chamadas de processadores. Este mesmo autor atribui o termo usuário a: qualquer pessoa que execute ações positivas em relação ao produto, como por exemplo, processamento, vendas e utilização propriamente dita.

No entanto, não há dúvidas de que o processo produtivo e o marketing caminham juntos e, para que esses processos obtenham resultados, as pessoas, ou seja, os colaboradores das empresas devem estar unidos e conscientes de que o papel do Endomarketing fará parte integrante desse resultado colhido por todos: a empresa, os colaboradores internos e externos, bem como órgãos governamentais.

Nos anos oitenta, o termo Marketing Interno surgiu em muitas organizações para descrever a aplicação do marketing dentro das empresas, tornando-se uma área na qual a prática aparece à frente da teoria. Observa-se que, apesar da existência de alguns programas de marketing interno, em empresas, poucos livros e artigos foram publicados, destacando a importância e o caráter emergente do tema.

O marketing interno comporta ações de marketing para o público interno Bekin (1993). Ele se refere ao processo cujo foco é sintonizar e sincronizar, implementar e operacionalizar a estrutura de marketing da empresa ou organização que visa ação para o mercado. Os objetivos do marketing interno, ainda na visão de Bekin (1993), são: a) facilitar e realizar trocas entre o público interno, construindo o relacionamento na empresa, harmonizando e fortalecendo as relações interpessoais; b) integrar a noção de cliente nos processos internos da estrutura organizacional, implementando a melhoria na qualidade de produtos e serviços com produtividade de pessoal e de processo.

Conforme Grönroos e George (1991), o marketing interno é uma filosofia para gerenciar os recursos humanos da organização, com base em uma perspectiva de marketing. A adoção desta filosofia deve sustentar um processo contínuo de motivação do colaborador, tendo em vista a satisfação do cliente e a qualidade dos serviços prestados.

O conceito do marketing interno, usando a mesma abordagem do marketing externo, pressupõe que o público interno deva ser melhor motivado para desenvolver uma consciência de serviço e um compromisso orientado para o cliente. (Grönroos e George, 1991). Portanto o marketing interno, como uma nova perspectiva para o gerenciamento dos recursos humanos, além de preocupar-se com o gerenciamento, também atua em todas as áreas dentro da organização, ou seja, utiliza a filosofia, conceitos e ferramentas de marketing, para dar uma contribuição mais eficiente aos objetivos organizacionais.

Para Dufer (1988), o marketing interno, ao valorizar o papel dos recursos humanos e a motivação dos empregados na qualidade do serviço, caracteriza-se por ser uma alavanca para o sucesso do marketing externo. Esta ação deve permitir, por meio do diálogo com os empregados, a concepção e a promoção de ideias, projetos ou valores úteis à empresa, favorecendo desta forma, a sua integração na dinâmica organizacional. Em outras palavras, o marketing interno está ligado ao comportamento da organização e à evolução das práticas de gerenciamento. Ele se fundamenta nas relações de troca que se criam no interior da empresa. Michon (1988)

A proposta básica de marketing interno, segundo Piercy e Morgan (1991), consiste no desenvolvimento de um programa de marketing dirigido para os funcionários da companhia, que é paralelo e coerente com o programa de marketing para o mercado externo, viabilizando, assim, uma nova concepção de empregado colaborador. Esta estratégia se baseia na valorização do papel do empregado no seio da empresa, por meio do reconhecimento de sua participação no sucesso da organização. Para tanto, deve-se criar um ambiente interno que apoie a tomada de consciência do pessoal em relação ao cliente e, ainda, vender serviços,

campanhas e esforço de marketing aos empregados. Portanto, o conceito de marketing interno propõe que as organizações foquem seus esforços na identificação das necessidades do empregado e desenvolvam programas para satisfazê-las. Este é um modo de assegurar que eles façam um trabalho melhor a fim de prover serviços aos clientes. (Piercy e Morgan,1991)

Assim, a aplicação do marketing interno nas organizações pode ser estudada sob vários enfoques: para um cientista político, por exemplo, uma organização representa um conjunto de relações de poder entre os indivíduos; já um economista a visualizará como um grupo de pessoas procurando maximizar utilidades; para o sociólogo, a organização é um conjunto de indivíduos ocupando posições e status. Todavia, o especialista em marketing está interessado em compreender o que a organização permuta com seus públicos, em conhecer as motivações que sustentam suas transações e em analisar o grau de satisfação experimentado nessa relação de troca. Assim, nas sociedades democráticas, organizações inovadoras utilizam-se das técnicas de marketing para realizarem seus objetivos, baseadas na satisfação do consumidor e no bem - estar da sociedade. As relações harmoniosas que são desenvolvidas na organização empresarial, com seus diversos públicos, como fornecedores, imprensa, clientes, empregados e demais grupos de interesse, acontecem, não apenas por questões de responsabilidade social, mas, principalmente, porque cada um desses públicos possui algo de valor para trocar com a empresa.

Segundo Kotler (1984), um público é qualquer grupo que possua um real ou potencial interesse ou, ainda, o impacto sobre a capacidade de uma organização atingir seus objetivos. Se uma organização deseja atrair certos recursos de determinado público, ela estará assumindo um ponto de vista de marketing quanto a esse público e, portanto, encarando-o como um mercado.

Kotler (1988) define marketing como sendo a administração eficaz, por parte de uma organização, de suas relações de troca com seus vários mercados e públicos. Desta perspectiva, o planejamento de incentivos de troca apropriados é uma das atividades de marketing e um passo fundamental no estímulo a essas trocas. Segundo esse autor, o público interno de uma empresa é constituído pelo pessoal de produção, técnico e administrativo, gerentes e conselho de diretores.

Verifica-se a aplicação da metodologia de marketing aos problemas interno da empresa, Serraf (1988) propõe a sua utilização para identificar e resolver problemas de estrutura, de funcionamento, de comunicação, de organização e de motivação. Nesse contexto, o marketing interno visa atingir essencialmente às diferentes categorias de pessoal integradas na vida da empresa, a fim de obter a melhor orientação e a melhor sinergia das diferentes capacidades mobilizáveis, para tratar mais eficazmente os problemas existentes ou para abordar e tratar problemas novos.

A aplicação de marketing no interior da empresa está relacionada ao conceito estratégico de marketing. Tansuhaj (1988) define o marketing interno como uma filosofia de gerenciamento e um conjunto de atividades que considera os empregos como clientes internos e os empregados como produtos internos oferecidos para satisfazer necessidades e desejos desses clientes, enquanto que, ao mesmo tempo, direciona os objetivos da organização. Deste modo, o produto interno está fortemente orientado para o reconhecimento dos empregados, sua valorização e para o desenvolvimento nestes da consciência do cliente.

Para se competir nos mercados atuais, Tansuhaj (1988) considera que é necessário possuir uma equipe de empregados comprometidos com a inovação contínua e com a fabricação de produtos de qualidade. Para que isso aconteça, deve-se concentrar esforços sobre o consumidor dentro da concepção de ambiente e distribuir valor pela criação de parceria, com vantagens tanto para os clientes como para os empregados. Por isto, o produto em marketing interno apresenta-se de várias formas. Por exemplo, para Berry (1986), ele se constitui no emprego em si, com uma oferta atrativa de salário e benefícios, acrescida de um ambiente de trabalho que estimule os empregados a orientar-se para o cliente e a executarem suas funções da forma mais eficiente possível. Assim, a boa vontade e os esforços do pessoal tornam-se condições para o sucesso de uma mudança ou de uma inovação. Consiste, também, na admissão, por parte do administrador, de que existe um

custo e um preço real a se pagar para que as vantagens evocadas se tornem possíveis.

Serraf (1988) descreve que o preço em marketing interno funda-se no abandono de certos comportamentos, de certas formas de pensar, de hábitos, de modos de comunicação e das sensações de conforto e de segurança relativas aos quadros de referência conhecidos. A isto, dever-se-ão juntar as dificuldades e as energias despendidas para incorporar os novos quadros de referência, as situações desconhecidas, os conhecimentos a serem adquiridos, bem como o desenvolvimento de comportamentos não habituais e novos modos de pensar. Estas inovações devem mobilizar o pessoal, tanto na esfera cognitiva, quanto na afetiva.

Os objetivos gerais do marketing interno, segundo o pensamento dos autores até aqui mencionados, consistem em assegurar que os colaboradores se motivem para uma orientação ao cliente e um desempenho consciente dos seus serviços. Com esta postura, eles assumem a responsabilidade de marqueteiros de plantão em suas tarefas no marketing interativo. O marketing interno objetiva, também, atrair e reter bons colaboradores, no sentido de se gerenciarem os recursos humanos e se implementarem programas internos de ações, visando a um desempenho satisfatório de toda a organização.

O segundo objetivo, que decorre do primeiro, está em desenvolver o Endomarketing – marketing interno, para que o empregado seja, efetivamente, um colaborador da empresa. O Endomarketing apresenta três níveis: a cultura para serviços; a orientação para os serviços; e o lançamento de novos produtos.

A cultura para serviços existe quando a busca por orientação para os serviços e o despertar do interesse nos clientes são as normas mais importantes da organização. A cultura empresarial pode ser utilizada para descrever um conjunto de normas e valores mais ou menos comuns, compartilhados pelas pessoas da organização, pois, a cultura é um conceito geral que explica por que as pessoas fazem certas coisas, pensam de certa maneira comuns e apreciam metas, rotinas e até situações similares, pelo fato de pertencerem a uma mesma empresa. Desta forma, a cultura empresarial pode ser definida como o padrão de valores e crenças compartilhados pelos membros de uma organização, com um significado que lhes fornece as regras de comportamento intra - organizacional. (Davis, 1985).

Manter uma Cultura para Serviços é uma situação em que o Endomarketing pode ser útil. As metas do Endomarketing para ajudar a manter uma cultura de serviços incluem: assegurar que os métodos de gerenciamento sejam encorajadores; ressaltar a consciência para serviços; orientar clientes entre os colaboradores; assegurar que os colaboradores obtenham informações e feed-back contínuo; fazer o marketing, junto aos colaboradores, dos novos produtos e serviços, assim como das campanhas e das atividades de marketing antes que sejam lançados externamente. Para que o Endomarketing seja eficiente, faz - se necessário o apoio gerencial por parte de cada gerente e supervisor.

Lançamento de novos Produtos: o Endomarketing emergiu, inicialmente, como uma forma sistemática de lidar com problemas, quando as empresas planejavam e lançavam novos produtos, serviços ou campanhas de marketing, sem preparar adequadamente seus colaboradores. O sucesso ou problemas surgem quando as pessoas diretamente envolvidas não conhecem ou aceitam os novos produtos ou serviços.

A apresentação dos novos produtos ou serviços constitui, portanto, uma tarefa própria do Endomarketing. Ela realça a existência de uma cultura de serviços estabelecida ou prevê suporte ao estabelecimento dessa cultura. A viabilização dos objetivos para lançamento de novos produtos visa tornar os colaboradores cientes desse processo, fazendo com que aceitem esses novos produtos e serviços em desenvolvimento ou oferecidos ao mercado. Pode-se, também, tornar os colaboradores conscientes, ao assegurar sua aceitação das novas campanhas e atividades do marketing tradicional e ao fazer com que aceitem novas formas por meio das quais devam ser executadas várias tarefas que influenciam no desempenho da empresa, no que diz respeito ao marketing interativo e de relacionamento.

A opção pelo Endomarketing não pode prescindir de uma política de comunicação coordenada que deve envolver o projeto, tratando de informar a todo o pessoal da empresa sobre a inovação em curso, procurando adequar o projeto às diretrizes da

empresa e às orientações de política geral, indicando as repercussões previstas nas atividades de cada departamento. Segundo os autores mencionados, as mudanças promovidas pelo Endomarketing, nas empresas modernas, evidenciam-se como ponto preponderante para a sobrevivência das mesmas às mudanças no mundo atual.

2. O SUCESSO NO MARKETING INTERNO

Para Grönroos (1993), existem três pré-requisitos para o sucesso do marketing interno:

- Ele precisa ser considerado uma parte integral da estratégia de gerenciamento;
- o processo do marketing interno não deve ser obstaculizado pela estrutura organizacional ou pela falta de apoio do gerenciamento;
- a alta administração precisa demonstrar, constantemente, um apoio ativo para os processos de marketing interno.

Uma equipe comercial, por exemplo, deverá ter habilidade e apoio dos supervisores e gerentes, (Berry, citado em Grönroos 1993). A liderança genuína, em todos os níveis da organização, pode prover a inspiração necessária para apoiar os empregados. Gerenciar e administrar não é suficiente. Entretanto, conforme Grönroos (1993), é comum existir um número grande de colaboradores que não têm contato com clientes, mas, apesar disso, influenciam indiretamente o serviço que o cliente recebe. Assim, o apoio dos colaboradores deve também ser incluído como objetivo dos programas de marketing interno da organização.

Nas sociedades democráticas, organizações inovadoras utilizam-se das técnicas de marketing para realizarem seus objetivos, baseadas na satisfação do consumidor e no bem-estar da sociedade. As relações harmoniosas, em marketing, são desenvolvidas com seus diversos públicos, como por exemplo, os fornecedores, a imprensa, os clientes, os colaboradores e demais grupos de interesse. Elas ocorrem não apenas por questões de responsabilidade social, mas, principalmente, porque cada um desses públicos tem algo de valor para trocar com a empresa.

Neste sentido, Grönroos (1993). destaca quatro grupos de alvos importantes para o marketing interno: a) alta cúpula da administração- diretores; b) gerência intermediária, como por exemplo, supervisores; c) o pessoal que está em contato com clientes; d) pessoal de apoio.

O marketing interno é um enfoque estratégico que otimiza o retorno do investimento da organização no pessoal, assegurando o desenvolvimento dos relacionamentos com o cliente a longo prazo e, por conseguinte, o lucro garantido. Além disto, a coleta e a análise de dados internos podem auxiliar na visualização do ambiente externo.

Grönroos e George (1991) sugerem a análise dos ambientes interno e externo, colocando que, no ambiente interno, as reuniões com os colaboradores e a participação de todos devem ser implementadas, a fim de que a gerência conheça os colaboradores e faça com que eles se sintam importantes, no contexto organizacional. A direção deve documentar o clima da organização, as percepções dos empregados em relação ao ambiente de trabalho e o impacto na produção das medidas tomadas a partir dos resultados do marketing interno. No Endomarketing, os métodos qualitativos são tão importantes quanto os quantitativos. No ambiente externo, as percepções e informações do público, relativas à organização podem ser obtidas por meio do marketing interativo. Elas são primordiais para melhorar a qualidade dos serviços e o relacionamento com o cliente. Em outras palavras, o marketing interativo contribui com o desempenho do marketing externo. Os problemas e as sugestões resultantes do marketing interativo devem ser considerados a fim de desenvolver planos que gerem melhores oportunidades para os colaboradores quanto ao seu desempenho e ascensão profissional.

2. CULTURA ORGANIZACIONAL

A cultura organizacional envolve as filosofias, políticas e princípios organizacionais; por isto, ela é o pano de fundo no qual o conceito de marketing interno é discutido.

Nesse sentido, pretende-se abordá-la com base na idéia de que a mesma modela os comportamentos e as formas de gestão,

estabelecendo a prática dos valores essenciais para estimular o comprometimento, o clima harmonioso dentro da empresa e a consolidação de uma determinada base cultural.

Segundo Kanaane (1999), o conceito de cultura organizacional apresenta três dimensões: a material, relacionada ao sistema produtivo; a psicossocial, relacionada a um sistema de comunicação e interação dos envolvidos, e a ideológica, relacionada a um sistema de valores vigente em uma organização. Assim, as relações de poder e autoridade refletem as posições ocupadas pelo indivíduo no contexto organizacional. No sistema organizacional, o nível de hierarquia existente depende das energias emanadas pelo sistema, dos intercâmbios ambientais e do conjunto de elementos que gradativamente delineiam o quadro geral de suas interações sociais. Estas interações sociais vão, desde as relações facilitadoras como cooperação, colaboração e participação, até as relações que impedem seu funcionamento adequado, ou seja, conflitos não administrados e competições exacerbadas, rivalidade, disputas pelo poder.

O conjunto dessas relações e interações sociais, aliado aos papéis profissionais desempenhados pelos indivíduos e grupos, as condições mercadológicas, a tecnologia empregada e o estilo de gestão refletirão as possibilidades de sucesso das organizações, à medida que houver condições que propiciem um intercâmbio entre, de um lado, os papéis instituídos e as expectativas dos sujeitos decorrentes de suas necessidades e, de outro lado, as condições emergentes do contexto social mais amplo: governo, concorrentes, fornecedores, clientes, etc. Kanaane, (1999)

Assim, as relações e interações sociais ocorrem, segundo Kanaane (1999). quando uma organização se apropria de expectativas, anseios e necessidades dos funcionários e dos conjuntos das respectivas relações interpessoais, por meio das quais podem identificar e compreender o clima organizacional. Quando se consegue criar um clima organizacional em que se propicie a satisfação das necessidades de seus participantes e que canalize seus comportamentos motivados para a realização dos objetivos da organização, tem–se um clima propício ao aumento da eficácia da mesma.

Kanaane (1999) Neste sentido, as organizações, buscando melhorar seu clima, estão adotando estruturas horizontalizadas, enxutas, nas quais as pessoas tendem a participar, efetivamente, do negócio da empresa, recebendo informações e colaborando na realização do trabalho em equipe, bem como no planejamento estratégico; por exemplo, formulando alternativas para remuneração variável e flexibilidade no horário de trabalho. Estas formas de participação têm colaborado para que se estabeleça um clima de comprometimento com os objetivos organizacionais.

Uma função importante do gerenciamento, no sentido de definir e reforçar a cultura corporativa em cada funcionário é a de enfatizar os valores da organização, como por exemplo, revisar as estratégias, as declarações da missão organizacional, a fim de veicular uma linguagem que enfatize o conceito de serviço orientado para o cliente. No entanto, toda a orientação se volta para promover uma compreensão do que a organização faz a quem ela serve o que é mais importante para ela e qual é o propósito de cada funcionário dentro dela. Uma cultura claramente definida cria desta forma, uma expectativa específica de serviços para o cliente e delineia as atitudes adequadas de serviços e o compromisso do empregado.

Esta orientação também prepara os membros da organização para lidarem com a incerteza, aceitarem maiores responsabilidades e considerarem-se contribuintes da ideia e não apenas recebedores de ordens. (Kanaane,1999).

Segundo Barbee e Bott (1991), afirmam que estudos identificaram uma correlação forte entre os pontos de vista ou opiniões dos clientes e dos funcionários em relação à qualidade do serviço prestado e o clima interno para o serviço. Foi constatado que quando os empregados consideravam as políticas de recursos humanos favoráveis a eles, os clientes tendiam a considerar a qualidade do serviço prestada como positiva Assim o clima de trabalho favorável se reflete na mensagem para o gerenciamento, o tratamento do cliente externo é um espelho do tratamento dispensado ao funcionário

Bekin (1993) afirma que empresas de grande e médio porte sucumbiram, ao longo dos anos, por não colocarem os seus empregados cientes da missão da organização e por não possibilitarem a sua

participação nas alterações ocorridas dentro e fora das organizações, como promoções para cargos mais elevados e atualização quanto às mudanças tecnológicas no mundo globalizado. Como poder-se verificar, nos capítulos seguintes, com o estudo de casos, algumas empresas sobreviveram, utilizando-se de um Endomarketing eficiente e outras, de grande porte, que deixaram o tempo corroer as estruturas organizacionais, estão quase extintas no mercado nacional e, pior, no internacional. Porém, apesar da dificuldade de consenso conceitual quanto à cultura organizacional, Hofstede (1990) sustentam que existem alguns pontos comuns entre elas. Admitem, por exemplo, que a cultura organizacional é: holística, historicamente determinada, relacionada ao conceito antropológico, socialmente construída, flexível e difícil de mudar.

A par das diferenças e semelhanças que envolvem as concepções de cultura organizacional, pode-se afirmar que o Endomarketing é o clima interno da organização. Segundo observações de Bowen e Schneider (1988), as empresas de serviços têm que gerenciar o clima interno orientado para serviços, de forma que os empregados que servem aos clientes desenvolvam atitudes e comportamentos positivos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste artigo, defendemos que as inovações e mudanças devem ser cuidadosamente administradas para que tenham êxito. Como o marketing interno – Endomarketing, está ligado diretamente a gestão de pessoas, muitas empresas de médio e grande porte hoje possuem pessoas para gerenciar essas mudanças estratégicas.

Os fatores a considerar, para que um programa de mudanças de comportamento organizacional se concretize, são os seguintes:

1. Visão estratégica. As mudanças devem fazer parte de um contexto que inclui comportamento organizacional e comportamento pessoal;
2. Cultura empresarial. É preciso identificar o “pensamento do grupo” que retarda as mudanças. As pessoas de uma organização devem reconhecer que a mudança é necessária. Sem esse reconhecimento, envolvimento e participação, serão mínimas as chances de sucesso.
3. Orientação para o mercado. As necessidades e expectativas de nossos colaboradores internos, e fonte de inspiração, das novas medidas ao longo da implantação do Endomarketing na organização.
4. Respeito ao ser Humano. Muitas empresas falham, porque não conseguem estimular ao seus colaboradores o pensamento criativo e a busca da excelência em seus próprios quadros, confiando demais nos subsídios que vêm de fora, como as consultorias.
5. Paciência e realismo. A pressa pode pôr tudo a perder. Pois o processo de implantação do Endomarketing, é longo e demorado. O tempo necessário é uma função da distância que a organização deve mudar para preencher a lacuna entre a situação atual e a desejada.

Deve haver uma confiança bidirecional em todos os assuntos pertinentes à mudança. Os canais de comunicação devem ser numerosos e abertos, e as pessoas afetadas pela mudança devem ter habilidades necessárias para enfrentar a nova situação empregada pelo gerenciamento do Endomarketing.

Por último, a organização deve conceder tempo suficiente, para que a mudança ocorra dentro da gestão do Endomarketing.

BIBLIOGRÁFIA

BARBEE, C; BOTT, V. **Customer Treatment as a Mirror of Employee in Human Resource Management.** New York, Sam Advanced Management Journal, vol. 56, n. 2, spring, 1991, p. 27-31.

BEKIN. S. **Conversando sobre Endomarketing**. São Paulo: Makron Books, 1995.

BEKIN, S. **Funcionário Também é Cliente**. São Paulo: Marketing & Negócios, ano 1, n. 10, abril, 1993 p. 28-30.

BERRY, L. Big. **Ideas in Services Marketing**. The Journal of Consumer Marketing, Spring, vol. 3, n. 2, 1986 p. 47-51.

BOWEN, D. E.; SCHNEIDER, B. **Services Marketing and Management: implications**

for organizational behavior. Research in Organization Behavior, 10, 1988.

CRISTOPHER, M., PAYNE A. **Relationship marketing:** Bringing Quality, Customer Service and Marketing Together. Centre For Services Management Oxford, Butterworth Heinemann, 1991.

DAVIS, K. S.; NEWSTROM, J.W. **Comportamento Humano no Trabalho**. Vol. 1 São Paulo: Pioneira, 1992.

DAVIS, K. S. e NEWSTROM, J.W. **Comportamento Humano no Trabalho**. Vol. 2 São Paulo: Pioneira, 1996.

DAVIS, S. M. **Managing Corporate Culture**. Cambridge: Bollinger, 1985.

DUFER, J. L. **Marketing Interne**. Paris, in Revue Française du Marketing, n. 120, vol. 5, novembre - decembre, 1988 p. 41-46.

GRÖNROOS, C. **Service Management and Marketing**. Managing the moments of truth in service competition Lexington, Masslexing t. Books,199 ob. 1993

GRÖNROOS, C. **Marketing, Gerenciamento e Serviços**. São Paulo: Campus, 1993, p. 279-280.

DESPHANDE S. WEBSTER, **Marketing, Gerenciamento e Serviços - in Importância da Cultura Corporativa do Ponto de Vista de Marketing,** 1987. São Paulo, Campus, 5ª edição, 1993, p. 304.

Levis, B. **Customer Care in Service Organizations**, Journal of Operations & Production Manegement, New York vol. 8, n. 3, 1988, p. 67-75.

Bowen S. e Schneider **Marketing, Gerenciamento e Serviços in Cultura Empresarial** ,São Paulo, Campus, 1993.

Lesington: Masslbling t. **Service Management and Marketing**: **managing the moments of truth in service competition.** Books, 1990a.

GRÖNROOS, C. e GEORGE, W. **Developing Customer Conscios Employees at Every Leve**l. **In Handbook of Services Marketing by Congnam and M.L. Friedman.** Amacon**,** New York,1991, p. 85-100.

HERZBERG, F. Work and the Nature of Man. London,Crosby Lockwood Staples,1966

HOFSTEDE, G. et alii. **Measuring Organizational Cultures: qualitative and quantitative study across twenty cases.** Administration Science Quarterly, New York .1990, n. 186, vol. 35, p. 286-316.

KANAANE, R. **Comportamento Humano nas Organizações**: o homem rumo ao século XXI. 2ª Ed. São Paulo: Atlas, 1999.

KOTLER, P. **Administração de Marketing**. São Paulo: Atlas, 1988.

KOTLER, P. **Administração de Marketing**. São Paulo: Atlas, 1981.

KOTLER, P. **Marketing para Organizações que não Visam Lucro**. São Paulo: Atlas, 1984.

KOTLER, P. **Administração de Marketing**: análise, planejamento, implementação e controle. São Paulo: Atlas, 1993.

Mc CARTHY, E. **Marketing Básico**. São Paulo: Zahar, 1976.

MICHON, C. **Le Marketing Interne**. Paris, in Revue Française du Marketing, n. 120, vol. 5, novembre-decembre, 1988, p. 11-20.

PIERCY, N. e MORGAN, N. **Internal Marketing: the missing half of the marketing programme**. in Journal Long Range Planning, New York, 1989. vol. 5, pp. 41-45.

SERRAF, G. Le **Marketing Interne**. Paris, in Revue Française du Marketing, n. 120, vol. 5, 1988, p. 21-29.

TANSUHAJ, P. RANDALL, D.e McCULLOUGH, J. **A services marketing management model**: **integrating internal and external marketing functions,** in the Journal of Services Marketing, New York, 1988 vol.2, nº 1, p.31-38.

ABSTRACT

The objective of this work is to describe the activities, means and strategies that more characterize the Endomarketing – Internal Marketing, as a tool which can serve as a guide to build a marketing program. It is accomplished through a revision of the literature with a presentation of case studies, that show the implementation and the operations of Endomarketing, as a process which enhances the relationship between companies and their internal public and consequently, with their specific markets.

Key-words: Endomarketing. Internal Marketing. Consumer. Relationship.

DIREITO FUNDAMENTAL À VIDA E À MORTE, SOB A PERSPECTIVA DA INTERVENÇÃO DO ESTADO NO DIREITO DO INDIVÍDUO EM NÃO RECEBER A TRANSFUSÃO DE SANGUE POR CONVICÇÃO RELIGIOSA

Manoel Matias Fausto
Professor da Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas Santa Rita de Cássia
Advogado e Pós-Graduado em

RESUMO

Trata-se de um estudo sobre dois princípios constitucionais, basilares de um estado democrático de direito. De um lado o Direito a Vida e do outro o Direito de Liberdade Religiosa, ambos direito fundamentais, ou seja, direitos humanos conseguidos a força mediante muitas revoluções a mais famosa a revolução francesa que marca a história por sua importância em positivar pela primeira na historia os direitos de primeira geração ou de primeira dimensão, tendo em vista que durante toda a historia o direito serviu apenas para os detentores do poder, para mantê-los no poder, de modo que a população ou o resto do mundo rastejava para pegar as migalhas da mesa dos imperadores ou monarcas, não havia direito a propriedade, e mesmo o direito a vida era relativo, porque tudo pertencia em tese ao Rei, ao Monarca ao imperador enfim aqueles que de alguma forma se mantinha no poder, e este poder era vitalício e hereditário, de modo que permanecia “ad eternum” na mãos de poucos, e estes poucos não tinha compromisso com seus comandados, que jazia no maior estado de pobreza e inanição, há noticias que o salário de um camponês, não comprava um pão, precisava mesmo vir uma mudança, uma grande mudança e esta veio com a revolução francesa, e partir dela que nasce os primeiros raios de sol de uma linha de direitos básicos, direitos que a partir de então passaram a ser positivados e integrar as primeiras constituições do mundo, inclusive a do Brasil de 1824, apesar de outorgada havia o reconhecimentos de alguns direitos básicos do ser humano. A questão atual enfrenta neste trabalho é o direito a vida versos o direito de liberdade de religião, e partir deste prisma, o trabalho evidencia os primeiros vestígios do homem no planeta, passado pela sociedade, e os vários tipos de sociedades, estuda o contesto religioso dessas sociedades, com os pensadores que mais contribuíram e influenciaram , e apresenta um longo estudo sobre o estado, este que reconhecidamente significa a evolução da sociedade, que cristaliza-se numa instituição de alta complexidade , sendo uma das mais complexas criadas pelo homem, para enfim confrontar o direito a vida versos o direito de liberdade de religião, e consequentemente estabelece bases dos conflitos nada apaziguares entre estes dois pilares constitucionais, que aqui se conflitam, e num conflito sabemos que dentro de um Estado de Direito um vai perecer, resta saber qual os critérios a utilizar para que ao decidir sobre um desses diretos basilares, restando apenas a analise dentro dos princípios da razoabilidade e proporcionalidade, eis que ambos precisam res respeitados porque fazem parte do conjunto de direitos constitucionais e amparados pela nossa Carta da República.

Palavras chave: Direito Constitucional. Direito à vida. Liberdade religiosa.

INTRODUÇÃO

O estudo proposto passa pela história da humanidade, iniciando-se pela sociabilidade do homem, a sociedade e o Estado, este com mais marcância tendo em vista sua presença inaudita na vida do ser humano, e sobretudo a complexidade e alto grau de evolução que se alcançou, em especial pelo atingimento dos direitos fundamentais e dos direitos humanos, que podem apenas ser realizados num Estado organizado, e com leis severas que impunha a todos o seu cumprimento. Também é estudado o homem no seu meio social, e seu direito individual, e aqui o direito a vida e liberdade, mais precisamente a liberdade religiosa.

Este trabalho justifica-se pela importância de se apreciar o contexto histórico da origem dos direitos humanos, e assim, entender a contemporaneidade do mesmo.

O cumprimento aos preceitos constitucionais, norteadores do pleno exercício dos direitos e garantias fundamentais, além das leis infraconstitucionais.

Para a concretização deste trabalho utilizou-se a pesquisa bibliográfica, no intuito de conhecer o reforço trazido pelas fontes pesquisadas, possibilitando a seleção dos tópicos de maior interesse. O procedimento metodológico empregou-se o método dedutivo. Em relação ao procedimento técnico, optou-se pela análise textual, isto é, a uma abordagem das diversas bibliografias previamente eleitas, visando à classificação de todos os elementos fundamentais para o devido entendimento. Utilizou-se, ainda, a análise temática para a plena compreensão das fontes analisadas, e, a análise interpretativa, sendo, esta, destinada à interpretação dos textos avaliados.

1. SOCIABILIDADE DO HOMEM E A SOCIEDADE

O homem é um animal social, a história nos mostra que este, desde sua origem mais primitiva, sempre viveu em sociedade, ele necessita se agrupar a pessoas do seio meio para desenvolver sua façanhas, metas e objetivos, ainda que amoral. Vários fatores levaram o homem a viver em sociedade, entre ela, a atração entre sexos opostos, uma forma de dividir suas responsabilidades e tarefas, proteção de seus direitos ainda em estágio precário, e sem a ciência do direito, exceto claro, pelo direito natural, e sobretudo pela luta para sua sobrevivência, no ensinar de Rudolf Von Ihering:

> Todos os direitos da humanidade foram conquistados na luta: Todas a regras importantes do direito devem ter sido, em sua origem, arrancadas aqueles que a elas se opunham, e todo direito, direito de um povo ou direito de um particular, faz presumir que alguém estava decidido a mantê-lo com firmeza[1]

A bem da verdade o homem não si basta, precisa se associar a outros para viver, neste mundo na qual até se prove em contrário, fomos aqui gerados neste pequeno planeta, que nos confere, terra, água e ar, e que de forma ainda inexplicável, estamos numa eterna busca de nos conhecermos, e resolvermos a questão que todos intrigam, a nossa origem, a origem da vida. Se não houvesse integração ente os homens, este pereceriam, necessitamos do companheirismo, necessitamos de sermos valorizados, necessitamos de um objetivo de uma meta de vida, precisamos amar e ser amado, precisamos abrir os olhos e ver gente, ver nossos iguais, o ser humano enquanto ser humano apenas se justifica pela sua existência a partir desta integração e inteiração, se assim não for, este não existe, sendo justificado apenas pela debilidade ou excentricidade, se débil, porque não tem as faculdades mentais em ordem, que não tem desenvolvimento intelectual ou mental suficiente, para distinguir uma coisa de outra, por outro lado se padece da excentricidade, também se desvia ou se afasta de um centro comum, é extravagante, esdrúxulo, esquisito, ou seja, fora do comum, manifestado naquele individuo que apresenta um comportamento extravagante, inverso à ordem dos demais e do meio onde se encontra, convivemos com pessoas por vezes extremamente inteligentes, mas ainda assim precisam uns dos outros, portanto esta exceção seria apenas para os eremitas, que se afastam da convivência familiar e do meio social para meditar na montanhas, afora esta hipótese o homem não vive sozinho, aquele “Super-Homem”, proclamado pelo filósofo Friedrich Nietzsche, se referindo a Zaratustra, que aos trinta de idade deixou sua terra natal e o lago

de sua terra natal e foi para a montanha, ali ficou por dez anos, e com o coração mudado em certa manha levantou-se com a aurora e foi diante do sol e assim falou:

> Que seria a tua felicidade ó grande astro rei, se não tivesses que iluminas!
> São dez anos que sobes a minha caverna; e já se haveriam tornado enfadonhos a tua luz e este caminho, sem mim, a minha águia e a minha serpente.
> Eu vos ensino o super-homem. O homem é algo que deve ser superado. Que fizestes para superá-lo?
> Todos os seres, ate agora, criaram algo acima de si mesmo; e vós quereis ser a baixa-mar dessa grande maré cheia e retrogradar ao animal, em vez de superar o homem?
> Que é o macaco para o homem? Um motivo de riso ou de dolorosa vergonha. E é justamente isso o que o homem deverá ser para o super-homem: motivo de riso ou de dolorosa vergonha.
> Mas o mais sábio dentre voz não passa de uma discrepância e de um hibrido de planta e de fantasma. Mas vos mando eu, porventura, tornai-vos fantasmas ou plantas!
> Vede, eu vos ensino o super-homem!
> O super-homem é o sentido da terra. Fazei a vossa vontade dizer: que o super-homem seja o sentido da terra![2]

Todavia o "super-homem", pregado e tão alardeado pelo ilustre pensador, ficou somente na filosofia mesmo.

Em síntese, o ser humano é um ente essencialmente carecedor da convivência entre os seus iguais, entre os seu pares, precisando relacionar-se com todos do seu grupo e em especial amar e ser amado, e sobretudo a busca incessante da felicidade.

1. Sociedade

Vimos no capitulo anterior a sociabilidade do homem, assim temos que este ser, faz parte de uma sociedade, sendo esta um conjunto de seres que convivem de forma organizada, com estabelecimentos de pactos, leis, ainda que sem o direito formal, mas regidos pelo direito natural, aquele que precede a tudo e independe do ato humano para se estabelecer, necessitando apenas de um conceito de ética e moral. O site "significados.com.br", nos traz um conceito e um histórico de sociedade de forma surpreendente didática e esclarecedora, vejamos:

> As sociedades humanas são objeto de estudo da Sociologia e da Antropologia, enquanto as sociedades animais são estudadas pela Sociobiologia e pela Etologia.
> O conceito de sociedade pressupõe uma convivência e atividade conjunta do homem, ordenada ou organizada conscientemente. Constitui o objeto geral do estudo das antigas ciências do estado, chamadas hoje de ciências sociais. O conceito de sociedade se contrapõe ao de comunidade ao considerar as relações sociais como vínculos de interesses conscientes e estabelecidos, enquanto as relações comunitárias se consideram como articulações orgânicas de formação natural.
> Uma sociedade humana é um coletivo de cidadãos de um país, sujeitos à mesma autoridade política, às mesmas leis e normas de conduta, organizados socialmente e governados por entidades que zelam pelo bem-estar desse grupo".
> Os membros de uma sociedade podem ser de diferentes grupos étnicos. Também podem pertencer a diferentes níveis ou classes sociais. O que caracteriza a sociedade é a partilha de interesses entre os membros e as preocupação mútuas direcionadas a um objetivo comum.
> Um grupo de pessoas com interesses comuns, que se organizam em torno de uma atividade, obedecendo a determinadas normas e regulamentos, também se denomina sociedade, por exemplo: sociedade de física, sociedade de comerciantes, etc.".[3]

2. Tipos de sociedades

2.1. Sociedade Familiar

Existem vários tipos de sociedades, entretanto o primeiro tipo de sociedade e a mais importante deve aqui ser destacada, trata-se da sociedade familiar, é esta que inaugurou os primórdios da humanidade, sendo esta a mais antiga que conhecemos, eis que incontroverso que todo ente humano proveio de um núcleo familiar, sendo esta a de caráter de imprescindibilidade para o esteio organizacional do homem. E do seio familiar, ainda que em idades mais remotas da história da humanidade ele apenas sai, para formar novo agrupamento familiar, nova família, estabelecendo novas condutas, novas praticas, mas sempre atreladas a uma simbiose intrínseca de um núcleo familiar.

É uma instituição considerada a "célula mater" da sociedade, a família significa a base de uma sociedade, de um Estado, é ali que se desenvolve o afeto, o amor ao próximo, o espirito moral e ético, é o esteio, e a pedra fundamental de um Estado/País, por isso precisa ser incentivada e cuidada, por outro tipo sociedade de poder também gigantesco, principalmente nos dias atuais refiro-me a Sociedade politica e ao poder politico, que mais adiante nos debruçaremos sobre o tema.

2.2. A sociedade Religiosa

É a partir de Nicolau Maquiavel, (1464-1527), que temos a separação da igreja

com a prevalência do Estado. Estudou e separou as duas instituições, mas com forte apelo a superioridade da figura do Estado. Estado este que agora é o senhor do individuo, e não mais a igreja que até aquele século dominava o poder, explorando a crendice popular, vendendo indulgências, dentre outros tipos de ilicitudes, daquela época. Seu objetivo era o estudo do poder, e este só poderia vir com a instituição e formação de um Estado.

Neste passo, Maquiavel, tratou principalmente sobre política na obra "O príncipe", descrevendo como o governante deveria agir e quais virtudes deveria ter a fim de se manter no poder e aumentar suas conquistas.

Maquiavel ensinou como o governante deveria agir e quais virtudes deveria ter a fim de se manter no poder e aumentar suas conquistas. Ensinou como o governante deveria agir e quais virtudes deveria ter a fim de se manter no poder e aumentar suas conquistas. Nascido na segunda metade do século XV, em Florença, na Itália, trata-se de um dos principais intelectuais do período chamado Renascimento, inaugurando o pensamento político moderno. Ao escrever sua obra mais famosa, "O Príncipe", o contexto político da Península Itálica estava conturbado, marcado por uma constante instabilidade, uma vez que eram muitas as disputas políticas pelo controle e manutenção dos domínios territoriais das cidades e estados. Dessa forma, a soberania do príncipe dependeria de sua prudência e coragem para romper com a conduta social vigente, a qual seria incapaz de mudar a natureza dos defeitos humanos. Assim, a originalidade de Maquiavel estaria em grande parte na forma como lidou com essa questão moral e política, trazendo uma outra visão ao exercício do poder outrora sacralizado por valores defendidos pela Igreja. Considerado um dos pais da Ciência Política, sua obra, já no século XVI, tratava de questões que ainda hoje se fazem importantes, a exemplo da legitimação do poder, principalmente se considerarmos as características do solo arenoso que é a vida politica.

É partir deste conceito que há a ruptura da igreja com o Estado, ainda que de um ponto de vista empírico.

Corroborando nesta mesma linha conflituosa, ou seja separação da igreja e estado, foi contemporâneo de Maquiavel, o pensador e teólogo, sacerdote católico, Martinho Lutero (1483-1546), que compulsando o site e.biografias.net. 4, colhe-se excelente pontos de sua vida, sendo demonstrado da seguinte forma:

> "Matinho Lutero, foi o personagem principal da Reforma Protestante. Nascido em Turíngia, Alemanha, foi criado num ambiente de austeridade e por desobediência era espancado com frequência. Foi angustiado com histórias de demônios e feitiços, que o acompanharam por toda a vida. Lendo as Escrituras Sagradas concluiu que toda a humanidade é pecadora, mas Deus escolhe alguns para a vida eterna. Desenvolveu a doutrina da justificação pela fé. Queria dizer que o homem só é merecedor dos olhos de Deus pela submissão à vontade divina.
> O sistema teológico de Lutero estava sendo desenvolvido. Diversas conferências eram realizadas na Universidade de Wittenberg, fundada pelo Príncipe da Saxônia, seu amigo Frederico. Sabendo da chegada à região do frade Tetzel, a mando do Papa Leão X, para vender indulgências, Lutero se revolta. Para evitar a exploração da população ignorante, elaborou 95 teses sobre a venda de indulgências e no dia 31 de outubro de 1517, afixou-as na porta da igreja.
> Em pouco tempo Lutero recebe o apoio de boa parte da população e de outras cidades. Tetzel é expulso da região. O papa ordena que Lutero se retrate, mas, protegido pelo príncipe Frederico, Lutero se recusa e inicia uma campanha dentro da própria igreja contra as doutrinas romanas.
> Em 1520, o Papa Leão X dá um prazo de sessenta dias para Lutero se retratar, Lutero queima publicamente a bula papal e em consequência é excomungado. Carlos V, imperador do Sacro Império, foi pressionado pelo Papa, mas sua autoridade dependia da aprovação da Dieta Imperial (assembleia), onde muitos príncipes eram partidários do rompimento definitivo com Roma.
> A Alemanha estava a beira de uma Guerra civil. Em 1521, Lutero é obrigado a se refugiar no castelo do príncipe Frederico. Se ocupa em traduzir a Bíblia para o alemão e estabelecer as bases para uma igreja independente, conservando muitos elementos da doutrina católica. Alterou o cerimonial da missa, substituiu o latim pelo alemão e rejeita todas as hierarquias eclesiásticas, desde, padres, bispos arcebispos e até Papa. Renegou a interpretação oficial da Bíblia.
> Dos sacramentos foram conservados o batismo, o matrimônio e a eucaristia. Os sacerdotes obtiveram permissão para casar. Em 1525, Lutero casa com uma ex-freira. Por fim abandona a superioridade da Igreja sobre o Estado. Em 1530, com a ajuda do professor Felipe Melanchton, é redigida a Confissão de Augsburgo, o documento central da Reforma Protestante.[4]

Muito bem, temos a partir destes dois pensadores, o primeiro "não" que de dá a instituição da igreja, logo a partir do século XV, temos o primeiro veio de protesto e

conflito instaurado contra a entidade que mandou, governou, dirigiu, fez o que bem quis durante séculos, se utilizando não somente do poder místico e supostamente sobrenatural considerando a impalpabilidade da coisa, e na figura central da fé, que não se vê, não se pega, mas apenas se sente, como também do poder de bens que detinha e ainda detêm.

Começa a ruir está instituição de fé, de agremiação religiosa, porém esta queda, este abalo as estruturas, ou este desprestigio, é somente visto por uma classe especial dos que de alguma forma tem um pouco de cultura, ou seja como na ocasião e mesmo hoje o mundo padece de cultura, esta penca de informações acaba que não ter o condão de destruir a instituição que permaneceu no poder, agora dividido, mas permanece ocupando seu lugar de destaque no mundo.

3.3. A sociedade política

A sociedade politica, nasce da necessidade de uma melhor organização entre os grupos, que dispersos, precisam se zelar pelo bem comum, ou mesmo já pelo bem público, também de origem remota se manifesta nas tribos, nos feudos, nos agrupamentos, nas cidades gregas, no Império Romano, e permeia sobretudo a estrutura de um Estado.

E da sociedade política que extrairmos o maior poder estabelecido atualmente, o poder político, aquele que seja através de um processo democrático, semidemocrático, ou mesmo ditatorial, outorga a um mandatário geral, confere a um governante o poder de estabelecer as regras de condutas de uma sociedade estado, o modo e aquisição do poder, o exercício do poder, as estruturas e instituições de um Estado/País, enfim concentra no poder politico o maior dos poderes hoje estabelecidos, superiores ao da igreja, que como mencionado em alhures, se esfacela a cada dia que passa, seja pelo aumento do poder político, seja pelo aumento do conhecimento dos povos, que registre- se, quando mais conhecimento o ser humano adquire, mais ele se distancia da religião e do místico.

2. O ESTADO

2.1. O estado

O Estado no magistério do professor Celso Ribeiro Bastos:

> O Estado é a mais complexa das organizações criadas pelo homem. Pode-se até dizer que ele é um sinal de um alto estágio de civilização. Neste sentido o Estado aparece num momento histórico bem preciso (século XVI) O Estado nasce, portanto de um ato de vontade do homem que cede seus direitos ao Estado em busca de proteção e para satisfazer suas necessidades sempre tendo em vista a realização do bem comum.[5]

A instituição Estado, diferentemente da sociedade da origem da sociedade e do homem, pode ser marcada seu nascimento, com poucas divergências, juristas, historiadores, economistas, filósofos e pensadores de modo geral atribuem sua formação no século XVI, notadamente , porque trata de um fenômeno jurídico, criado pelo homem, o sopro de vida do Estado foi concebido a partir da vontade humana, de suas necessidades de adaptação a um universo de complexidades da vida humana que somente poderia ter êxito a partir da formação de uma instituição deste porte, “sem alma, sem espirito”, inerte no tempo e no espaço, mas com a capacidade de formar, aglutinar, associar, e sobretudo de deter a capacidade de intervir na vida do individuo com o máximo do poder de império, de um poder controlador.

Neste diapasão, vemos que a interferência do Estado na vida do indivíduo é total, até mesmo sobre a sua vida. O poder do Estado é tamanho que este detém o poder da vida e da morte a partir da perspectiva de num processo de julgamento condená-lo a morte. Se não por um julgamento também quando declara guerra com outro Estado e envia seus soldados para o conflito, que passível de morte, oriundo de uma ordem Estatal, ainda que de característica imoral, ou de um ato impensado dos governantes, mas ao declarar uma guerra está se declarando a morte de vários de seus nacionais. É de se registrar também o poder do Estado de criar sua próprias leis, e obrigar a todos sua obediência, sob penas pecuniárias e de liberdade. O Estado envolve o seu cidadão antes do nascimento ainda no ventre materno e vai até sua morte e seu pós-morte, com direitos que podem ser perpetuados. O Estado pode interferir na religião, determinado que tipo de clero deve seguir e proibir o rito de outros, ou simplesmente proibir qualquer tipo de religião, como em outrora em países da extinta União Soviética, ou até mesmo declarar uma religião oficial

como daquele próprio Estado, a exemplo do Irã, e da Inglaterra.

Necessário se faz, voltar ao pensador Nicolau Maquiavel, para extrair deste também uma concepção de Estado.

Vimos, no capítulo referente a sociedade religiosa, sua contribuição através de sua clássica obra "O Príncipe", sobre a política, descrevendo como o governante deveria agir e quais virtudes deveria ter a fim de se manter no poder e aumentar suas conquistas, como o governante deveria agir e quais virtudes deveria ter a fim de se manter no poder e aumentar suas conquistas.

É o primeiro filósofo a conceber a ideia de Estado como ele é atualmente, sua obra analisa a questão da legitimidade e exercício do poder pelo governante, que ele sempre se reporta como "Príncipe". A legitimação do poder seria algo fundamental para a questão da conquista e preservação do Estado, cabendo ao bom rei que em sua linguagem usa o "bom príncipe", ser dotado de virtú e fortuna, sabendo como bem articulá-las. Enquanto a virtú dizia respeito às habilidades ou virtudes necessárias ao governante, a fortuna tratava-se da sorte, do acaso, da condição dada pelas circunstâncias da vida.

Note-se que no ensino do ilustre pensador Florentino, nos evidencia um poder politico que deve ser exercido dentro de um Estado, Estado este dotado de toda força capaz de gerar aos seus governados relativo conforto e relativa segurança, e aqui encontramos parte do pensamento do Filósofo Jean Jacques Rousseau, nascido em Genebra – Suiça, (1712 – 1778), teve forte influência nos ideais da Revolução Francesa em 1789.

Sua principal obra, o Contrato social trata justamente da necessidade que o homem tem, de entabular um pacto social, e neste pacto, ele cede, renunciar a sua liberdade outorgando poderes para um mandatário geral que governe um Estado e com isso este tenha segurança e ordem social, vejamos o capítulo VI, da obra " O Contrato Social, de Rousseau 6, in verbis:

> Quando os homens não tinham mais a capacidade de subsistência individual, precisaram se unir e agregar-se. Formou-se assim o primeiro pacto social. A partir desse momento o homem passou do estado natural para o estado civil. O contrato social deve procurar uma agregação que defenda e proteja com toda a força os bens, direitos e interesses de todos os indivíduos na agregação. Este contrato então acaba por ter somente uma cláusula: a alienação de todos os indivíduos e mantê-los iguais. Cada um de nós põe em comum sua pessoa e todo o seu poder sob a suprema direção da vontade geral; e recebemos, coletivamente, cada membro como parte indivisível do todo[6]

Relembremos que antes da Revolução Francesa, os direitos fundamentais os direitos humanos, não existiam, e algum direito que este poderia ter não era positivado, na verdade o direito existia apenas para garantir aos detentores do poder o poder, o mundo era governado, por reis, imperadores, monarcas, e todas intempéries eram suportadas pela população pobre, que correspondia a mais de 98% (noventa e oito por cento), os detentores do poder representando apenas 2% (dois por cento), sendo eles a burguesia, o clero e os monarcas.

Temos assim um conceito e estudo desta complexa estrutura de poder criada pelo ser humano denominada Estado, e em especial que é o título do tema, sua interferência na vida do homem, com a capacidade de interferir em no maior bem de todos que o homem possa ter: sua vida, o direito a vida.

3. O DIREITO A VIDA

3.1. Direito fundamental à vida e à morte, sob a perspectiva da intervenção do estado no direito do indíviduo em não receber a transfusão de sangue por convicção religiosa

Passamos por este breve estudo, entre o homem, a sociedade, os vários tipos de sociedades e a figura máxima do Estado, e é neste ponto que cristaliza-se o tema aqui proposto, partindo da premissa:

O direito a vida é o mais importante de todos os direitos.

Portanto viver é o bem mais precioso que o ser humano pode almejar e sua luta para tanto se insurge desde os primórdios da humanidade, para sobreviver ele mata, corre, se esconde, enfrenta sua tribo, seus pares, enfrenta as guerras, e na continuidade da evolução da humanidade pode até matar e não ser condenado porque o fez em legitima defesa. Neste raciocínio aparece a religião na vida do ser humano, e neste compasso o ensino do mundo místico o mundo sobrenatural e a partir deste ponto o homem começa a acreditar e a vislumbrar um mundo paralelo, um mundo extradimensional que o acolherá no pós morte, uma vida pós morte, e passa a conviver com está ideia a ponto de

mudar totalmente sua conduta seu comportamento, seu objetivo de vida, e isso a qualquer custo.

Cristaliza-se a divindade e o homem passa a acreditar em um Deus, ou Deuses, e desta forma, cada feudo, cada tribo, cidade, estado, passou a ter um Deus, de Deus Sol, Deus Lua, Deus Chuva, Deus da Guerra, Deus da Paz, até que o Apostolo Paulo, (Atos 17:23) passando pela Grécia na cidade de Atenas, se deparou com todo tipo de santuários e de deuses, mas lhe chama a atenção um altar em que estava escrito: “AO DEUS DESCONHECIDO.” E é neste Deus que Paulo resolve dizer que é o verdadeiro Deus, e é este que ele representa e veio falar para aquele povo, Paulo desconhecia que aquele altar foi erigido após aquela cidade ser assolada por uma grande peste, levando a fatalidade muitas vidas, e fracassando muitos sacrifícios e oferendas feitas aos seus Deuses, todos em vão , foram buscar um sacerdote de Israel, que trouxe a aquela cidade a benção do Deus Desconhecido, que imediatamente acabou com a peste. Portanto o Deus desconhecido era o Deus Verdadeiro, perguntaram ao sacerdote qual era a imagem de escultura que eles deveriam colocar sobre aquele altar para que eles pudessem lembrar sempre e adorar aquele Deus, porém o sacerdote respondeu que este era o Deus único e verdadeiro, criador do Céus e da terra, aquele que criou todas as coisas, e que não é representado por nenhuma imagem de escultura. Então, por não haver como representar o Deus verdadeiro através de uma imagem, colocaram uma placa no altar com o seguinte dizer: AO DEUS DESCONHECIDO.

Enfim, temos ainda vários Deuses na evolução da humanidade, e hoje uma imensidade de religiões, cada uma de uma forma ou de outra acreditando em um tipo de Deus.

Na atualidade temos cinco maiores religiões:

> As cinco maiores religiões do mundo são as seguintes: Cristianismo: É a maior religião do mundo, com cerca de 2.106.962.000 de seguidores. É monoteísta e se baseia na vida e nos ensinamentos de Jesus de Nazaré.Islamismo: Possui aproximadamente 1.283.424.000 fiéis, é a segunda religião mais praticada no mundo. Além disso, é também um sistema que monitora a política, a economia e a vida social.Hinduísmo: Com cerca de 851.291.000 fiéis, é a terceira maior religião e a mais velha do mundo. A religião se baseia em textos como os Vedas, os Puranas, o Mahabharata e o Ramayama.Religiões Chinesas: Possui aproximadamente 402.065.000 de seguidores que se baseiam em diversas crenças.Budismo: Com aproximadamente 375.440.000 fiéis, ocupa o quinto lugar. É uma religião e uma filosofia que se espelham na vida de Buda. Este não deixou nada escrito, porém seus discípulos escreveram acerca de suas realizações e ensinamentos para que seus posteriores fiéis pudessem conhecê-lo.[7]

Podemos perceber, que ainda temos um mundo de alta formação religiosa, a despeito do aumento de cultura e conhecimento dos povos. Entretanto a proposta deste trabalho e contrastar Religião versos Estado, e saio numa primeira linha de raciocínio a demonstrar a grandeza de um Estado, sua complexidade, o gigante que se transformou, o Leviatã, (monstro) como bem demonstrou Thomas Hobbes8, em sua obra publicada em 1651. Ele é intitulado em referência ao Leviatã bíblico. O livro diz respeito à estrutura da sociedade e do governo legítimo, e é considerado como um dos exemplos mais antigos e mais influentes da teoria do contrato social. Ora tivemos a construção do Estado, de um Estado positivista, de um Estado moderno a duras penas, o estágio que se chegou o Estado, reflete de fato um alto grau de sofisticação e desenvolvimento, pelo Contrato Social, já falando em outro capítulo, concluímos, que cedemos nossa liberdade, para nosso estado de natureza, para um Estado contratualista, porém um Estado com um governo para todos, aonde o indivíduo possa ter segurança, direito a vida, direito a propriedade, o ser humano sozinho não si presta a desenvolver por isso tem necessidade de entabular um pacto social, e neste pacto, ele cede, renuncia a sua liberdade outorgando poderes para um mandatário geral que governe um Estado e com isso este tenha segurança e ordem social.

Ora é o Estado foi concebido a partir da vontade humana, de suas necessidades de adaptação a um universo de complexidades da vida humana que somente poderia ter êxito a partir da formação de uma instituição deste porte.

A presença do Estado na vida do homem é soberana ao ponto de decidir sobre sua vida ou sobre sua morte.

Mas para isso, vimos um grande estagio de evolução, conquistas com muitas guerras e revoluções.

3.2. O direito do indivíduo em recusar a transfusão de sangue por convicção religiosa

Constituição Federal de 1988, fazendo uma análise ao caso concreto às normas constitucionais aparentemente em conflito, prevalecendo a que melhor se adequar para solução do conflito, considerando-se não só os valores dos bens jurídicos no caso a vida e a liberdade, mas também o consentimento ou a falta deste. A supremacia da Constituição, uma vez que, além de a legislação ordinária ter submetida sua validade à Constituição Federal, outros documentos regulatórios de relações privadas são submetidos às normas e valores constitucionais, a ex. estatutos de universidades, estatutos de associações desportivas, estatutos de instituições religiosas, dentre eles o mais antigo, o direito canônico, e assim por diante. A unidade constitucional consiste em evitar antinomias e com isso impedir que o intérprete conclua pela contradição entre normas constitucionais. A interpretação normativa da Constituição deve preservar a validade de seu texto e de suas normas, mantendo-as em uníssono, não podendo uma norma excluir outra do ordenamento constitucional ou concluir pela invalidade de uma delas. As duas sempre coexistirão, regulando a questão, ainda que uma delas seja prevalente.

Estabelecido o conflito entre Estado e Religião entre o direito a vida e o direito a liberdade ou mais precisamente a liberdade de religião, pergunta-se? O indivíduo, pode recusar-se a não aceitar a transfusão de sangue colocando em risco sua vida, esta analise naturalmente é feita do ponto vista do homem adulto e em perfeitas faculdades mentais, não há que se falar aqui, do deficiente, do menor, enfim, dos incapazes civilmente.

O Estado, agora representado por médicos, hospitais e Poder Judiciário, podem se curvar a está manifestação de vontade do ser humano que diz não a transfusão e compromete sua vida, e morrendo este, a família poderá processar as partes envolvidas por omissão de socorro, ou ao contrário, processar por ter feito a transfusão sem a anuência do paciente?

Claro que o tema é polêmico, mas penso a exemplo do que tem acontecido no Brasil, que o vontade individual deve sucumbir, e prevalecer a vontade dos que representam o Estado, não fosse assim, de que adiantaria tanta evolução no campo da ciência e tecnologia, para agora o Estado se submeter a uma vontade individual, que em última ou mesmo primeira instância não tem a devida competência par analisar aquele ato, aquele momento, e esta ignorância do momento, é vista por vários fatores, a primeira estado de não consciência do paciente, debilitado, em coma, ou em unidade de terapia intensiva, não resta dúvida que não se pode discutir nesse momento a questão, segunda o paciente está consciente é maior e tem formação religiosa fortíssima, e declara alto e bom e assinará documento isentado as pessoas envolvidas, que não quer a ingestão sanguínea.

Aqui pergunta-se? Quem é ele “indivíduo”, para saber disso? Que religião é esta? Que Deus é este que ele segue? Dentre os vários Deuses conforme vimos anteriormente. Terá este capacidade para permanecer nesta religião? Terá este homem noção do amanha? Saberá este homem que todas as teses já conhecidas pela humanidade nos mais variados assuntos são confrontados e é comum uma nova tese ou teoria destruir totalmente uma outra já conhecida estabelecida e usada, e agora em face de um novo conhecimento toda aquela teoria foi derrubada. O que este homem acredita hoje ele acreditara amanha? O amor que ele tem pela pessoa querida é o mesmo de ontem e hoje e permanecerá? Amará ele de novo? Terá este um novo conhecimento versos outro conhecimento que lhe permita uma nova concepção de vida? Quantos de nós, éramos “assim” e hoje não pensamos mais daquele jeito? Quantos de nós já se envergonhou por ter acreditado em determinado caso, ou determinada causa e foi sucumbido por uma nova teoria, ainda que de mediana importância.

Ao ler um livro, seja ele um romance, um contexto de poesia, uma breve filosofia contada em versos e prosas, os “best sellers”, da humanidade, ou mesmo os livros de grandes autores de massa, sem uma erudição dirigida, podemos fechar o livro e dizer: não me acrescentou nada? Claro que não. O ser humano se transforma toda hora e passa a ter novas concepções, novas idéias e ideais, basta analisar o comportamento de um adolescente, um adulto, um homem e um senhor, a história da humanidade nos mostra uma evolução incontroversa no sentido da construção de um mundo melhor, basta um

simples olhar para o passado para vermos que não há mais a inquisição, as guerras que eram a diversão dos homens na idade clássica e na idade média e hoje superada por guerras regionais, o mundo mudou e melhorou houve tempos que vivia-se trinta, quarenta anos, boa parte dos filhos eram órfãos porque os pais morriam cedo demais, hoje se mais, melhor e com mais dignidade, claro que está visão é numa ótica global matemática e econômica.

A globalização aliada a alta tecnologia em alguns anos vai superar as barreiras das línguas, a barreira das diferenças regionais, das fronteiras, teremos a cristalização dos direitos humanos, pela eliminação das diferenças do homem, agora alcançados pela ciência, basta notarmos que um telefone celular a pouco de mais de vinte anos era uma utopia, e hoje é um simples aparelho vendido em qualquer canto perto de nós.

Portanto trata-se de um tema deverás contundente e polêmico, que não pode ser analisando com leviandade, ou mesmo com relativa obviedade a despeito de quando se compara a dicotomia, direito à vida versos liberdade religiosa, há que um prevalecer uma e nesta interlocução haverá por ser pretender preservar a vida.

3.3. O poder judiciário diante do caso em concreto

O Judiciário brasileiro a vista da falta de uma legislação pertinente, teve que enfrentar o problema buscando amparo na Carta Magna de 1988, no Supremo Tribunal Federal e em decisões infraconstitucionais.

Excelente estudo elaborado pelo magistrado Doutor Carlos Elias Silvares Gonçalves publicado na internet, na Série Aperfeiçoamento de Magistrados 11 t Curso de Constitucional - Normatividade Jurídica, que dado a profundidade imparcial e cientifica da questão se faz necessário

Não Autorização para Transfusão de Sangue por Convicção Religiosa

> A obviedade de um discurso pode promover, precipitadamente, o seu encerramento, afastando da discussão ricos argumentos que dela poderiam advir. Muitas das vezes a riqueza dos argumentos e das teses pode ser fruto de algo óbvio a que não damos importância e com isso deixamos encobertas a beleza e as revelações da vida.
>
> Com o direito, temos que não é diferente. Quantas vezes nos deparamos com questões que, num primeiro momento, nos parecem óbvias e chegamos à conclusão de que consideramos certas e depois, após uma reflexão mais apurada, resolvemos que aquela não fora a melhor. Quantas interpretações diferentes, sobre o mesmo caso, foram feitas à luz da nossa Constituição Federal de 1988, não só pelos Tribunais, incidentalmente, como também pelo próprio Supremo Tribunal Federal.
>
> No dia a dia forense nos é apresentada a questão da transfusão de sangue para tratamento de saúde de pessoa que, por convicção religiosa, não autoriza o procedimento ou, sendo impossível o seu consentimento, a família não autoriza. Referimo-nos às testemunhas de Jeová e sabemos que esta instituição religiosa não admite que seus membros se submetam a transfusão de sangue. Segundo ela, o fundamento é bíblico, consoante o texto: Gênesis, 9:3-5. “Tudo o que se move e vive vos servirá de alimento; eu vos dou tudo isto, como vos dei a erva verde. Somente não comereis carne com a sua alma, com seu sangue. Eu pedirei conta de vosso sangue, por causa de vossas almas, a todo animal; e ao homem que matar o seu irmão, pedirei conta da alma do homem.
>
> Coerentemente com esse entendimento, tido por divino, o membro que o desconsiderasse, aceitando transfusão de sangue e manifestasse uma atitude impenitente, seria desassociado da congregação das Testemunhas de Jeová.
>
> Não há na nossa legislação texto que prevê essa situação e regule o conflito que daí pode surgir. A pessoa é membro da referida instituição religiosa e em razão da enfermidade, o médico indica a transfusão de sangue como meio para sua convalescença, sendo esta a única ou a mais eficaz das medidas.
>
> Se o paciente tiver a maioridade e concordar com a transfusão, no máximo poderá ser submetido às regras de sua instituição religiosa e sofrer a sanção da exclusão. No caso de ter a maioridade e estar inconsciente e por isso não poder consentir, a decisão ficará a cargo de seus pais, cônjuge, filhos ou outros familiares que, em razão da religião, poderão negar autorização ao médico. Também temos o fato de o paciente ser criança ou adolescente e a decisão ficar a cargo dos pais ou responsáveis. Também, há o fato de o paciente ter a maioridade e não consentir com a transfusão de sangue.
>
> Deve também ser considerada a obrigação do nosocômio onde se encontra o paciente e do médico que o atende, que é de preservar a vida.O Juiz não pode deixar de solucionar o caso por omissão legislativa, devendo decidir de acordo, e nesta ordem, com a analogia, os costumes e os princípios gerais do direito, a teor do art. 4º, da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (nome atual da LICC.).
>
> Ainda dispõe o artigo 126 do CPC: “O juiz não se exime de sentenciar ou despachar alegando lacuna ou obsc?
>
> **Ninguém pode ser constrangido a submeter-se com risco de vida, a tratamento médico ou a intervenção cirúrgica.**
>
> E isto é nada mais, nada menos que a expressão legal de um dos Direitos da

> Personalidade! Mutilado e violado, às escâncaras, sem maiores fundamentos, pela decisão agravada.
>
> A tese esposada na petição recursal (aliás, a mais perfeita, comovente e bem instruída que tenho visto em mais de vinte e cinco anos de experiência forense) conta com o apoio de abalizada doutrina como aquela capitaneada por CELSO RIBEIRO BASTOS que asseverava o respeito à liberdade do paciente em casos tais, reputando indevida a atuação do Estado contra um direito de magnitude, digo eu, supra-constitucional. No mesmo sentido, irrespondível parecer do doutíssimo MANOEL GONÇALVES FERREIRA FILHO.
>
> Mas nem só por isso merecia reforma a decisão agravada.
>
> Há mais: Li e reli os autos e neles não se vê qualquer prova convincente de que se está diante de hipótese de imediato riscode morte da paciente. E mesmo a resposta que, muito prudentemente, exigiu o eminente Relator, sobre a possibilidade de terapias alternativas, foi respondida de forma evasiva pela médica responsável que afirmou ('s. 168) que não há outra alternativa mais eficaz que a transfusão. Ora então há alternativa...
>
> Cabe observar, por que o próprio Conselho Federal de Medicina tem exposto entendimento segundo o qual, nestes casos, se deve respeitar a vontade do paciente e seus familiares e o tem feito, decerto, porque é fato público e notório que as transfusões de sangue trazem grave risco de contaminação, ainda que precedidas dos testes ordinatórios de prevenção.
>
> O direito à vida não se resume ao viver... O direito à vida diz respeito ao modo de viver, à dignidade do viver. Só mesmo a prepotência dos médicos e a insensibilidade dos juristas pode desprezar a vontade de um ser humano dirigida a seu próprio corpo. Sem considerar os aspectos morais, religiosos, psicológicos e, especialmente, filosóficos que tão grave questão encerra. A liberdade de alguém admitir ou não, receber sangue, um tecido vivo de outra (e desconhecida) pessoa.
>
> Diante do exposto votava no sentido de dar provimento ao recurso
>
> Assim, encerra o Des. Marco Antonio Ibrahim.
>
> Portanto a questão da transfusão de sangue como meio de tratamento to e a negativa expressa de consentimento do paciente, seja por convicção religiosa ou não, ou até mesmo a falta de consentimento, à luz dos preceitos constitucionais de valores, merece reflexão prévia e aprofundada[9]

4. O CÓDIGO PENAL

O Código Penal também não traz nenhum dispositivo específico sobre a questão. Apenas poderíamos fazer uma analogia com o constrangimento ilegal, capitulado no artigo 146, e assim criminalizando tal procedimento. Contudo ressalva a conduta do médico que realiza procedimento sem obter o consentimento, se justificada por iminente perigo de vida, corroborando com princípio constitucional da proteção ao direito a vida.

5. A INDISPONIBILIDADE DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS

Foi preciso muitas guerras e revoluções para chegarmos a cristalização dos direitos humanos, em especial o direito a vida. Pergunta-se os Direitos Fundamentais são suscetíveis de renuncia? Até que ponto, pode o Estado aceitar a figura da prevalência do direito a liberdade religiosa, que vem acompanhado do principio da dignidade humana, em detrimento do eminente perigo de vida do ser humano, que sabemos sempre foi hipossuficiente, e na questão de sua intimidade religiosa até que ponto temos esta carência, sabendo da possibilidade da massificação religiosa a exemplo do que acontece no resto do mundo. É uma questão que os tribunais tem a missão de enfrentar aos poucos irem evoluindo para uma resolução, levando em conta que cada caso é um caso e deve ser aplicado a questão em concreto.

6. CONCLUSÃO

Da análise do trabalho exposto, percebemos quão ardoroso e dificultoso é o conflito entre os direitos fundamentais, aqui propostos, dissemos que o direito a vida é o bem maior, é deve ser preservado a qualquer custo a qualquer preço, este foi o objetivo da formação do Estado, seu apogeu, este foi o ideário do contrato social de Rousseau, o veio filosófico de Thomas Hobbes, e todos os contratualistas do pós-renascimento, o direito à vida é o coronário da máxima de uma ideia de existência, viver é estar no cosmo e nesta dimensão extra-sensorial que nos mantêm o sopro de vida. A luta pela vida é e sempre foi o objetivo de todo ser humano, que tem neste viés a alegria e a felicidade de estar nesta terra, ainda que não se saiba o porquê e para que, mas o fato é que estamos aqui, vivos e vivos assim temos uma missão ainda que implícita, de condensarmos tudo isso num ideário de bem comum. Portanto corretos estão todas as constituições modernas, e os tribunais constitucionais do mundo em valer-se de todos os recursos

para manutenção do bem maior, da vida do direito à vida. Por outro lado se apresenta também um direito humano, e aqui de caráter também íntimo, introspecto, surreal, porém impalpável, o direito a liberdade religiosa que engloba outro coronário basilar constitucional que é a dignidade da pessoa humana. Na verdade dentro desta cocpção religiosa de se acreditar no seu Deus, no Deus de cada um, emerge assim, um dos mais belos significados de nossa existência, aquele de acreditar no que não se ver, mas acredita porque sente a presença divina em sua alma em seu espirito, em seu ego em sua construção de ser humano. Penso que a religião nos torna mais humanos, mais éticos, mais leais, porque é como se estabelecesse um liame entre nossa tenra e efêmera existência e a constatação de uma forma muito superior, que no mínimo criou o cosmo. No íntimo de cada um a religião é o ponto de religação com este ser místico, que nos ronda, nos cerca, nos envolve, de uma forma ou de outra, por mais agnóstico ou ateu que seja, sua formação de gente, não se explica dentro de uma racionalidade, portanto a presença divina é algo inerente ao ser humano, de outra forma não poderia ser, pelo menos nos patamares de atual ciência. Para se negar totalmente uma presença divina em nossas vida, o individuo, não se explica, não tem um ponto de equilíbrio, vagando apenas pela crença do seu eu, tão efêmero e fulgaz.

Portanto este trabalho, visa levar a consciência de cada um a importância do tema nas relações da vida civil, em especial evidenciar o respeito que devemos ter com as pessoas religiosas, aquelas que resolveram dar as suas vidas um fim especifico de acreditar no místico, ainda que sem a menor possibilidade de uma prova. Mas todos tem direito a uma liberdade religiosa do mesmo jeito que tem direito a vida, restando o problema em concreto para os tribunais que já no mundo civilizado se debatem com o tema, e não encontram um ponto de consenso, tendo em vista que o julgador também é efêmero, é fulgaz, é gente é ser humano e vai aplicar ali ao caso em concreto, sua experiência de vida, suas convicções íntimas, sua formação ética e étnica. Mas não devemos perder de vista que nesta terra, neste mundo “todos somos iguais”.

BIBLIOGRAFIA

BASTOS, Celso Ribeiro. **Curso de Teoria do Estado e Ciência Política.** 6ª ed. São Paulo. Celso Bastos 2004.

BULOS, Uadi Lammêgo. **Curso de Direito Constitucional.** 5ª ed. São Paulo: Saraiva 2010.

DALLARI, Dalmo de Abreu. **Elementos de Teoria Geral do Estado**. 25ª ed. São Paulo: Saraiva 2005.

IHERING, Rodolf von. **A Luta pelo Direito**. 8ª ed. São Paulo: Martins Clariti 2013.

KELSEN, Hans. **Teoria Pura do Direito.** 7ª ed. São Paulo: Martins Fontes 2006.

MACHADO, Jónatas E. M. **Estado Constitucional e Neutralidade Religiosa**. 1ª ed. Porto Alegre. Livraria do Advogado 2013.

MENDONÇA, Jacy de Souza. **O Homem e o Estado**. 1ª ed. São Paulo: Rideel 2010.

NIETZSCHE, Friendrich. **Assim falou Zaratustra. Edição integral.** São Paulo: Circulo do Livro 1982.

PIOVESAN, Flávia. **Direitos Humanos e o Direito Constitucional Internacional.** 14ª ed. São Paulo. Saraiva 2013

IHERING, Rodolf von. **A Luta pelo Direito**. 8ª ed. São Paulo: Martins Clariti 2013.

MENDONÇA, Jacy de Souza. **O Homem e o Estado**. 1ª ed. São Paulo: Rideel 2010.

NIETZSCHE, Friendrich. **Assim falou Zaratustra. Edição integral.** São Paulo: Circulo do Livro 1982.

DALLARI, Dalmo de Abreu. **Elementos de Teoria Geral do Estado**. 25ª ed. São Paulo: Saraiva 2005.

PIOVESAN, Flávia. **Direitos Humanos e o Direito Constitucional Internacional.** 14ª ed. São Paulo. Saraiva 2013.

ROUSSEAU, J.-J. **O Contrato Social**. 3ª ed. São Paulo. Martins Fontes 1996.

Notas

[1] Rudolf Von Ihering, **A luta pelo Direito,** p. 23

[2] Friedrich Nietzsche , Assim Falou Zaratustra, p. 27-28.

[3] http://www.significados.com.br/sociedade/

[4] http://www.e-biografias.net/martinho_lutero/
[5] Celso Ribeiro Bastos, Curso de Teoria do Estado e Ciência Política, P. 41.
[6] Jean Jacques Rousseau, O Contrato Social, p. 20.
[7] Super.abril.com.br/blogs/superlistas/as-8-maiores-religioes-do-mundo/
[8] Thomas Hobbes, Leviatã, p. 15
[9] Série Aperfeiçoamento de Magistrados 11 t Curso de Constitucional - Normatividade Jurídica.

ABSTRACT

This is a study of two constitutional, fundamental principles of a democratic state of law. On one side the Right to Life and the other the Law of Religious Freedom, both fundamental law, namely human rights achieved by the force many revolutions the most famous French revolution that marks the history for its importance in positivate the first in history the rights of first generation or first dimension, given that throughout history the right only served to those in power, to keep them in power, so that the public or the rest of the world crept to catch the crumbs of table of emperors or kings, there was no right to property, and even the right to life was on, because everything belonged in theory the King, the Monarch to the emperor finally those who somehow remained in power, and this power was for life and hereditary, so that remained "eternum ad" in the hands of a few, and these few had no commitment to his men, who lay in the largest state of poverty and starvation, there is news that the salary of a peasant, did not buy a loaf of bread, needed even come a change, a big change and this came with the French Revolution, and from it is born the first rays of sun a line of basic rights, rights that from then became positivized and integrate the first constitutions in the world including the 1824 Brazil, although granted there was the recognition of some basic rights of human beings. The current issue facing this work is the right to life verses the right to freedom of religion, and from this perspective, the work shows the first traces of man on the planet, issued by the company, and the various types of companies, studying the religious dispute those companies with the thinkers who contributed and influenced, and has a long study of the state, this means that recognized the evolution of society, which crystallizes in a highly complex institution, one of the most complex man-made, for finally confront the right to life verses the right to freedom of religion, and thus establishes the basis of nothing appease conflicts between these two constitutional pillars, which are in conflict here, and we know that a conflict within the rule of law one will perish, the question which criteria used for deciding on one of these basic direct, leaving only the analysis within the principles of reasonableness and proportionality, behold, both need res respected because they are part of the set of constitutional rights and supported by our Charter of the Republic.

Keywords: Constitutional Law. Right to life. Religious freedom.

ENSAIO

EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER PARA O IDOSO: ASPECTOS LEGAIS

Paulo Henrique Camargo Rinaldi
Professor da Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas Santa Rita de Cássia
Mestre em Direito Constitucional

RESUMO

O presente artigo pretende uma leitura, ou melhor, uma interpretação, dos artigos 20, 21,22, 23, 24 e 25 do Estatuto do Idoso, da lei 10.741, de outubro de 2003. Se bem observarmos, já se vai mais de uma década de sua vigência. Passado esse período de tempo, a questão que, portanto, se coloca está na forma de se ler e interpretar a presente normatização, em especial os artigos em foco. Pode-se dizer que a Constituição de 1988 nasceu sob a égide não só da construção de um Estado Democrático de Direito, mas também e, principalmente, da perpetuação desse Estado, daí a presença forte e constante dos direitos fundamentais e do princípio da igualdade em nossa Carta Magna. Os direitos das minorias são contemplados como forma de permitir e perpetuar a igualdade e a oportunidade de participação social a todos. E é nesse sentido que deve ser lido e aplicado o Estatuto do Idoso.

Palavras chave: Idoso. Minoria. Igualdade.

O Estatuto do Idoso no seu capítulo V, apresentado no anexo 1, assegura direitos às pessoas com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos. Vale ressaltar: Direitos já normatizados pela Constituição de 1988, quando de sua promulgação e que, para o idoso, ganham efetividade com o atual estatuto.

Como de resto a toda legislação vigente, devemos ler, interpretar e aplicar o presente estatuto e em particular esse capítulo, a partir dos princípios que nos trazem a nossa lei maior, pois neles vão as ideias centrais, que dão sentido e determinam a leitura e interpretação das normas infraconstitucionais.

O constituinte de 1988 nos deu uma Carta Magna voltada para a construção precípua de um Estado Democrático de Direito (art. 1º, caput da CF) que tem como fundamento, além da soberania e da cidadania, a dignidade da pessoa humana (inciso III do art. 1 da CF), base dos direitos fundamentais. Mais que isto, a República Federativa do Brasil tem dentre seus objetivos fundamentais a promoção do bem de todos sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação (inciso IV do art. 3 da CF).

O que se vê, portanto, é uma Constituição voltada ao Estado Democrático de Direito, ao zelo pelos direitos fundamentais e à inclusão, pois como normatiza o citado inciso IV do artigo 3º a República Federativa do Brasil objetiva promover o bem de todos sem preconceitos e, no caso do Estatuto do Idoso, de idade. Assim, o que conduz o estatuto do idoso é ,principalmente, a ideia da inclusão.

A própria Constituição traz em seu capítulo III o título DA EDUCAÇÃO, DA CULTURA E DO DESPORTO, dedicando do artigo 205 ao 214 à educação (seção I), o 215 e o 216 à cultura (seção II) e o 217 ao desporto (seção III).

O Estatuto do Idoso trata da questão da educação, da cultura, do esporte e do lazer, termo este acrescido pelo presente estatuto em relação à Constituição.

> Art. 20. O idoso tem direito a educação, cultura, esporte, lazer, diversões, espetáculos, produtos e serviços que respeitem sua peculiar condição de idade.

Este artigo que abre o capítulo V referente à educação, cultura, esporte e lazer, deve ser lido como uma norma principiológica, pois nele encontra-se a forma de se ler, interpretar e aplicar as demais normas deste capítulo, uma vez que efetiva aquilo que normatizou a nossa Constituição.

Pode-se dividir esse artigo em duas partes, ou melhor, nas duas orações que compõem o período:

1. O idoso tem direito à educação, cultura, esporte, lazer, diversões, espetáculos, produtos e serviços: oração principal,
2. que respeitem sua peculiar condição de idade: oração subordinada adjetiva

Na primeira parte do período, ou seja, na 1ª oração, temos aquilo que encerra o pensamento fundamental da frase, ela vale por si, não trazendo dependência ou exercendo função sintática em relação a nenhuma outra.

O que se vê é a educação, a cultura, o esporte, o lazer, as diversões, os espetáculos, os produtos e os serviços como direitos estabelecidos e claros do idoso, sem que lhes possa haver restrição ou impedimento. Nesse sentido, pode-se dizer que a 1ª oração, a chamada principal, determina a 2ª oração constituinte do artigo, que como subordinada adjetiva exerce função de adjunto adnominal em relação a algum termo da principal.

Não se pode dizer, no entanto, que a oração que respeitem sua peculiar condição de idade traga um sentido restritivo ao direito dos idosos trazido pela asserção do artigo. Essa é dependente da principal, dela trazendo desdobramentos e dela dependendo sintaticamente. Se entendermos que o idoso tem seus direitos restringidos, sendo impedido de realizar determinadas atividades por força do que aqui se escreve, estaremos, em primeiro lugar, desfazendo o direito assegurado na primeira parte do artigo, na oração principal. Em segundo lugar, estaremos contrariando o próprio princípio da Constituição de 1988 como democrática e inclusiva. O respeito à peculiar condição de idade deve emanar do próprio idoso e não estabelecida a priori ou a partir de argumentos de senso comum que possam impedir qualquer atividade aos idosos, pois se assim for lida, interpretada e aplicada essa norma jurídica, estaríamos diante de norma discriminatória e preconceituosa.

Deve-se lembrar que a idade de 60 anos, estabelecida em lei como marco para a chamada 3ª idade, deve ser entendida como mera referência, pois muitos que já a atingiram ou mesmo já a ultrapassaram permanecem com vigor e produção

superiores a muitos que ainda não estão acobertados pelo Estatuto do Idoso.

Restringir ou impedir o idoso de participar de qualquer atividade social é, como já dissemos, um ato de discriminação e preconceito, que contraria o princípio da inclusão e a efetivação do Estado Democrático de Direito próprios da República Federativa do Brasil.

A opção, para o exercício de qualquer atividade, deve ser, pois, do idoso. Cercear-lhe esta possibilidade é agir contra sua autonomia, atingindo-o em sua dignidade. Envelhecer é um direito personalíssimo, que chega a cada um de maneira diversa. Todo ser humano é único em sua existência e forma de viver, como também são únicos, para cada indivíduo, a forma e o tempo do envelhecimento.

Assim não se podem estabelecer condições para que o idoso participe ou se insira em qualquer atividade. Este é um direito que pertence exclusivamente a ele.

Agir de maneira diversa é reforçar a visão do velho como um ser decrépito, inútil e impossibilitado para o exercício da cidadania.

> Art. 21. O Poder Público criará oportunidades de acesso do idoso à educação, adequando currículos, metodologias e material didático aos programas educacionais a ele destinados.

Este artigo reporta-se evidentemente ao Direito à educação, normatizado pelo artigo 205 da Constituição em seu início A educação, direito de todos e dever do Estado.

Como direito de todos, temos evocado o princípio da igualdade, pois o acesso e a permanência a educação é direito normatizado pelo inciso I do artigo 206 da Constituição Federal que estabelece como princípio do ensino a "igualdade de condições para acesso e permanência na escola". Norma essa que deve valer para todos, sem preconceito de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

Não se cogite, portanto, a negação ao idoso quanto ao direito de matrícula e frequência aos estudos. Nesse sentido, cabe lembrar o inciso I do artigo 208 da mesma Constituição Federal que estipula ser o ensino fundamental obrigatório e gratuito, assegurada, inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ele não tiveram acesso na idade própria.

O direito de que goza a criança em idade escolar pode, dessa maneira, ser estendido a qualquer cidadão, em especial, no caso do presente estatuto ao idoso.

Já no que diz respeito à expressão dever do Estado, temos, aqui, sua efetivação, pois como postula esse artigo o Poder Público deverá criar oportunidades de acesso do idoso à educação.

Dessa forma, não pode o Poder Público omitir-se, sendo, portanto, defesa a não existência de oportunidades à frequência e permanência à educação por parte do idoso. Mais, deve o Poder Público criar a oportunidade para o acesso adequando-lhe métodos e práticas educacionais.

O que se vê é o conceito e minoria e sua inclusão, contemplados em lei. Minorias, como sabemos, são grupos sociais que por motivos diversos, sejam de ordem social, econômica, política ou qualquer outro, não têm a oportunidade de participar da sociedade de maneira plena. Não se trata de conceito quantitativo, mas qualitativo. Reporta-se ao princípio da igualdade.

O idoso, como evidente é, não possui condições isonômicas de acesso e frequência ao ensino. O que se vê é a obrigatoriedade de o Poder Público garantir ao idoso o exercício pleno do direito à educação, ou seja, a promoção da inclusão do idoso, uma vez que cabe ao Estado, por força dessa norma, a adequação de currículos, metodologias e material didático ao idoso adequados.

> § 1º Os cursos especiais para idosos incluirão conteúdo relativo às técnicas de comunicação, computação e demais avanços tecnológicos, para sua integração à vida moderna.

Observa-se aqui um parágrafo exemplificativo. Como normatiza o caput desse artigo, o ensino deve adequar-se às condições do idoso para sua aprendizagem. Não só isso, deve também promover a inclusão e a participação do idoso na sociedade.

O que se vê nesse parágrafo são elementos que dizem respeito à modernização ou avanços tecnológicos da sociedade como as técnicas de comunicação e de computação. Avanços esses, muitas vezes, pouco afeitos aos idosos que, por força do tempo, não acompanharam o natural desenvolvimento da sociedade. Isso especialmente na sociedade atual em que os avanços acontecem de maneira explosiva. Vivemos, enfim, na chamada era do conhecimento e acompanhar o ritmo das

transformações é tarefa difícil a todos, por vezes mais ainda ao idoso.

Dessa forma, outros conteúdos poderão e deverão ser incluídos, determinados pela premência de inclusão do idoso à moderna sociedade do conhecimento.

> § 2o Os idosos participarão das comemorações de caráter cívico ou cultural, para transmissão de conhecimentos e vivências às demais gerações, no sentido da preservação da memória e da identidade culturais.

Se, por força do parágrafo 1º desse artigo, verifica-se a inclusão do idoso na sociedade, no presente parágrafo, temos o idoso agindo de tal forma que ele promova a inclusão dos outros no quadro social. Trata-se de uma maneira de integrar o convívio das gerações mais jovens com o idoso. Inegável é o conhecimento e a experiência que o idoso traz consigo em conseqüência do que já vivenciou. Mister, portanto, que passe às novas gerações seu conhecimento e sua experiência.

Sabe-se que não é possível a construção de uma sociedade sem a preservação de sua memória e identidade social. Não há sociedade que exista meramente imediatista. Uma sociedade se faz a partir da preservação de valores e do respeito às suas tradições.

O presente parágrafo dá ao idoso o dever de trazer à baila esses elementos tão essenciais e tão caros a todos nós. É significativo lembrar que estamos tratando de norma jurídica, portanto, obrigatória e cuja aplicabilidade, no caso, deve ser plena e imediata. Portanto, o que se vê é uma via de mão dupla: cabe ao idoso participar das comemorações de caráter cívico e cultural, a fim de transmitir seus conhecimentos e vivências, e às demais gerações, não apenas ouvi-lo, mas também preservar a memória e a identidade social.

> Art. 22. Nos currículos mínimos dos diversos níveis de ensino formal serão inseridos conteúdos voltados ao processo de envelhecimento, ao respeito e à valorização do idoso, de forma a eliminar o preconceito e a produzir conhecimentos sobre a matéria.

Pode-se dizer que três são os artigos de nossa Constituição fundamentais à educação do ponto de vista estritamente pedagógico, o 205, determinando princípios e valores a que deve visar a educação, o 206, trazendo a garantia de qualidade como um dos princípios de nossa educação e o 210 que estabelece a fixação de conteúdos mínimos comuns à educação brasileira. Não temos, no Brasil, uma educação qualquer, mas um ensino normatizado por valores, princípios e conteúdo mínimo.

Existe nesse artigo do Estatuto do Idoso, uma clara referência ao artigo 210 da Constituição Federal, determinando que no conteúdo mínimo a ser estabelecido ao longo da Educação Básica, Educação Infantil, Ensinos Fundamental e Médio, seja contemplado com o ensino e a aprendizagem do processo de envelhecimento.

Tem-se, mais uma vez presente, a questão da inclusão e a efetivação de um Estado sem discriminação e preconceito, conforme determina o inciso IV do artigo 3º da Constituição Federal ao elencar os objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil (IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação).

Assim, devem ser incluídos conteúdos específicos que tratem do respeito e da valorização do idoso na chamada Educação Básica.

> Art. 23. A participação dos idosos em atividades culturais e de lazer será proporcionada mediante descontos de pelo menos 50% (cinqüenta por cento) nos ingressos para eventos artísticos, culturais, esportivos e de lazer, bem como o acesso preferencial aos respectivos locais.

Dois são os aspectos que podem ser avocados a partir do presente artigo. O primeiro está em que a participação dos idosos nas atividades culturais, artísticas, esportivas e de lazer é um direito assegurado, não apenas por força desse estatuto, artigo 20, como também pela Constituição Federal.

O segundo está em que se trata de ação que visa garantir ao idoso a fruição de seu direito. Nada mais justo e correto, pois, como se sabe, os proventos do idoso, no mais das vezes advindos da Previdência Social, deterioram-se bastante, muitas vezes justificado pelo fato de que, uma vez aposentado, o cidadão não terá mais gastos como os que possuía quando estava na ativa.

> Art. 24. Os meios de comunicação manterão espaços ou horários especiais voltados aos idosos, com finalidade informativa, educativa, artística e cultural, e ao público sobre o processo de envelhecimento.

O presente artigo possui sentido semelhante do anterior, como aliás é o propósito do presente estatuto, efetivar o princípio da igualdade. Trata-se de norma de dupla mão. Por um lado, determina aos

meios de comunicação espaços para que os idosos tenham a possibilidade de participação na vida social, seja ela informativa, educativa, artística ou cultural e, por outro lado, busca a inserção do idoso, prevenindo o preconceito e a discriminação, pois determina a difusão de como se dá o processo de envelhecimento. Desta maneira, não só o idoso passa a ser visto por todos com o devido valor e respeito e dentro dos limites que a idade traz, como também conscientiza para um caminho a ser trilhado por todos.

A dupla mão desse artigo verifica-se no ensino à população do que seja o envelhecimento e no proporcionar ao idoso forma de convívio e entretenimento.

> Art. 25. O Poder Público apoiará a criação de universidade aberta para as pessoas idosas e incentivará a publicação de livros e periódicos, de conteúdo e padrão editorial adequados ao idoso, que facilitem a leitura, considerada a natural redução da capacidade visual.

A criação da universidade aberta para a terceira idade, com o incentivo à produção editorial que lhes seja adequada tem por fim, além de proporcionar o convívio, permitir a troca de informações e experiências com os mais jovens.

As faculdades destinadas à terceira idade, por força de suas finalidades, devem proporcionar o aperfeiçoamento pessoal, o convívio e a atualização social e o relacionamento com as novas gerações. Assim,por força de sua finalidade, não possuem caráter oficial e não são regulamentadas pelo MEC. Tais instituições de ensino superior são livres para a criação dos currículos que lhes pareçam mais adequados e também para determinar o tempo de duração dos cursos.

Desta forma, o que temos por força desse artigo é a oportunidade de o idoso ter, a partir das necessidades que pessoalmente perceber, seus conhecimentos aprofundados, sua convivência com seus pares e com as novas gerações contempladas.

> Art. 26. O idoso tem direito ao exercício de atividade profissional, respeitadas suas condições físicas, intelectuais e psíquicas.

A exemplo do artigo 20 desse estatuto, temos na abertura do item referente à profissionalização e ao trabalho, um artigo que nos traz o princípio que deve nos conduzir nesse aspecto.

Não se pode coibir, o idoso do exercício profissional, ou seja, não pode ser impedido por argumentos e circunstâncias quaisquer ao risco da discriminação e do preconceito. A ressalva feita, respeitadas suas condições físicas, é pertinente a qualquer atividade profissional, não se restringindo à questão da idade. Assim, se para o exercício de uma determinada atividade é necessária esta ou aquela característica física, intelectual ou psíquica, não se verifica preterimento discriminatório ou preconceituoso a não aceitação dos que não possuem a qualificação necessária.

Dessa forma, o que se vê é a exigência do princípio da igualdade, não se admitindo o não exercício de atividade profissional pelo idoso por razões meramente preconceituosas, mas apenas as que são comuns a todos na pertinência das peculiaridades de cada atividade.

> Art. 27. Na admissão do idoso em qualquer trabalho ou emprego, é vedada a discriminação e a fixação de limite máximo de idade, inclusive para concursos, ressalvados os casos em que a natureza do cargo o exigir.

Nesse artigo, temos especificada a norma trazida pelo anterior. Na verdade, verifica-se a efetivação do inciso XXX do artigo 7º da Constituição Federal que estabelece a "proibição de diferença de salários, de exercício de funções e de critério de admissão por motivo de sexo, idade, cor ou estado civil".

Enfim, mais uma vez, realiza-se o preceito constitucional de construção de um Estado Democrático de Direito que tenha dentre seus fundamentos a promoção do bem de todos sem preconceitos de origem raça, sexo, idade e quaisquer outras formas de discriminação (artigo 3º, inciso IV).

As limitações ao exercício profissional, tanto na iniciativa privada quanto no serviço público, só podem advir da própria natureza do exercício profissional.

É importante ressaltar que a realização pessoal e profissional não se extingue com a idade. A opção do idoso em trabalhar deve passar por sua admissão sem preconceitos ou discriminações que, afinal, só prejudicam e frustram, não só o idoso, mas também a todos que poderiam aprender com o conhecimento e a experiência dos que conhecem por força da idade melhor a vida.

> Parágrafo único. O primeiro critério de desempate em concurso público será a idade, dando-se preferência ao de idade mais elevada.

O parágrafo único desse artigo vem a complementar o que já foi dito no caput, pois é determinante que se privilegie e priorize o atendimento e a inclusão do idoso. Um

eventual empate em concurso público indicaria igualdade entre candidatos, cabendo a prioridade àquele com mais idade, não importando, aqui, se idoso ou não.

> Art. 28. O Poder Público criará e estimulará programas de:

O Estatuto do Idoso, como se sabe, vem como forma de integração do idoso na sociedade. E o faz em sentido duplo, pois tanto busca que aqueles que possuem 60 anos ou mais sejam incluídos, como também que a sociedade possa perceber e assimilar o que os mais velhos têm a ensinar. Difícil saber qual dos dois lados será mais beneficiado.

Por isso, por força desse artigo, o Poder Público se vê obrigado a criar e estimular:

> I – profissionalização especializada para os idosos, aproveitando seus potenciais e habilidades para atividades regulares e remuneradas;

A opção pela continuidade no mundo do trabalho deve ser do idoso e não uma concessão condiciona. Se por um lado, o idoso pretender o trabalho como forma de realização pessoal e inserção social, caberá ao Poder Público criar e estimular formas de profissionalização e aprendizagem, a fim de que o idoso permaneça exercendo atividade profissional. Mais que isso, que seja aproveitado em benefício da sociedade o conhecimento e a experiência por ele adquirido durante sua vida. Lembremo-nos de que não se trata de um favor ou um privilégio dado ao idoso, mas de uma troca igualitária em que a sociedade mantém o idoso em atividade e este dá à sociedade o conhecimento e a experiência de que tanto necessitam os mais jovens.

> II – preparação dos trabalhadores para a aposentadoria, com antecedência mínima de 1 (um) ano, por meio de estímulo a novos projetos sociais, conforme seus interesses, e de esclarecimento sobre os direitos sociais e de cidadania;

O primeiro elemento que chama a atenção neste inciso é o aposto conforme seus interesses. Claramente e mais uma vez, a norma nos traz o princípio da autonomia. Cabe ao idoso dizer como e quando pretende se aposentar e o que deseja fazer desde então. Assim, torna-se dever do Poder Público esclarecer direitos e opções pra que o idoso possa, conforme seus desejos e interesses, desenvolver o que melhor lhe convier.

> III – estímulo às empresas privadas para admissão de idosos ao trabalho.

Esse inciso, de evidente caráter integrador do idoso, busca, aos que assim desejarem, a manutenção no trabalho. Não se trata de privilégio do idoso, mas das empreses privadas, que poderão contar não apenas com melhores resultados, como também com o melhor preparo de seus funcionários.

BIBLIOGRAFIA

ARAUJO, Luiz Alberto David de. **A Proteção Constitucional das Pessoas Portadoras de Deficiência**. 3ª Ed. Brasília: CORDE, 2003.

_____ (coord.). **Defesa dos Direitos das Pessoas Portadoras de Deficiência**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2006.

BRAGA, Pérola Melissa Vianna. **Curso de Direito do Idoso.** São Paulo: Atlas, 2011.

CUNHA, Celso. **Gramática do Português Contemporâneo**. 7ª Ed. Belo Horizonte: Bernardo Álvares, 1978.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. **O Conteúdo Jurídico do Princípio da Igualdade**. 3ª Ed. São Paulo: Malheiros, 2002.

MORAES, Alexandre de. **Direitos Humanos Fundamentais**. 5ª. Ed. São Paulo: Atlas, 2003.

_____. **Constituição do Brasil Interpretada e Legislação Constitucional**. 6ª Ed. São Paulo: Atlas, 2006.

Anexo 1 - Lei no 10.741, de 1º de outubro de 2003 - **Estatuto do Idoso - capítulo V**

ESTATUTO DO IDOSO
CAPÍTULO V
Da Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Art. 20. O idoso tem direito a educação, cultura, esporte, lazer, diversões, espetáculos, produtos e serviços que respeitem sua peculiar condição de idade.

Art. 21. O Poder Público criará oportunidades de acesso do idoso à educação, adequando currículos, metodologias e material didático aos programas educacionais a ele destinados.

§ 1º Os cursos especiais para idosos incluirão conteúdo relativo às técnicas de comunicação, computação e demais avanços tecnológicos, para sua integração à vida moderna.

§ 2º Os idosos participarão das comemorações de caráter cívico ou cultural, para transmissão de conhecimentos e vivências às demais gerações, no sentido da preservação da memória e da identidade culturais.

Art. 22. Nos currículos mínimos dos diversos níveis de ensino formal serão inseridos conteúdos voltados ao processo de envelhecimento, ao respeito e à valorização do idoso, de forma a eliminar o preconceito e a produzir conhecimentos sobre a matéria.

Art. 23. A participação dos idosos em atividades culturais e de lazer será proporcionada mediante descontos de pelo menos 50% (cinquenta por cento) nos ingressos para eventos artísticos, culturais, esportivos e de lazer, bem como o acesso preferencial aos respectivos locais.

Art. 24. Os meios de comunicação manterão espaços ou horários especiais voltados aos idosos, com finalidade informativa, educativa, artística e cultural, e ao público sobre o processo de envelhecimento.

Art. 25. O Poder Público apoiará a criação de universidade aberta para as pessoas idosas e incentivará a publicação de livros e periódicos, de conteúdo e padrão editorial adequados ao idoso, que facilitem a leitura, considerada a natural redução da capacidade visual.

ABSTRACT

The current article aims at a reading, or better, at an interpretation of the articles 20, 21, 22, 23, 24 and 25 from the Statute of the Elderly, law number 10.741, from October 2003. If well observed, over a decade of its implementation now. After such period of time, the question raised, therefore, is the way the current standardization is read and interpretated, and especially the articles that focus on it. One can say that the 1988 Constitution was born under the light not only of a democratic and social state of law but also, and mainly, the continuation of this State, that is the reason there is a strong and constant presence of fundamental rights and the principle of equality in our Magna Carta. Minority's rights are contemplated as a way of allowing and perpetuating equality and oportunity of participation to all. It is in this sense that the Statute of Elderly has to be read and applied.

Keywords: Elderly. Minority. Equality.

NORMAS GERAIS PARA PUBLICAÇÃO

A Revista Santa Rita tem por finalidade publicar artigos acadêmicos de seus professores, alunos e outros colaboradores no intuito de difundir o conhecimento, promover a integração acadêmica e estabelecer um espaço no qual o acadêmico possa manifestar o resultado de sua produção intelectual e profissional. A Revista Santa Rita é publicada semestralmente e sua difusão é interna e externa. Os textos enviados serão submetidos ao Corpo Editorial, que dispõe de plena autoridade sobre a conveniência da publicação e poderá decidir pela aceitação ou não do trabalho, bem como eventualmente sugerir alterações de estrutura ou conteúdo ao(s) autor(es). As ideias e conceitos serão de exclusiva responsabilidade de seus autores, não refletindo, obrigatoriamente, a opinião da revista. Os trabalhos deverão ser enviados para o endereço eletrônico: revista@santarita.br, gravados em formato.doc e acompanhados por uma autorização de publicação em separado que deverá ser ratificada após a aceitação do trabalho. O envio dos trabalhos implica na cessão imediata e sem ônus dos direitos de publicação para a revista. O(s) autor(es) continua(m) a deter todos os direitos autorais para publicações posteriores do artigo, devendo, se possível, fazer constar a referência à publicação na revista. Os créditos dos autores deverão ser apresentados abaixo do título do trabalho, contendo: nome do(s) autor(es), nome da instituição de origem, titulação e profissão. Os textos deverão ser regidos de acordo com as normas da ABNT, digitados em fonte Calibri 11, com espaçamento simples, justificado. As margens devem ser: superior 3 cm; inferior 2 cm; esquerda 3 cm; direita 2 cm. As notas explicativas devem ser apresentadas no final do texto. Os dados e conceitos emitidos nos trabalhos, bem como a exatidão das referências bibliográficas e toda a revisão ortográfica são de responsabilidade exclusiva do(s) autor(es).

O artigo deverá ser estruturado da seguinte forma: título, créditos, resumo com três a cinco palavras-chave (e os seus correspondentes em outra língua - inglês, francês, espanhol ou alemão) sendo que o texto poderá ter a seguinte estrutura: introdução (temática, justificativa, objetivos e metodologia), argumentação teórica, resultados, considerações finais, referências bibliográficas e notas. As citações com mais de 3 linhas, devem aparecer em parágrafo recuado, com espaço simples e fonte 9, seguidas de parêntese contendo o sobrenome do autor do referido texto em letras maiúsculas, ano de publicação e página do texto citado; as com menos de 3 linhas devem ser incorporadas ao texto, entre aspas. Os artigos devem ter no mínimo 2.500 e no máximo 25.000 palavras, e as resenhas, no máximo 1.000 palavras. O resumo deve ter no máximo 250 palavras. As ilustrações devem seguir o padrão geral do texto, sendo identificadas com título, legenda e referência. As referências bibliográficas devem estar de acordo com as normas da ABNT (NBR 6023), por exemplo:

- Livros no todo: SELESKOVITCH, Danica & LEDERER, Marianne. **Interpréter Pour Traduire**. Paris: Didier Érudition, 1984.
- Partes de livros: PINTO, Álvaro Vieira. **A definição da pesquisa científica**. Em Ciência e existência: problemas filosóficos da pesquisa científica. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e T erra, 1979, p. 441-459.
- Trechos em obra coletiva: SEWELL, Penelope & HIGGINS, Ian. Introduction. In: SEWELL, Penelope & HIGGINS, Ian (eds.), **Teaching Translation in Universities**. Present and Future Perspectives, London: CILT, 1996, p. 9-14.
- Artigos de periódicos: CHESTERMAN Andrew. From ‘Is’ to ‘Ought’: Laws, Norms and Strategies in Translation Studies. Target, Amsterdam, v. 5.1, p. 1-20, 1993.

O Corpo Editorial não se obriga a publicar, em qualquer momento, toda e qualquer colaboração que lhe for remetida. Os textos que não estiverem de acordo com as Normas Editoriais serão devolvidos para que sejam feitas as devidas alterações. Os trabalhos recusados serão devolvidos aos autores desde que requeridos.